

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FABER PAGANOTO ARAUJO

MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E MERCADO IMOBILIÁRIO NA
PERIFERIA METROPOLITANA: A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS
FECHADOS EM NOVA IGUAÇU/ RJ

Rio de Janeiro

2014

FABER PAGANOTO ARAUJO

**MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E MERCADO IMOBILIÁRIO NA
PERIFERIA METROPOLITANA: A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS
FECHADOS EM NOVA IGUAÇU/ RJ**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Maria Schild Becker

Rio de Janeiro
2014

FABER PAGANOTO ARAUJO

**MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E MERCADO IMOBILIÁRIO NA PERIFERIA
METROPOLITANA: A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS EM NOVA IGUAÇU/ RJ**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Maria Schild Becker

Aprovada em 21/07/2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Olga Maria Schild Becker – Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ

Profa. Dra. Cátia Antônia da Silva
Programa de Pós-Graduação em Geografia – FFP/ UERJ

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ

Profa. Dra. Luciana Corrêa do Lago
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFMG

AGRADECIMENTOS

Tem uma frase que faz cada vez mais sentido pra mim. Não sei seu autor: é daquelas frases que ganham vida própria e que na Internet sua autoria é creditada desde Einstein até Fernando Pessoa. Ela diz que mais importante que o destino, é a viagem até lá. É o que a gente se torna no caminho. E chegando aqui, fica a certeza de que sou uma pessoa muito melhor do que eu era em 2010, quando essa viagem começou. Melhor professor, melhor geógrafo, melhor cientista, melhor ser humano.

A cada desafio, a cada insegurança, a cada erro, um aprendizado. E algumas pessoas tiveram participação especial nesse processo. A elas, minha eterna gratidão.

Agradeço especialmente a minha orientadora, que ao longo dos últimos treze anos participou ativamente da minha vida, ensinando e apontando caminhos. Olga, com você aprendi muito mais do que fazer pesquisa. Aprendi a ser mestre. Foram tantos momentos marcantes desde os primeiros anos da graduação até aqui que fica a certeza de que a amizade e a parceria que construímos serão para sempre.

Aos professores William Ribeiro e Luciana Lago pelas dicas importantíssimas no Exame de Qualificação, que ajudaram a lapidar a construção desta pesquisa.

Aos amigos do GEPOP, em especial à Camila Vieira, que ao longo do processo transformou-se em amiga e sócia de novas empreitadas fora do mundo da geografia. A ela devo também o socorro providencial na reta final desta jornada com a produção dos mapas que integram esta tese. Muito obrigado!

Aos colegas de magistério que se tornaram amigos pra todas as horas, especialmente a vocês, Dudu e Wilson. Muitas vezes, conversas totalmente despreziosas e fora de contexto são as que mais ajudam a encontrar as respostas que buscamos.

Aos amigos do Instituto Você, pela carga constante de energia e por manter acesa em mim a vontade de vencer. Com vocês aprendi que se eu posso sonhar, eu posso realizar. E que todos os recursos necessários para isso eu os tenho dentro de mim. 1234!

Mãe e pai: obrigado por entenderem minha ausência especialmente nestes últimos meses e por apostarem sempre no meu sucesso. Talvez eu não tenha sabido expressar meu amor e gratidão da forma mais clara ao longo de todo esse tempo, mas saibam que eu amo muito vocês.

A minha família – toda ela, sobretudo meus irmãos, sogros e cunhados - obrigado pela torcida constante. A confiança de vocês sempre me motivou.

Aos meus amigos, sócios, parceiros e irmãos, Flávia e Kakito, com quem desabafei tantas vezes, especialmente nos últimos dois anos, quando a conclusão de projetos do passado e a realização de projetos do presente produziam faíscas na minha cabeça. Parte disso aqui eu devo a vocês também.

Ao amor da minha vida, minha eterna gratidão. Sem você, Marina, esta tese não existiria. Lembrarei para sempre do estímulo a cada vontade de desistir e do olhar de admiração a cada pequena etapa concluída. Comemorar pequenos sucessos, incentivar pelo elogio: estou aprendendo com você! Em diversos momentos você falou exatamente o que eu precisava ouvir. Em outros, simplesmente ouviu o que eu precisava falar. E dosou tão magistralmente estas duas funções que olha só o resultado: missão cumprida. Te amo demais.

RESUMO

Nas últimas décadas, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem passado por profundas mudanças. A redução do seu ritmo de crescimento demográfico, o crescimento econômico relativamente mais expressivo das áreas periféricas que o do Rio de Janeiro e de Niterói e a heterogeneização do conteúdo social dos municípios da Baixada Fluminense são exemplos de transformações em curso que tornam importante refletir sobre a organização espacial da metrópole fluminense e, entre outros aspectos, seus reflexos sobre a mobilidade espacial da população. Em meio a este quadro de mudanças, é nítido o aquecimento do mercado imobiliário na Baixada Fluminense, sobretudo em Nova Iguaçu, onde se observa o surgimento de um número expressivo de novos condomínios fechados com infraestrutura de lazer privativa. O presente estudo, tendo como pano de fundo o crescimento econômico da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, busca compreender que demandas tais empreendimentos tem atendido e que novas tendências e padrões de mobilidade espacial da população tem surgido em Nova Iguaçu, a partir do ano 2000, em decorrência da implantação destes condomínios fechados.

Palavras-chave: Mobilidade espacial da população, Migração, Movimento Pendular, MetrÓpole, Nova Iguaçu, Condomínios fechados.

ABSTRACT

In recent decades, the Metropolitan Region of Rio de Janeiro has undergone profound changes. The reduction in the pace of population growth, relatively more significant economic growth in the peripheral areas and the heterogeneity of the social content of the BaixadaFluminense are examples of ongoing transformations that make it important to reflect on the spatial organization of the metropolis, among other things, its impact on the spatial mobility of the population. Amid this changing scenario, it is clear the heating of the housing market in the BaixadaFluminense, especially in Nova Iguaçu, where we observe the emergence of a significant number of new gated communities with private leisure infrastructure. This study, with the backdrop of the economic growth of the periphery of the metropolitan area of Rio de Janeiro, seeks to understand the demands that such developments have attended and what new trends and patterns of spatial mobility of the population has arisen in Nova Iguaçu as a result of implementing these gated communities.

Keywords: Spatial mobility, Migration, Commuting, Metropolis, Nova Iguaçu, Gated communities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Residente Total em 15 Regiões Metropolitanas Brasileiras Seleccionadas. Período 1950 – 2010. _____	49
Tabela 2 – Crescimento Relativo da População Residente Total em 15 Regiões Metropolitanas Brasileiras Seleccionadas. Período 1950-2010. _____	49
Tabela 3 – Regiões Metropolitanas Brasileiras por Unidade da Federação, Ano de Criação e População Residente. 2010. _____	53
Tabela 4 – População Residente Total e Taxa Geométrica de Crescimento Anual Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1991-2010. _____	56
Tabela 5 – Participação da População Migrante em Relação à População Residente Total Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1991-2010. _____	58
Tabela 6 - Crescimento da População Migrante Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1991-2010. _____	59
Tabela 7 - Deslocamentos Pendulares Totais e Deslocamentos Pendulares Para Trabalho Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 2000-2010. _____	61
Tabela 8 - Deslocamentos Pendulares Intrametropolitanos Por Destino do Deslocamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1980-2010. _____	62
Tabela 9 - Deslocamentos Pendulares Para Trabalho: Saídas e Entradas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 2000-2010. _____	64
Tabela 10 - Deslocamentos Pendulares Intrametropolitanos Por Município de Destino do Deslocamento, exceto Rio de Janeiro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2000. _	65
Tabela 11 - Deslocamentos Pendulares Intrametropolitanos Por Município de Destino do Deslocamento, exceto Rio de Janeiro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2010. _	66
Tabela 12 - Amostragem de imóveis entrevistados segundo condomínio. _____	100
Tabela 13 - Perfil dos chefes de família por faixas de idade segundo condomínio, 2013. _	103
Tabela 14 - Perfil das famílias segundo condomínio, 2013. _____	104
Tabela 15 - Perfil dos moradores por ocupação segundo condomínio, 2013. _____	104
Tabela 16 - Perfil dos moradores por escolaridade, faixas de rendimento e condição no domicílio segundo condomínio, 2013. _____	106
Tabela 17 - Moradores por principal motivo de mudança para o condomínio segundo condomínio, 2013. _____	108
Tabela 18 - Perfil dos moradores por condição migratória segundo condomínio, 2013. _	110
Tabela 19 - Perfil dos moradores migrantes segundo tempo de residência no município atual por condomínio, 2013. _____	111
Tabela 20 - Moradores migrantes por município de origem segundo condomínio, 2013. _	112
Tabela 21 - Moradores migrantes por ocupação segundo condomínio, 2013. _____	115
Tabela 22 - Moradores migrantes por faixas de rendimento segundo condomínio, 2013 _	115

Tabela 23 - Moradores migrantes por principal motivo de mudança para Nova Iguaçu segundo condomínio, 2013. _____	116
Tabela 24 - Moradores migrantes com igual tempo de residência no município de Nova Iguaçu e no condomínio, 2013. _____	121
Tabela 25 - Moradores por município de destino do deslocamento pendular para trabalho segundo condomínio, 2013. _____	123
Tabela 26 - Moradores deslocados pendulares por ocupação segundo condomínio, 2013_	125
Tabela 27 - Moradores deslocados pendulares por faixa de rendimento segundo condomínio, 2013. _____	126
Tabela 28 - Moradores ex-deslocados pendulares por município de origem segundo condomínio, 2013. _____	127
Tabela 29 - Moradores novos deslocados pendulares por município de destino segundo condomínio, 2013. _____	128
Tabela 30 - Moradores que realizaram mudança intramunicipal por bairro de residência anterior segundo condomínios, 2013. _____	130

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização Geográfica e população Total dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010. _____	20
Mapa 2 - Localização dos empreendimentos residenciais exclusivos ocupados e em construção na Área Central de Nova Iguaçu, 2014. _____	33
Mapa 3 - Deslocamentos pendulares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Principais destinos, exceto Rio de Janeiro, 2010. _____	68
Mapa 4 - População Migrante Total Por Município de Residência Anterior em Nova Iguaçu, 2010. _____	113
Mapa 5 - Migrantes Residentes nos Condomínios Pesquisados Por Município de Residência Anterior. Nova Iguaçu, 2013. _____	114
Mapa 6 - Moradores dos Condomínios Pesquisados Segundo Bairro de Residência Anterior. Nova Iguaçu, 2013. _____	132

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1 - Vista da Via Light, uma das principais vias de circulação no município. ____ 97
- Fotografia 2 - Aumento da densidade e crescente verticalização. Residencial Florae (no fundo, à esquerda) e Residencial Acqua (no centro). _____ 98
- Fotografia 3 - Condomínio Springs (à esquerda) e Prime Residences (à direita). _____ 98
- Fotografia 4 - Residencial Acqua, pioneiro na oferta de um novo estilo de morar na região da Baixada Fluminense, valorizando a infraestrutura de lazer e espaços de uso comum. ____ 99
- Fotografia 5 - Condomínio Rossi Exclusivo em fase final de construção. _____ 101
- Fotografias 6 e 7 - Terrenos em fase de preparação para novos empreendimentos. ____ 101

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL	20
2.1 Os primórdios do processo de ocupação	21
2.2 Dos laranjais aos loteamentos	22
2.3 Expansão Metropolitana e a Consolidação de Nova Iguaçu na RMRJ	24
2.4 Os condomínios fechados em Nova Iguaçu	30
3 METRÓPOLE, PERIFERIA E MOBILIDADE: ENFOQUES TEÓRICOS	34
3.1 Metrópole	34
3.1.1 O processo de metropolização no Brasil	47
3.1.2 Institucionalização das Regiões Metropolitanas	49
3.1.3 A Região Metropolitana do Rio de Janeiro	54
3.1.4 Dinâmica demográfica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	56
3.2 Periferia	69
3.2.1 O modelo interpretativo centro-periferia e sua crise recente	71
3.2.2 Periferia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	76
3.2.3 Periferia em transformação	78
3.3 Mobilidade espacial da população	82
3.3.1 Migração	82
3.3.1.1 Os estudos clássicos em Migração	85
3.3.1.2 Novas abordagens e tendências	89
3.3.2 Deslocamentos Pendulares	91

4. MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM NOVA IGUAÇU: O CASO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS	97
4.1 Perfil Socioeconômico dos moradores	103
4.2 Perfil dos Moradores Migrantes	109
4.3 Perfil dos Moradores Deslocados Pendulares	121
4.3.1 Ex-deslocados e Novos deslocados	126
4.4 Perfil dos Moradores que realizaram migrações intramunicipais	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
7 APÊNDICE METODOLÓGICO	157

1. APRESENTAÇÃO

A cidade, em especial a metrópole, pode ser entendida como expressão espacial concreta dos processos sociais (HARVEY, 1975), refletindo as características da sociedade: mudam as sociedades, mudam as cidades. Nas últimas décadas, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), tem passado por profundas mudanças. A redução do seu ritmo de crescimento demográfico, o crescimento econômico relativamente mais expressivo das áreas periféricas que o do Rio de Janeiro e de Niterói e a heterogeneização do conteúdo social dos municípios da Baixada Fluminense são exemplos de transformações em curso que tornam importante refletir sobre a organização espacial da metrópole fluminense e, entre outros aspectos, seus reflexos sobre a mobilidade espacial da população.

Especificamente no que tange à Baixada Fluminense, as referências a esta parcela da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, são historicamente marcadas por uma grande carga negativa. Convencionou-se associar a Baixada Fluminense a um espaço de ausências: ausência de lei, de saneamento, de segurança, de emprego. Na última década, entretanto, a reativação das economias dos municípios do entorno metropolitano apontam para a necessidade de se superar a noção tradicional de periferia. O incremento do mercado de trabalho nas áreas periféricas, resultado da combinação do aumento da renda média da população residente nesses espaços e da desconcentração espacial das atividades produtivas, sobretudo do setor secundário, ampliou a atratividade migratória da periferia, retendo parte da população que antes se deslocava diariamente para trabalhar no núcleo metropolitano: assim, a tradicional região-dormitório emerge, agora, como lugar do trabalho.

Os resultados do Censo 2000 já indicavam uma forte mudança no percentual e no volume de pessoas que não saíam diariamente de seu próprio município de residência na periferia metropolitana, diariamente, para trabalhar: 63% dos ocupados trabalhavam, em 2000, no município de residência, o que representava cerca de um milhão de pessoas, enquanto em 1980, esse percentual era de 48%, equivalendo a cerca de 590 mil pessoas (LAGO, 2008). Em 2010, esta tendência se consolida. Em síntese, houve uma redução da

mobilidade casa-trabalho para os moradores da periferia levando a crer que o mercado de trabalho não só se expandiu nessas áreas, mas absorveu parte da mão de obra local.

Em meio a este quadro de mudanças na periferia, é nítido o aquecimento do mercado imobiliário na Baixada Fluminense. Há, sobretudo em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com destaque para este último, um número expressivo de lançamentos de empreendimentos no estilo condomínios fechados com infraestrutura de lazer privativa nos moldes dos grandes condomínios residenciais da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Estariam estes empreendimentos atraindo a classe média de outros municípios da Região Metropolitana? Que demandas eles tem atendido?

O presente estudo, tendo como pano de fundo o crescimento econômico da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, busca compreender a relação entre o surgimento de um número significativo de condomínios residenciais fechados no município de Nova Iguaçu a partir da segunda metade da década passada e a mobilidade espacial dos seus moradores.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a mobilidade espacial da população residente nos novos empreendimentos imobiliários residenciais do tipo condomínio fechado, surgidos em Nova Iguaçu na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade da década de 2000.

A justificativa para tal objetivo decorre do surgimento de um novo padrão de moradias na periferia da Região Metropolitana, sobretudo na Baixada Fluminense, onde tem destaque o mercado imobiliário de Nova Iguaçu, município que apesar de apresentar forte centralidade na região, corresponde a uma parcela da metrópole onde este tipo de empreendimento não era comum até uma década atrás. Deve-se, também, à emergência de estudos (BAENINGER, 2005; BRITO & CARVALHO, 2006; CUNHA, 2006; HAKKERT & MARTINE, 2006, entre outros) que apontam novos padrões de mobilidade espacial da população principalmente nos grandes nos espaços urbanos metropolitanos.

Neste sentido, a questão central desta pesquisa pode ser assim definida: que demandas tais empreendimentos tem atendido e que novas tendências e padrões de mobilidade espacial da população tem surgido em Nova Iguaçu, a partir do ano 2000, em decorrência da implantação destes condomínios fechados.

Por essa razão, apesar de a investigação se dar a partir de um recorte metropolitano, primeiramente considerando o perfil da mobilidade nas metrópoles brasileiras e com destaque na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o enfoque maior estará no estudo de caso de cinco condomínios fechados implantados em Nova Iguaçu a partir de 2010. Nesse sentido, serão analisados o perfil socioeconômico e o histórico migratório dos moradores destes empreendimentos.

A tese que se pretende defender é a de que o surgimento dos condomínios fechados na área central de Nova Iguaçu e a manutenção desta tendência de verticalização terá impactos sensíveis sobre os padrões de mobilidade espacial da população no município.

A principal hipótese é a de que a oferta crescente de condomínios residenciais exclusivos providos de infraestrutura de lazer e segurança em Nova Iguaçu estaria atraindo, principalmente, famílias de classe média residentes em outros municípios da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo dos municípios mais influenciados por Nova Iguaçu, como Queimados e Belford Roxo.

Levantam-se ainda outras duas hipóteses: i) a semelhança entre os empreendimentos lançados em Nova Iguaçu e os condomínio fechados da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, estaria atraindo um fluxo de retorno de munícipes que teriam deixado Nova Iguaçu em décadas anteriores e ii) famílias residentes no núcleo da metrópole estariam encontrando, em Nova Iguaçu, a possibilidade de manter um padrão de vida cada vez mais difícil de sustentar nos bairros degradados do subúrbio carioca, sem que para isso precisem mobilizar muitos recursos, em função do menor custo de vida e de moradia na periferia.

Possivelmente, como resultado das migrações em direção a um dos municípios com maior centralidade da Baixada Fluminense, serão percebidos impactos sobre os deslocamentos cotidianos por razões de trabalho e, portanto, questões relativas aos deslocamentos pendulares também serão investigadas. Em que medida os migrantes que mudaram de município de residência para ou a partir de Nova Iguaçu mudaram também de local de trabalho ou permaneceram trabalhando no município de origem da migração?

No primeiro capítulo desta tese será apresentado o contexto espaço-temporal em que a temática analisada está inserida, buscando investigar as bases do processo de ocupação da região, desde a implantação dos primeiros núcleos de povoamento, passando pelo processo de metropolização, até o presente momento marcado por fortalecimento do crescimento econômico, fragmentação territorial e rearranjos na mobilidade espacial da população.

O capítulo seguinte traz a fundamentação teórica que serve de referencial para o desenvolvimento deste estudo e, assim, serão revisitados os conceitos de metrópole e periferia, bem como o metaconceito da mobilidade espacial da população.

Na sequência, é traçado um panorama da questão metropolitana no Brasil. Na primeira parte do capítulo, são colocados os elementos que contribuíram para o processo de metropolização no país. Em seguida, apresenta-se a problemática referente ao processo de institucionalização das áreas metropolitanas. Finalmente, a partir da análise de algumas informações censitárias, apresenta-se o perfil demográfico da população residente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a fim de melhor compreender o contexto em que se insere o município de Nova Iguaçu, foco deste estudo.

No capítulo intitulado Mobilidade Espacial da População em Nova Iguaçu: o caso dos novos empreendimentos residenciais exclusivos, serão analisadas as implicações do surgimento de condomínios fechados sobre a mobilidade espacial da população de Nova Iguaçu - destacadamente sobre as migrações intrametropolitanas e os deslocamentos

pendulares. Isso será feito com base em entrevistas realizadas com moradores de cinco empreendimentos.

Esta tese não tem a pretensão de esgotar as reflexões sobre a metrópole, mas traz contribuições importantes para se pensar a escala metropolitana, mostrando que a experiência urbana é de caráter metropolitano, construída cotidianamente e que, portanto, a dimensão política já não tem o mesmo peso neste caso.

Em relação à pesquisa direta, persistiu-se no rompimento com os campos disciplinares e com as metodologias fechadas, buscando complementar os dados secundários com pesquisas de campo qualitativas a fim de reafirmar a centralidade de Nova Iguaçu a partir das informações sobre a pendularidade da população trabalhadora.

Espera-se que este estudo possa contribuir para o melhor entendimento dos processos de reorganização do espaço metropolitano como expressão concreta dos processos sociais. Além do interesse analítico que desperta o estudo dos padrões de mobilidade espacial da população, em particular do ponto de vista demográfico, seu impacto concreto no espaço metropolitano é absolutamente visível, o que por si só, justifica a preocupação pelo seu melhor entendimento.

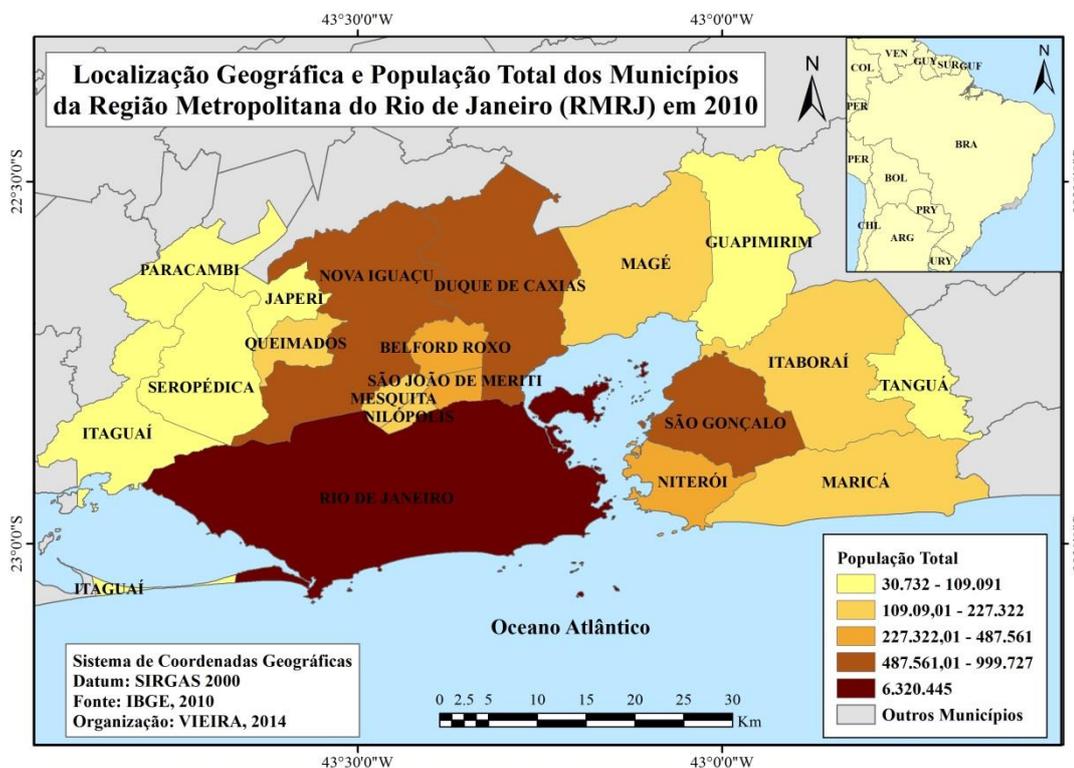
2. CONTEXTUALIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

O objetivo deste capítulo é apresentar o contexto espaço-temporal em que a temática analisada nesta tese está inserida. A fim de se buscar a compreensão do perfil socioeconômico do município de Nova Iguaçu e da centralidade que ele exerce na Baixada Fluminense, retomam-se aqui as bases do processo de ocupação da região, desde a implantação dos primeiros núcleos de povoamento, passando pelo processo de metropolização, até o presente momento marcado pelo processo de fortalecimento econômico, fragmentação territorial e rearranjos na mobilidade espacial da população.

No Mapa 1 é mostrada a localização do município de Nova Iguaçu no contexto metropolitano fluminense.

Mapa 1

Localização Geográfica e população Total dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010.



2.1 Os primórdios do processo de ocupação

A cidade de Nova Iguaçu, nascida ao redor de um porto na foz do Rio Iguassú, no fundo da Baía de Guanabara, teve um crescimento expressivo, chegando a ser considerada como um dos principais empórios da cidade do Rio de Janeiro especialmente pela boa acessibilidade via Baía de Guanabara, o que permitia o transporte facilitado de seus produtos por via marinha, fluvial ou terrestre.

Por muito tempo a região da Baixada Fluminense apresentou significativa evolução econômica até que por volta da metade do século XIX iniciou-se um período de decadência. A construção das estradas de ferro fez surgirem ao longo dos novos eixos de circulação inúmeras vilas e cidades, subitamente mais acessíveis pela relativização do espaço-tempo, o que contribuiu para o declínio e desaparecimento de localidades já bastante antigas e consolidadas. Soma-se a isso o assoreamento dos rios como resultado do acentuado processo de desmatamento das baixadas, que tornou mais frequentes os transbordamentos na região, formando áreas pantanosas, infestadas de mosquitos, tornando a área hostil a ocupação urbana. Aos poucos, as terras foram abandonadas (OZÓRIO, 2007).

As condições desfavoráveis que se observavam na antiga vila de Iguaçu fizeram com que, em 1891, se transferisse a sede do município para a localidade de Maxambomba, às margens da ferrovia Dom Pedro II, inaugurada em 1858. Ao ser elevada ao status de cidade, em 1916, seu nome foi mudado para Nova Iguaçu.

De acordo com Rodrigues (2006), a cidade viveu três grandes ciclos econômicos, que contribuíram para consolidar sua condição de sede de um dos principais municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Durante boa parte do período colonial, os distritos da região de Iguassú viveram da exploração da cana-de-açúcar e dos negócios do porto fluvial. No período imperial, a cultura do café substituiu os engenhos, deixando como saldo algumas fazendas e a consolidação da Vila de Iguassú. A transferência do núcleo da vila para a então Maxambomba, fugindo das pestes e buscando terras mais

férteis e secas, próximo à ferrovia, abriu perspectivas para um novo ciclo: o do cultivo e exportação da laranja, completando, assim, seu grande terceiro ciclo econômico que antecede o processo de urbanização do município.

2.2 Dos laranjais aos loteamentos

Marca principal da economia regional até meados do século XX, a laranja aparece nas pautas das exportações de Nova Iguaçu desde o ano de 1891, mas o período áureo da citricultura na área foi a década de 1930. Segundo Santos (2008), de 1930 a 1940, Nova Iguaçu foi chamada de Cidade Perfume, pois as laranjeiras em floração perfumavam todo o roteiro das ferrovias. A II Guerra Mundial, no entanto, provocou a interrupção das exportações e os laranjais cederam lugar às atividades industriais. Apenas uma década separou o auge da derrocada.

Até os anos 1930, Nova Iguaçu mantinha uma atividade agrícola intensa sendo responsável por 83% da produção de laranja do estado. A citricultura foi favorecida pela combinação de condições favoráveis, tais como o solo argiloso, o clima quente e úmido, o relevo de colinas suaves, a proximidade com o grande mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro - favorecida pela existência de um porto marítimo favorável às exportações e pela presença da estrada de ferro.

Com a eletrificação da ferrovia no trecho Rio – Japeri (1937) e do Ramal Deodoro - Santa Cruz, aumentou o interesse especulativo sobre as terras da região num quadro de elevação da pressão urbana sobre as áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Aos poucos, iniciou-se um processo de fracionamento das terras da região, conduzindo ao declínio da citricultura. Entretanto, foi a partir da eclosão da II Guerra Mundial que as exportações entraram definitivamente em colapso, pois toda a laranja era exportada em navios frigoríficos estrangeiros que não aportavam mais no Rio de Janeiro.

Ao término da guerra a produção brasileira não atendia mais o mercado interno e o governo proibiu a exportação de laranja. Com a medida, os preços caíram e a renda auferida com o cultivo declinou substancialmente. Assim, a última barreira para a transformação da terra agrícola em urbana caiu, liberando grandes parcelas do município para o uso urbano. Os laranjais começaram a desaparecer e em 1950 a planície em torno da sede do município já estava totalmente loteada (SOARES, 1962).

Neste mesmo contexto de acelerado parcelamento da terra em Nova Iguaçu, há um acirramento do problema habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Os grandes contingentes migratórios que chegam a capital não encontram moradia popular e, à exceção da distante área rural junto ao ramal ferroviário de Santa Cruz, os terrenos disponíveis estão quase esgotados. As favelas, embora fossem uma opção, estavam sujeitas a períodos cíclicos de acirramento da repressão e de operações de remoção, o que inibia as iniciativas de construção por parte de uma parcela da população pobre, com medo de arriscar.

Soma-se a isso o fato de as linhas de ônibus que ligavam a Baixada ao subúrbio carioca e ao centro da metrópole partirem exclusivamente do centro de Nova Iguaçu. Tem-se um cenário muito favorável a acelerada urbanização do município e a criação de uma excepcional centralidade, o que permitiu também a expansão do comércio e dos serviços para atender uma enorme população flutuante. No final dos anos 40 e início dos 50, a onda urbanizadora atingia os limites da cidade, promovendo notável crescimento demográfico, constituindo uma das fases mais marcantes da expansão física da cidade de Nova Iguaçu. Ela se expande horizontalmente em sucessivos loteamentos, desprovidos de infraestrutura e, ao mesmo tempo, assiste ao adensamento e verticalização de sua área central.

2.3 Expansão Metropolitana e a Consolidação de Nova Iguaçu na RMRJ

Para Abreu (1987), o acelerado crescimento populacional da Baixada Fluminense a partir da década de 1930 está ligado a quatro fatores determinantes: realização de obras de saneamento pelo DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), eletrificação da linha Central do Brasil a partir de 1935, instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio e a abertura da Avenida Brasil em 1946. De todos os municípios da Baixada, Nova Iguaçu, devido a sua condição prévia de cidade dotada de todos os serviços necessários a uma população urbana, tornou-se, apesar da maior distância em relação à Área Central do município do Rio de Janeiro, a área de destino mais valorizada na periferia. Para Soares (1962), isso transformou Nova Iguaçu na área mais cara entre os subúrbios periféricos e contribuiu para a fixação de uma pequena classe média local.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial levou a interrupção das exportações de bens primários nacionais, levando ao fim do ciclo da laranja em Nova Iguaçu. A crise iniciada na agricultura afetou todos os setores da economia iguaçuana, desde os pequenos comerciantes até a indústria de beneficiamento do produto e a partir de então a cidade buscou novos elementos para se reerguer, assumindo novas funções (SOARES, 1962).

O fim do ciclo da laranja marcou o início do fracionamento de terras no município. Diversos estudos buscaram descrever e analisar os processos de loteamento e autoconstrução ali em curso: Chinelli, 1980; Lima, 1980; Pacheco, 1983; Santos, 1988. Outros discutiram as relações entre a produção do espaço e os ativismos sociais locais, como Bernardes, 1983; Silva, 1993; Simões, 1993. A história econômica da região foi tema de estudos de Pereira, 1977; Souza, 1992; Oliveira, 2002; Rodrigues, 2006.

Com a conversão dos laranjais em loteamentos, a cidade foi progressivamente incorporada pelo Rio de Janeiro, constituindo desta forma aglomerados populacionais distantes da área central e carentes no que se refere à infraestrutura e serviços públicos e sendo habitada então em sua maior parte por trabalhadores migrantes e de baixa renda,

configurando uma periferia empobrecida. A existência de espaços vazios como resultado da crise da citricultura atraiu grandes contingentes populacionais que se direcionavam para o Rio de Janeiro mas que não conseguiam lá se estabelecer diante dos elevados custos de moradia.

Nova Iguaçu apresentava lotes baratos com transporte regular para o núcleo metropolitano e era bem equipado com comércio e serviços de uso cotidiano. Este quadro consolidou Nova Iguaçu como subcentro funcional, que reunia àquele momento seis agências bancárias, diversos estabelecimentos educacionais, onze armazéns, nove postos de combustível, 22 restaurantes e 266 botequins, nas imediações da estação ferroviária (SOARES, 1962). Neste contexto, dispondo de uma boa conectividade com seu entorno através de convergência de linhas de ônibus, a cidade passa a exercer uma forte centralidade na Baixada Fluminense, concentrando as atividades do comércio varejista na área atualmente conhecida como Centro Velho.

Nova Iguaçu buscou na industrialização a saída para a crise provocada pela decadência da laranja. Nesse sentido a abertura da Rodovia Presidente Dutra em 1951 foi fundamental. A instalação de indústrias e centros comerciais e de serviços associados a maior distância em relação ao núcleo da metrópole firmou Nova Iguaçu como polo regional. O município assumiu uma centralidade industrial e comercial frente aos municípios vizinhos e uma relativa autonomia em relação ao Rio de Janeiro (ABREU, 1987).

O município de Nova Iguaçu já possuiu área territorial muito maior do que a atual. Diversas emancipações de distritos marcam a história do município. O primeiro desmembramento data de 31 de dezembro de 1943, quando foi ratificada pela Câmara dos Vereadores a emancipação de Duque de Caxias (incluindo o distrito de São João de Meriti). Em 1947 foi a vez de Nilópolis se emancipar, no mesmo ano em que São João de Meriti se separou de Duque de Caxias. Seguiu-se então um longo intervalo de mais de quatro décadas até que um novo distrito conseguisse emancipação. Segundo Simões (2007), entre 1947 e 1964 houve tentativas de emancipação por parte de Mesquita, Queimados e Belford Roxo, todas sem sucesso. A reabertura política e a Nova Constituição de 1988 mudam o cenário e

os critérios para a emancipação, abrindo caminho para uma nova onda de fragmentações territoriais.

Em 1988 houve a emancipação de Belford Roxo (segundo menor distrito, porém um dos mais populosos), seguido por Queimados – onde estava localizado o Pólo Industrial de Nova Iguaçu. No ano seguinte, foi a vez de Japeri. Em 1999, Mesquita, distrito de apenas 36km², também se emancipou.

A partir dos anos 1980 começa a se perceber de forma mais bem delineada uma heterogeneizaçãosocioespacialdo município, embora o processo remonte a décadas anteriores (SANTOS, 2007). Grande parte da elite econômica do município se fez com base no núcleo familiar, através da prosperidade de pequenos negócios familiares que foram tomando uma grande dimensão. Durante o período de consolidação como subcentro funcional formou-se em Nova Iguaçu uma classe média constituída por famílias tradicionais remanescentes do período da citricultura: políticos locais, profissionais liberais, empresários e comerciantes. Esta classe média instalou-se junto ao Centro e aos pés da Serra de Madureira e sua presença contrapõe-se ao imaginário de pobreza lançado sobre Nova Iguaçu.

Paralelamente, alguns estudos sinalizam que a falência do Sistema Nacional de Habitação na década de 1980, período também marcado por forte inflação, tornou o financiamento da casa própria mais dependente de recursos próprios, estreitando o mercado das incorporadoras, que se voltaram, sobretudo, ao lançamento de unidades residenciais na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (RIBEIRO e LAGO, 1994; SANTOS, 2007). Assim, as periferias metropolitanas passaram a ser alternativas mais acessíveis às classes sociais menos favorecidas devido ao menor preço do solo. Teria sido desta forma que alguns municípios da RMRJ passaram a atrair para suas cidades razoavelmente bem equipadas e integradas ao núcleo por rede viária, crescentes fluxos de uma classe média empobrecida oriunda da cidade do Rio de Janeiro.

Nova Iguaçu, por possuir infraestrutura de negócios mais bem desenvolvida que as demais cidades vizinhas ao Rio de Janeiro, concentrou os empreendimentos que atendiam a esta classe média migrante bem como a expansão da classe média local. Assim, a heterogeneizaçãosocioespacialde Nova Iguaçu começa a se fazer mais perceptível. Aos poucos, a paisagem dos bairros próximos ao centro começou a mudar, bem como seu conteúdo social: no lugar de residências autoconstruídas surgiram novas unidades com bom padrão de acabamento, sobretudo no eixo em direção a Estrada de Madureira.

Na Baixada, segundo Lago (2002), os pequenos promotores lançaram-se à produção de empreendimentos de pequena densidade e pouco verticalizados, os quais constituíram importante alternativa de compra às camadas médias da população local. Entre as construtoras pioneiras no município estão a Predial Granfino, a Condomínio e a Confiança. Na década de 1980, em meio à crise do Sistema Financeiro de Habitação, os pequenos construtores pouco capitalizados, começaram a lançar empreendimentos por sistema de incorporação por “empreitada” destinados a uma classe média de menor poder aquisitivo (FURLANETTO, et al 1987; BRITO, 1990; LAGO, 2000; SANTOS, 2007).

Nos anos 1990, com o controle da inflação e o retorno de financiamento público através de bancos como Caixa Econômica Federal e bancos privados, o setor imobiliário capitalizado voltou a desconcentrar sua produção para os subúrbios tradicionais e também para áreas consolidadas na periferia, lançando imóveis de mais elevado padrão nessas áreas (LAGO, 2002). Assim, a lógica segregacionista do capital incorporador que concentrou os mais ricos nas áreas centrais do núcleo metropolitano e empurrou os mais pobres para a periferia, reproduziu-se no interior das próprias periferias. Segundo Lago (2002), 83% dos empreendimentos residenciais lançados em Nova Iguaçu entre 1980 e 1996 estavam localizados no distrito-sede – bem como todos os novos empreendimentos que seguem o padrão de torres residenciais com infraestrutura de segurança e lazer, alvo deste estudo.

A atual conjuntura é muito diferente daquela observada pelos autores nos anos 1980 e os financiamentos via bancos públicos ampliaram-se sobremaneira nos últimos cinco anos. No entanto, o fortíssimo aquecimento do mercado imobiliário no núcleo da metrópole pode

estar promovendo processo semelhante e atraindo para áreas bem equipadas na periferia populações repelidas de bairros mais periféricos no município-núcleo bem como a classe média de outros municípios da própria Baixada Fluminense com infraestrutura comercial menos sofisticada.

Os novos empreendimentos voltados às classes médias substituem em importância os pequenos loteadores descapitalizados que foram os principais agentes configuradores da paisagem tradicional da periferia no início de sua ocupação. Trata-se de construtoras locais de pequeno e médio porte e mais recentemente grandes empresas como Gafisa e Rossi, que tradicionalmente não lançavam empreendimentos na periferia devido a pequena margem de especulação, gerando baixo retorno comparado aos empreendimentos localizados no núcleo metropolitano.

A partir da década de 1980 houve considerável incremento de uma população mais abastada em Nova Iguaçu: enquanto em 1980 a População Economicamente Ativa (PEA) com rendimentos acima de 10 salários mínimos era de 5127 pessoas ou 1,4% da PEA, o Censo 2000 registrava 15802 pessoas, ou 3,83% da PEA nesta mesma faixa de rendimento. Neste mesmo período a população total do município diminuiu 68,94% devido à emancipação de quatro municípios.

Estes e outros dados derrubam estereótipos em relação à Nova Iguaçu. O município, comumente pensado como “cidade-dormitório”, apresenta o terceiro melhor desempenho na construção civil entre todos os 92 municípios do estado, bem como a quarta colocação no ranking dos setores de comércio varejista e comunicações e a quinta colocação no ranking de instituições financeiras, transportes e serviços industriais de utilidade pública (TCE, 2006).

Em 2000, o município de Nova Iguaçu, onde residiam 26,6% da população da Baixada Fluminense, detinha 36,1% da população ocupada na região com rendimentos mensais superiores a 20 salários mínimos, 32,2% da população ocupada com rendimentos mensais entre 15 e 20 salários mínimos e 30,7% da população ocupada que recebia entre 10 e 15 salários mínimos na Baixada Fluminense. Isso faz de Nova Iguaçu o município com maior

população com rendimentos mais elevados em toda a Baixada Fluminense, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos.

Que motivos levariam as classes mais abastadas a permanecerem residindo em Nova Iguaçu, diferente do que se observa, por exemplo, em Duque de Caxias, onde a despeito do crescimento econômico do município, diminui a quantidade de moradores de renda mais elevada? Segundo Santos (2007), é preciso considerar as tradicionais relações de amizade e parentesco e o status que estas famílias detêm no município. Foi identificado em entrevistas de campo realizadas por Santos (2007) que durante o *boom* imobiliário dos anos 1980 e 1990 na Barra da Tijuca, grande parte da elite econômica local adquiriu residências no bairro carioca, mas iniciaram um retorno já na década de 1990 por não terem se acostumado com o estilo de vida da Barra da Tijuca, “desenvolvido em grande parte dentro de um automóvel, sem o burburinho da calçada e sem o status que essa população detinha em Nova Iguaçu” (SANTOS, 2007, p.170). Estariam os novos empreendimentos residenciais exclusivos fortalecendo esse movimento de retorno?

Para Santos (2007), a heterogeneizaçãosocioespacial do município estaria se verificando, sobretudo, às custas de uma maior homogeneização socioespacial de uma área específica da cidade, que se torna cada vez mais segregada, limitando a dimensão da heterogeneização em curso.

O chamado Centro Novo de Nova Iguaçu se destaca na fisionomia da cidade, seduzindo e polarizando investimentos, sobretudo a partir da década de 1990, que se refletem na atração de uma clientela formada por iguaçuanos de média e alta renda bem como famílias oriundas de outros municípios da Baixada Fluminense. Aos poucos surgem grandes centros comerciais e de serviços, abrigando consultórios médicos e odontológicos, escritórios de advocacia, serviços de informática, promovendo uma ruptura com seu entorno. A produção destas novas formas urbanas na Área Central do município se contrapõe às luxuosas residências que remetem ao período da citricultura, combinando, deste modo, distintas espacialidades e temporalidades.

2.4 Os condomínios fechados em Nova Iguaçu

A Baixada Fluminense está sendo cobiçada por grandes construtoras. Em entrevistas com corretores locais observou-se que os cada vez mais numerosos empreendimentos na região visam oferecer o que há de melhor em opções de lazer para o morador da Baixada sem que ele precise deixar a cidade. O foco é a implantação de empreendimentos dentro do conceito de clube-residência com opções de espaço gourmet, brinquedotecas, espaço *fitness*, área de repouso com hidromassagens e piscinas além de serviços de arrumação, limpeza e lavanderia.

Segundo Raposo (2012), os condomínios fechados ou "*gatedcommunities*" surgiram pioneiramente na Inglaterra em meados do século XVIII. Desde então e até cerca de 1970 aquela forma socioespacial manteve-se adormecida. Nos EUA, na década de 1970, surgiram diversos empreendimentos imobiliários residenciais novos que adotaram a fórmula do espaço fechado, sobretudo na Califórnia. De um modo geral, esses novos empreendimentos fechados começaram por assumir essencialmente a forma de *master-plannedcommunities* (MPCs). Essas, de grande escala e dotadas de variados equipamentos e serviços coletivos privados, são normalmente governadas por associações de proprietários e sujeitas a um plano diretor e a regulamentos internos (MOUDON, 1990 e KNOX, 1992). Na década de 1980, os empreendimentos residenciais fechados multiplicaram-se e passaram também a assumir formas muito variadas, incluindo-se aí sua formatação mais comum na atualidade: os empreendimentos urbanos de escala mais reduzida e essencialmente constituídos por edifícios de apartamentos equipados com áreas de uso comum.

No resto do mundo o fenômeno começou a fazer-se notar desde 1980. No Brasil, os condomínios fechados afirmaram-se como uma realidade importante, pelo menos no Rio de Janeiro e em São Paulo (RIBEIRO, 1996 e CALDEIRA, 1996).

Os condomínios fechados são uma forma socioespacial residencial que contemplam torres de apartamentos, conjuntos de casas ou um misto das duas situações anteriores e

que detém as três características seguintes: 1) equipamentos privados ou privatizados de utilização coletiva em número e tipo variável (piscinas, campos de tênis, jardins, parques); 2) impermeabilidade do perímetro e controle do acesso de tipo e grau variável; 3) propriedade privada coletiva de espaços exteriores associados à função residencial que coincidem com ou constituem o suporte físico dos equipamentos (RAPOSO, 2012).

Ao se projetarem como opção de moradia para os estratos mais abastados, os condomínios fechados consolidam uma imagem bastante coesa de grupos sociais que, efetivamente, têm condições de adquirir e de morar nas áreas mais caras da cidade, sejam aquelas que originariamente concentraram a alta renda, sejam aquelas que mais recentemente passam a ser ocupadas por empreendimentos desse tipo – muitas vezes, confirmando e demonstrando o deslocamento das elites dentro de um mesmo vetor espacial (OLIVEIRA JR, 2008).

Em Nova Iguaçu, os cinco setores censitários que continham, em 2010, pelo menos 20,01% dos responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimentos iguais ou superiores a 20 salários mínimos são também aqueles que concentram os lançamentos imobiliários das últimas décadas. Assim, observa-se que o mesmo padrão metropolitano centro-periferia se reproduz na escala intramunicipal (Mapa 2).

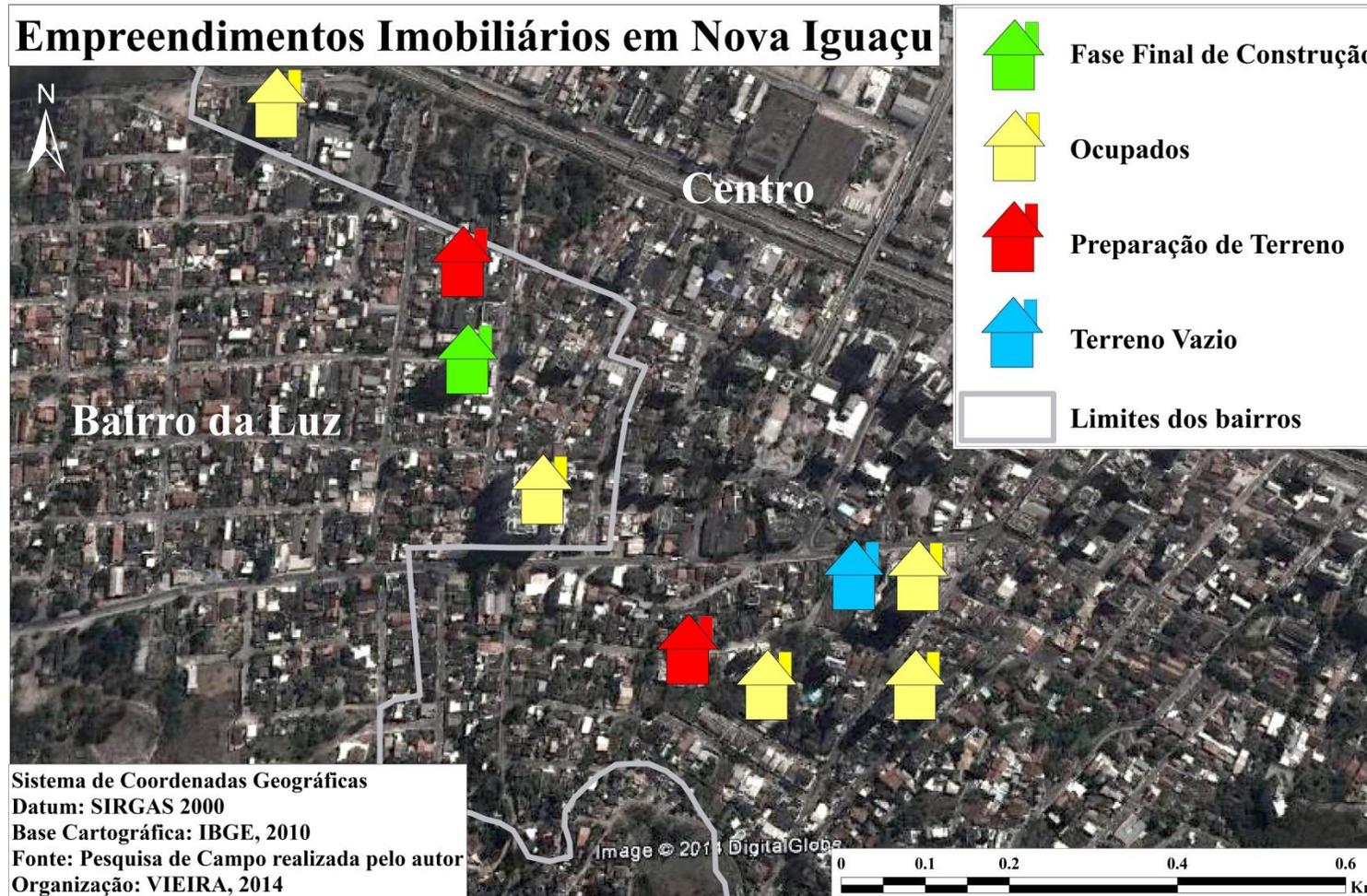
Diferente do que ocorre em São Paulo, não se observa ainda, na periferia da RMRJ, enclaves fortificados no sentido colocado por Caldeira (2000). A demanda por este tipo de empreendimento na metrópole carioca ainda encontrou amplos terrenos vazios na Baixada de Jacarepaguá, onde atualmente se concentra esse modelo urbano que se aproxima da nova suburbanização americana. Paralelamente, amplia-se a migração para municípios externos a RMRJ, a exemplo de Petrópolis e Maricá, constituindo um fenômeno que Souza (2000) classificou como suburbanização ampliada.

Mas a heterogeneização da periferia não se dá apenas pelo aumento da população de média e alta renda, que buscam novas formas de moradia na área central de Nova Iguaçu. Para Ribeiro e Lago (1994), a década de 1980, expressou o fim do acesso a casa

própria para a população pobre acompanhado do incremento e expansão da favelização na periferia. Assim, o incremento da favelização e o crescimento da indigência constituiriam, também, sintomas de uma periferia cada vez mais heterogênea sócio-espacialmente. O incremento da população com maiores níveis de rendimento não foi suficiente para impedir a queda da renda média do município nos anos 1980. Nesta década, a proporção de pessoas vivendo com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo aumentou em 49,4% (RODRIGUES, 2006). No que tange ao mercado imobiliário, é preciso considerar as mudanças recentes decorrentes do Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 durante o segundo mandato do ex-presidente Lula.

Em síntese, a Baixada Fluminense e em especial o município de Nova Iguaçu têm vivido a expansão das suas bordas periféricas, onde se alojam as populações pobres em condições mais precárias que as observadas em décadas anteriores, apesar de tornar-se também lócus de residência de uma classe média mais expressiva e de empreendimentos residenciais exclusivos voltados a esse perfil de população.

Mapa 2
Localização dos empreendimentos residenciais exclusivos ocupados e em construção
na Área Central de Nova Iguaçu, 2014.



3. METRÓPOLE, PERIFERIA E MOBILIDADE: ENFOQUES TEÓRICOS

Alguns conceitos servirão de embasamento para o desenvolvimento deste estudo: discussões acerca dos conceitos de metrópole e periferia, bem como o metaconceito de mobilidade espacial da população constituirão os eixos básicos do referencial teórico-metodológico da pesquisa.

3.1 Metrópole

O espaço urbano é um tipo particular de espaço, socialmente produzido, diferenciado historicamente e denso: a aglomeração está na base de seu entendimento. O que caracteriza o urbano seja qual for o tamanho da cidade é a concentração (LENCIONI, 2008). A cidade, forma material do espaço urbano, é um local de concentração de pessoas, de atividades, de fixos e fluxos (SANTOS, 1997). O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano (LEFEBVRE, 1999).

Outro elemento importante no entendimento do espaço urbano é a segregação. A cidade sempre foi um produto da desigualdade social. Dessa forma o pressuposto para existência da cidade é a diferenciação da sociedade em classes (SINGER, 1978).

A cidade reflete no espaço as diferenças sociais e a explicitação das diferenças sociais produz um espaço diferenciado. Segundo Castells (1983), num primeiro sentido, pode-se entender por segregação urbana, a tendência a organização do espaço em zonas de forte homogeneidade espacial interna e com intensa disparidade social entre elas sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, mas também de hierarquia (CASTELLS, 1983).

Na sociedade capitalista, o acesso às diferentes áreas dentro do tecido urbano é mediado pelo mercado imobiliário (SILVA, 2012). Dessa forma as classes sociais, que devido ao seu papel nas relações sociais de produção, com maior poder econômico e político tem acesso às áreas mais valorizadas socialmente, normalmente são aquelas mais bem dotadas de infraestrutura e de amenidades. Segundo Harvey (1975), a segregação significa acesso diferenciado aos recursos sociais, o que leva a diferentes oportunidades sociais e a tendência dos espaços segregados serem também espaços de reprodução das classes sociais.

Se a segregação faz parte da história das cidades desde a sua origem, sendo um dos elementos definidores do urbano, nas últimas décadas o processo de segregação atingiu uma nova etapa, o que levou estudiosos a identificarem um novo grau do processo de segregação denominado de fragmentação. Segundo Souza (2006), a fragmentação não se confunde com a segregação clássica que predominou até os anos 70. Segundo o autor, “a segregação do tipo ‘clássico’, no Brasil urbano, é um processo de ‘empurramento’ dos pobres para espaços desprezados pelas elites e pela pequena burguesia” (SOUZA, 2006, p 466). Nessa situação os pobres frequentavam os espaços dos ricos, como as praças públicas e praias. Souza (2000) discute a fragmentação sociopolítico-espacial, dando destaque em primeiro plano à dimensão política, às relações de poder a partir do surgimento de poderes paralelos ao Estado, que territorializam vários pontos do espaço intraurbano, desafiando o controle estatal. O autor cita as favelas e/ou os loteamentos nas periferias pobres das cidades, dominadas por grupos de traficantes que impõem regras de convivência aos outros moradores e aos estabelecimentos comerciais e de serviços.

Na outra ponta do espectro da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial está a territorialização dos ricos, com regras previamente determinadas e legitimadas perante o Estado, o que Souza (2000) chama de “escapismo das elites para as periferias das cidades”. Essa fragmentação se caracteriza pela dispersão das áreas residenciais das elites, em loteamentos fechados, condomínios horizontais e shopping centers, com rígidas regras de convivência e conduta. Ou seja, a fragmentação do tecido sócio-político espacial, como o

autor denomina, partiria de um fechamento territorial, que se apresentaria de forma mais marcante – mas não exclusiva – nos dois vértices da pirâmide social. De um lado os ricos e a classe média que se isolam em seus condomínios fechados, cercados por muros e todo um aparato de segurança e de outro lado os moradores de favelas com possibilidades de mobilidade cada vez mais restrita devido ao controle exercido pelos traficantes de drogas, dificuldades financeiras para mobilidade, imposição social de imobilidade (estigmas, laços familiares, sentimento de pertencimento etc.).

A fragmentação seria um processo que estaria ocorrendo em maior ou menor grau em todo o mundo, em especial nas grandes metrópoles. Este fenômeno representaria, portanto, uma ruptura com o tecido urbano tradicional e com a forma de vivência da cidade que conhecemos em que “(o espaço) era constituído por áreas homogêneas do ponto de vista social, ou funcionalmente especializadas, as quais estavam ligadas por relações de complementaridade e interdependência, com frequência numa organização de tipo hierárquico” (SALGUEIRO, 1998, p 40).

Janoschka e Glasze (2003) veem a fragmentação como consequência da difusão dos parcelamentos de solo fechados, enfocando o termo a partir de três níveis analíticos. O primeiro é o da fragmentação físico-material, segundo o qual há desintegração espacial do corpo urbano construído em unidades independentes, como as construções de áreas de acesso restrito em partes do tecido urbano, que impõem descontinuidades no tecido urbano. O segundo nível é o da fragmentação social, como consequência da fragmentação físico-material, que implica na supressão de espaços públicos e organização da vida orientada “para dentro”, evitando o contato com as pessoas que se distinguem de seu estilo de vida, alimentando a ilusão “de viver junto e separado ao mesmo tempo”. O terceiro nível analítico é o da fragmentação político-territorial, como ocorre nas urbanizações fechadas que se estendem a uma superfície tão extensa que os serviços comunitários e os meios de transportes são prejudicados. Esse nível assemelha-se ao que Souza (2000) intitula de fragmentação sociopolítico-espacial, em que as regras do Estado são substituídas por outras paralelas, normatizando o território por interesses privados.

Diante destas diferentes abordagens, há consenso de que esse é um processo recente na urbanização latino-americana. Nota-se a diferença entre as abordagens, que enfocam a esfera política, a cultural ou a físico-material. Todavia, todos definem a fragmentação como rompimento e descontinuidade. Santos (2013) entende que a fragmentação também pode se dar em territórios contínuos, sem que haja a separação espacial, considerada uma fragmentação funcional sobre os usos da cidade, a negação ou a impossibilidade de uso dos diversos espaços da cidade.

Para Silva (2012), de certa maneira a emergência da fragmentação pode ser vista como a feição mais clara da passagem de um espaço intraurbano organizado a partir de uma perspectiva absoluta – em que o tecido urbano é formado por um mosaico de áreas diferenciadas do ponto de vista do conteúdo social que possuem, sendo os limites entre as áreas delimitados de forma mais ou menos clara – para um espaço organizado sob uma perspectiva relativa – uma série de enclaves territoriais, como , clubes, condomínios fechados, que possuem relações muito mais intensas entre si do que com os seus entornos imediatos. Assim, aponta-se para uma estruturação do cotidiano urbano em rede e não mais a partir da contiguidade como aparece fortemente na ideia de bairro.

O espaço fragmentado não seria, portanto totalmente desarticulado, mas apenas articulado em outras escalas. Escala essa que normalmente suplanta aquilo que concebemos como cidade e urbano, sendo na realidade um desafio a se pensar esses conceitos na atualidade, pois como afirma Sposito (2011) a ideia da cidade como uma unidade não corresponderia mais a realidade atual.

O processo de urbanização contemporâneo atingiu um estágio de complexidade tão significativo que acabou por se refletir, já na primeira metade do século XX, na formação de novas espacialidades urbanas às quais se convencionou chamar de Regiões Metropolitanas. As Regiões Metropolitanas são um organismo espacial formado por um núcleo urbano mais dinâmico em torno do qual orbitam outras municipalidades que, embora independentes do ponto de vista político, compartilham com o núcleo uma mesma dinâmica socioeconômica cotidiana.

Segundo Robira (2005), é qualificado como área ou região metropolitana aquele território mais ou menos urbanizado que fica em torno de uma grande cidade e depende dela. Para entender a metrópole, a autora faz uso de uma metáfora: tratar-se-ia de um “território colonizado por uma grande cidade”; onde a grande cidade “explora seu ouro e sua prata, ou seja, seus recursos (água, solo, trabalho...), impõe-lhe seu modo de organização e em troca recebe as bijuterias”, ou seja, aqueles equipamentos ou infraestruturas que a grande cidade expulsa: indústrias mais poluentes, urbanização marginal, aeroportos, rodovias, presídios, aterros sanitários, plantas de tratamento... Dessa forma, classifica-se como território metropolitano aquele que mais intensamente, comparado com outras cidades relativamente próximas, se subordina a uma centralidade de uma cidade concreta.

Tendo em vista que em quase todos os países se produz um intenso processo de urbanização, é possível dizer que no processo de acumulação primitiva, toda cidade em seu movimento de expansão ou de colonização do território, impõe uma subordinação urbana ao seu entorno e, em consequência, independentemente de seu tamanho, organiza o processo de metropolização do território, no qual fundamentalmente se acumulam espaços deficitários, social e urbanisticamente, que logo atuam como reservas urbanas ou territórios-reserva. Por essa perspectiva, pode-se considerar que o mundo está progressivamente se metropolizando. Mas nem todos os contextos urbanos adquirem o qualificativo de metropolitanos. Este atributo depende do valor da centralidade relativa de uma cidade com respeito a outras e esta valoração tem mais a ver com a percepção ou vivência da organização territorial de um país em concreto do que com o fenômeno global de colonização ou capitalização urbana do território.

A metrópole capitalista é uma forma urbana sem precedentes na história do processo de urbanização. “As metrópoles contemporâneas são os maiores objetos culturais jamais construídos pelo homem” (SANTOS, 1990, p. 9). Representam um novo patamar do processo de urbanização e podem ser vistas ao mesmo tempo como uma evolução e uma negação da cidade. As metrópoles capitalistas surgem a partir da Revolução Industrial,

associadas às novas necessidades que essa revolução social e técnica demandam. A necessidade de produção em uma escala ampliada levou a necessidade de um espaço urbano produzido em uma escala ampliada, esse espaço é a metrópole.

A metrópole pode ser caracterizada como uma aglomeração de grandes proporções, com um padrão de segregação muito mais complexo do que o encontrado em outras cidades. Se a cidade é o ponto de partida histórico e lógico para a formação da metrópole, a metrópole representa de certa forma uma negação, superação da cidade. Assim: do ponto de vista de sua organização interna, a metrópole moderna instalou-se a partir da explosão sucessiva dos estágios urbanos precedentes, o povoado e depois a cidade, num ciclo que traduz a contínua necessidade de ser eficiente, de exercer de forma plena as suas funções de “lugar de centralização” de forças econômicas, de relações sociais, de manifestações artísticas e de inovação técnica. Essa natureza inegociável e muitas vezes violenta do desenvolvimento metropolitano se exprime de forma clara na sua dimensão material (MEYER, 2000). Portanto, tem-se um processo de desenvolvimento da metrópole, um processo de metropolização. Esse processo, impulsionado pelas necessidades dos agentes sociais e do sistema produtivo, se dá pela explosão sucessiva dos arranjos urbanos precedentes – povoado, cidade – com a constituição de um novo arranjo urbano, produzido em outra escala, que ultrapassa os limites da cidade individual, e constitui um tecido urbano metropolitano, conurbado ou não, em que se consolida uma vida de relações que articula os espaços absolutos e relativos, constituindo uma unidade do ponto de vista funcional. Unidade que aparece, por exemplo, nos deslocamentos cotidianos entre residência e trabalho.

Mesmo que não haja uma integração física do espaço urbano metropolitano, ou seja, conurbação, a metrópole apresenta uma integração do ponto de vista do espaço relativo, visto que temos distintas áreas com intensa integração entre si por fluxos de mercadorias e de pessoas e com um forte papel dos nós articuladores dessa integração, em especial o Distrito Central de Negócios (CBD) e também, a partir de um ponto de vista relacional, visto que as diferentes áreas que compõem uma metrópole estão integradas dentro de uma

mesma divisão territorial do trabalho estabelecendo entre elas relações de complementaridade e hierarquia.

As metrópoles dos países latino-americanos, que se formaram a partir da Segunda Guerra Mundial, possuíam uma estrutura urbana bastante característica, marcada pela oposição entre um centro, concentrador de infraestrutura e com população de alta renda e uma periferia deficiente em infraestrutura habitada pelos pobres. Essa forma de estruturação da metrópole aparece claramente em Santos (1986):

“A área metropolitana se desenha entre extremos: há nelas seções de território onde os custos econômicos são tão altos que podem ser vistos como tendendo ao infinito e onde as condições de vida são relativamente excelentes, fazendo os custos sociais tenderem a zero; em contrapartida, há outros lugares em que os terrenos não valem nada, mas em que se paga um alto preço em termos de vida cotidiana, pois não há infra-estrutura, serviços, transporte adequado e segurança. Entre as situações de ponta há milhares de configurações compósitas” (SANTOS, 1986, p. 5).

Embora a demarcação de áreas metropolitanas tenha se iniciado nos Estados Unidos já na década de 1950, no Brasil, o fenômeno da metropolização remete à década de 1960, quando o crescimento das periferias urbanas decorrentes do êxodo rural iniciado pouco mais de duas décadas antes começava a se refletir na existência de áreas conurbadas no entorno das principais cidades do país (DAVIDOVICH, 2004). Sua delimitação, no entanto, ocorrerá apenas na década seguinte. A explosão urbana brasileira decorre de um período de transição demográfica com taxa de fecundidade ainda muito elevada e diminuição da mortalidade, também marcado por expressivas migrações internas polarizadas pelas grandes cidades (SILVA, 2012).

No final da década de 1960, a publicação do artigo “Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas” (GALVÃO & FAISSOL, 1969) lançou as bases metodológicas para a delimitação das áreas metropolitanas brasileiras, permitindo que o debate sobre os processos de metropolização, até então limitado ao plano teórico e ao universo acadêmico, pudesse ganhar concretude e chegar ao meio político.

Em 1973, as primeiras regiões metropolitanas foram oficialmente criadas no país pelo IBGE. Segundo Randolph e Gomes (2007), a razão do reconhecimento foral das metrópoles, em pleno governo militar brasileiro, era dupla: sob o ângulo econômico, tornar mais racional a prestação dos chamados serviços de interesse comum, ou seja, serviços que interessam a mais de um município e que podem ser mais inteligentemente oferecidos por meio de uma gestão integrada; e sob o ângulo da geopolítica interna, na qual se buscava intervir mais facilmente nestes espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira.

Depois de um período de aparente crise, as metrópoles vêm reassumindo um papel importante dentro do Brasil. Se entre 1980 e 1991 as regiões metropolitanas brasileiras registraram crescimento inferior à média nacional (1,8% e 1,9%, respectivamente), já na década de 1990 apontava-se para um ressurgimento: crescimento de 2,1% contra 1,6% do crescimento registrado no país. Essa retomada, no entanto, ocorre em meio a mudanças: a Região Metropolitana, em seu sentido clássico, vem se reestruturando e assumindo, como consequência, novas conformações espaciais. Para Silva (2012), se antes a metropolização apresentava tendências de concentração e aglomeração, passa, recentemente, a associar-se ao surgimento de novos espaços metropolitanos e às mudanças internas nas próprias áreas já metropolizadas. Assim, não se deve pensar nas questões metropolitanas apenas em termos quantitativos, mas também é fundamental considerar as mudanças qualitativas em curso no interior das áreas metropolitanas.

A aceleração constante do processo de urbanização no Brasil, como evidenciado pela evolução da proporção de população vivendo em cidades, que era de 55,91% em 1970 e atingiu 81,25% em 2000, trouxe grandes transformações no quadro urbano e metropolitano (CASTELLO BRANCO, 2006). Estas transformações fazem com que o processo de metropolização assuma diferentes formas e conteúdos, segundo as características regionais da rede urbana (SANTOS, 1993), que se caracteriza pelos contrastes. Podem ser identificadas áreas urbanas cada vez mais extensas, onde os limites tornam-se mais fluídos principalmente, nas áreas de economia mais dinâmica onde é mais difícil identificar os limites da cidade (SOJA, 1993), em oposição a outras formas urbanas que guardam características de períodos anteriores, reflexo de diferentes relações sócio-espaciais. Estas

aglomerações apresentam estrutura espacial complexa, com a incorporação à mancha urbana de municípios contíguos, que podem constituir-se em subnúcleos residenciais, industriais, de prestação de serviço; localizados, muitas vezes, a consideráveis distâncias uns dos outros.

Conforme estudo realizado por pesquisadores do Observatório das Metrôpoles (2009), o território nacional é articulado por uma rede de 37 unidades de espaços urbanos constituídos por Regiões Metropolitanas (RMs), Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) e capitais com forte capacidade de polarização no território nacional, organizando-se em redes e sub-redes de cidades. São espaços singulares no contexto urbano, regional e econômico brasileiro, tanto pela escala, como também pela densidade econômica e demográfica: nesses espaços residem aproximadamente 87 milhões de pessoas (em torno de 45% da população nacional em 2010). Entre estes grandes espaços urbanos, 15 foram identificados como espaços urbanos com funções metropolitanas, por apresentarem atributos próprios das novas funções de coordenação, comando e direção das grandes cidades na “economia em rede” emergente com a globalização e a reestruturação produtiva. Conforme sugere a literatura, o papel das cidades, e especialmente das metrôpoles, vai transformando-se a partir de uma maior integração dessas às redes da economia mundial (VELTZ, 1996; SASSEN, 1991; CASTELLS, 2000). Essa globalização acarretaria mudanças expressivas nos mercados de trabalho, com empregos altamente qualificados e elevada remuneração em contraposição a empregos com pouca ou nenhuma qualificação e com salários mais baixos. Isso ocorreria ainda num contexto de redução da atividade industrial e expansão dos serviços, crescendo também o trabalho informal.

Apesar de muitos estudos apontarem tendências de desconcentração populacional a partir das metrôpoles (RIBEIRO et al, 2009 e 2011; SILVA e RODRIGUES, 2010, entre outros), elas seguem reunindo significativa parcela da população brasileira. O Censo Demográfico de 2010 revelou que o Brasil tinha em torno de 190 milhões de pessoas, destas, 84% residiam em áreas urbanas. Embora com menores ritmos de crescimento, a participação da população metropolitana permanece constante: após aumento de 1991 para 2000,

apresentou a mesma participação de 2000 para 2010, cerca de 36%. São quase 70 milhões de brasileiros residindo em áreas metropolitanas – em pouco menos de 300 municípios.

Muitos estudos chamam atenção para o baixo ritmo de crescimento populacional nas metrópoles desde os anos 1990 (MARTINE, 1992; DINIZ, 1993; CANO, 1997, SOUZA, 2000), mas quando analisamos os diferentes espaços metropolitanos, podemos perceber diferenças consideráveis. De modo geral, os núcleos seguiram apresentando menor ritmo de crescimento (1,33%), enquanto as periferias das metrópoles apresentaram quase 3,00% a.a. de crescimento populacional na década de 1990 – nestas, podemos ver que foram os municípios com alta e média integração que apresentaram maior crescimento populacional (mais de 3,00%).

Na primeira década deste século, o Brasil cresceu a uma taxa de 1,17% a.a., tendo as áreas metropolitanas crescido a uma taxa de 1,23% contra 1,14% do interior. Há ainda muitas diferenças considerando-se os níveis de integração, pois os núcleos e os municípios muito altamente integrados à dinâmica metropolitana apresentam as menores taxas de crescimento, o que sugere uma propagação dos avanços na dinâmica demográfica, enquanto os municípios com muito baixa integração passam a apresentar as maiores taxas de crescimento no universo metropolitano. Essas tendências coincidem também com o comportamento migratório intrametropolitano que tem sido observado nos últimos anos.

Segundo Brito (2009), “a redução excepcional da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais descolou a mobilidade espacial da mobilidade social”, inaugurando um novo padrão migratório e superando as antigas teorias e o paradigma que servia de referência para elas. Para o autor, as grandes metrópoles passaram a ser, para os migrantes que chegam, ou para aqueles que dentro dela se movem, acima de tudo, “uma arriscada busca da sobrevivência, com uma grande possibilidade de insucesso”. Assim, a reemigração, o retorno e a migração de curto prazo se transformam em opções para os migrantes, mesmo para aqueles que, na sua região de origem, pouco têm para uma sobrevivência digna.

Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011) mostraram que as metrópoles mais antigas apresentam menores taxas de crescimento, principalmente em seus núcleos; mas também é possível observar crescimento expressivo em outros agrupamentos de municípios. Na metrópole do Rio de Janeiro, por exemplo, Santos (2007) identificou um grupo de municípios com alta integração que cresceram a 3,5% a.a. nos anos 2000, a exemplo de Itaboraí e Itaguaí.

Segundo Moura (2009), nessas densas regiões urbanizadas, o padrão de crescimento populacional dos polos, que assumiram seletivamente funções mais qualificadas, cedeu lugar ao crescimento elevado dos municípios periféricos, onde o valor da terra era mais baixo, mas apresentando pobreza e carências sociais, formando um conjunto de espaços desiguais. Simultaneamente surgem novas aglomerações urbanas e o fortalecimento de centros não aglomerados no interior dos estados, contribuindo para um reforço da rede urbana nacional. Diante da elevada concentração, na qual determinadas áreas passam a operar como transmissoras de recursos humanos, materiais e de conhecimento, redeseñha-se forte articulação em rede entre pontos do território nacional. Enquanto as metrópoles são cada vez mais dotadas de funções superiores e ocupações em atividades da nova economia, a maior parte de suas áreas periféricas e mesmo muitas ocupações intersticiais centrais permanecem desempenhando atividades tradicionais e apresentando indicadores de pobreza (MOURA, 2009). Neste sentido, torna-se importante uma abordagem que diferencie os espaços metropolitanos tanto interna quanto externamente, pois vale ressaltar que essa periferia é bastante diversa, reunindo municípios diferentes no que tange ao tamanho populacional, ao nível de integração ao núcleo metropolitano e, principalmente, ao nível social.

Segundo Castello Branco (2006), a metrópole do Rio de Janeiro se insere no modelo polinucleado. A classificação do Rio de Janeiro neste tipo de Espaço Urbano foi realizada utilizando-se, basicamente, as informações sobre fluxos de movimento pendular, complementadas por tamanho populacional, presença de sedes das 500 maiores empresas na cidade principal e/ou em seu entorno, Produto Interno Bruto Municipal, número de agências bancárias, rendimentos dos responsáveis pelos domicílios, informações reveladoras

da existência de subnúcleos no entorno deste Espaço Urbano. Os Espaços Urbanos Polinucleados são encontrados nas áreas de ocupação mais antiga, mais consolidadas, e mais dinâmicas do país, nas quais o grau de concentração das atividades no centro da cidade acarretou deseconomias de aglomeração, originando processo de descentralização de algumas atividades para subnúcleos descentralizados, onde se desenvolvem também atividades administrativas. Os núcleos secundários diferenciam-se dos demais por neles se localizarem sedes de empresas, maior número de agências bancárias, maior volume de Produto Interno Bruto municipal; maior volume de rendimento dos responsáveis por domicílios, maior número de unidades locais de empresas e podem apresentar também, nas áreas centrais dos subnúcleos, serviços de infraestrutura urbana separados por periferia de renda mais baixa ou por descontinuidade na área urbanizada mantendo, entretanto, ligações por movimento pendular, como descrito por Gottdiener (1997) em relação as metrópoles norte-americanas.

A forma de estruturação urbana da metrópole relacionada ao padrão de segregação tradicional passa por uma série de mudanças por volta dos anos 70, relacionadas ao avanço do processo de globalização e de reestruturação produtiva. Uma nova estrutura metropolitana emerge – não apenas nos países subdesenvolvidos – muito mais complexa e fragmentada. A nova estrutura metropolitana, em tendência, é policêntrica, dispersa descontínua. Gottdiener (1997) descreve essa mudança nos seguintes termos: Em lugar da forma compacta da cidade que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social (GOTTDIENER, 1997, p 14).

Como aponta Meyer (2000) os termos chave para se analisar as metrópoles nas últimas décadas têm sido fragmentação e dispersão. Há uma substituição de uma metrópole compacta para uma metrópole difusa (LENCIONI, 2008). O espaço urbano metropolitano passa a ser caracterizado por uma estrutura fragmentada, com um conjunto de centros diferenciados e especializados, que muitas vezes concorrem e até superam o CBD. Há um espraiamento do tecido urbano, formando imensas regiões urbanas descontínuas que

englobam áreas rurais, mas que possuem uma dinâmica metropolitana integrada. No entanto apesar das mudanças e transformações em curso no bojo do processo de globalização da economia, a metrópole contemporânea, como um produto social, mantém características da metrópole moderna. Assim, podemos concordar com Soja (1994):

“As dinâmicas do desenvolvimento metropolitano já não são, hoje, tão decididamente monocêntricas, tão determinadas por um modelo singularmente polarizado de forças centrífugas e centrípetas, por um padrão de crescimento urbano que gira em torno do centro definitivo da cidade. A nova metrópole é crescentemente descentralizada e cada vez mais um mosaico de desenvolvimento desigual sobreposto as lentas concentricidades e cunhas setoriais da clássica cidade capitalista industrial”

(SOJA, 1994, p 154).

Portanto estaríamos diante de uma dinâmica de desenvolvimento metropolitano, de uma nova etapa do processo de metropolização, associado a um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo com a globalização e a reestruturação produtiva. A metrópole, forma urbana surgida a partir das necessidades do capitalismo industrial, passa por intenso processo de remodelação devido aos interesses dos agentes sociais de adaptá-la aos novos tempos da globalização. No entanto, a metrópole, como produto social e histórico, carrega as marcas da produção pretérita do espaço. De modo que encontramos na metrópole hoje lógicas associadas ao desenvolvimento metropolitano atual, dito pós-moderno, e outras que provém do desenvolvimento da metrópole moderna (MEYER, 2000).

Mais recentemente, percebe-se que os entornos metropolitanos – a periferia – passaram a abrigar a migração de indústrias e de outras atividades, processo motivado, sobretudo, pelos altos custos de produção na área central da mancha metropolitana. As indústrias implantadas antes da fase de grande crescimento se deslocaram para a periferia, pois vendem seus terrenos a bom preço para uso residencial ou comercial e as de implantação recente já o fazem diretamente em áreas periféricas. A configuração deste novo quadro impõe a necessidade de se repensar a periferia.

3.1.1 O processo de metropolização no Brasil

O processo de metropolização foi o fenômeno mais marcante da urbanização brasileira a partir dos anos 1960 (BÓGUS, 2007). Nas décadas de 1960 e 1970, o grande volume de migrações em direção às metrópoles fez pensar que estaria em curso uma forte tendência a formação de megalópoles em algumas áreas do país, especialmente entre Rio de Janeiro e São Paulo, embora atualmente a constante queda nas taxas de crescimento da população brasileira residente nas principais metrópoles tenha afastado essa hipótese (Tabelas 1 e 2).

A metropolização foi acompanhada pelo crescimento acentuado das periferias, gerando demandas sociais por parte de uma população oriunda de várias regiões do país que migrou em direção às metrópoles em busca de trabalho e melhores condições de vida. O entendimento do fenômeno metropolitano no Brasil passa, assim, pelo entendimento da mobilidade espacial da população brasileira. Atualmente, tanto a fecundidade quanto a mortalidade sofreram quedas importantes em todas as regiões metropolitanas brasileiras e as migrações tornam-se mais marcantes no processo de crescimento dos entornos metropolitanos.

Na década de 1980, a desaceleração da economia e a crise fiscal e financeira do Estado provocou uma queda nos investimentos nas Regiões Metropolitanas, agravando ainda mais a crise metropolitana, com a multiplicação de favelas, loteamentos clandestinos e invasões, deterioração do ambiente construído e dos serviços de infraestrutura, como resultado da metropolização da pobreza (BRITO & SOUZA, 1998).

Em termos espaciais, como resultado do processo de metropolização, perde-se a correspondência entre a divisão político-administrativa e as relações de interdependência estreita, sistemática e cotidiana de uma área contínua que envolve um conjunto de municípios, ou seja, a integração funcional entre as cidades faz com que os limites socioeconômicos do complexo urbano não mais coincidam com os limites institucionais dos

municípios que compõem a Região Metropolitana. Os mais diversos tipos de fluxos (capitais, mercadorias, serviços, pessoas, comunicação) aumentam em volume e frequência, gerando fluxos tipicamente metropolitanos.

A organização do espaço interno destas metrópoles revela uma heterogeneidade que embora esteja aumentando em nível de complexidade ainda se faz presente na dicotomia entre centro e periferia. O centro, lugar onde se concentra a oferta de emprego e onde acesso a serviços e à infraestrutura se faz de forma mais qualificada, se opõe a uma periferia, frequentemente identificada como lugar dos bolsões de pobreza e da moradia da população de baixa renda e formada por municípios intimamente relacionados ao núcleo metropolitano, seja pela contiguidade física, seja por determinados graus de integração ou dependência espacial e social (DIAS, 2005). Espacialmente, a periferia apresenta configuração densa ou descontínua, em razão dos processos de ocupação e de distribuição demográfica, da disposição da malha de transportes, dos investimentos realizados pelos setores público e privado, das condições geográficas e de outros fatores (DAVIDOVICH, 2004).

Nas tabelas 1 e 2 é possível verificar o crescimento demográfico das principais áreas metropolitanas do país entre 1950 e 2010.

Tabela 1

População Residente Total em 15 Regiões Metropolitanas Brasileiras Seleccionadas.
Período 1950-2010.

RMs	População Residente						
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Belém (PA)	274.145	422.648	669.768	1.021.473	1.401.306	1.795.536	2.040.843
Belo Horizonte (MG)	559.376	926.666	1.724.820	2.681.778	3.522.908	4.357.942	4.882.977
Campinas (SP)	255.476	414.181	680.826	1.276.801	1.866.022	2.338.148	2.798.477
Curitiba (PR)	343.482	572.922	907.391	1.532.383	2.101.680	2.768.394	3.168.980
Florianópolis (SC)	165.366	211.140	267.852	388.052	559.390	742.758	920.858
Fortaleza (CE)	424.533	699.262	1.091.117	1.651.744	2.401.539	2.984.689	3.525.564
Goiânia (GO)	91.086	208.306	465.892	854.729	1.259.545	1.672.589	2.091.335
Grande Vitória (ES)	128.055	215.498	418.273	753.959	1.136.841	1.438.596	1.685.384
Porto Alegre (RS)	838.163	1.195.230	1.751.889	2.468.028	3.230.732	3.718.778	3.960.068
Recife (PE)	807.796	1.223.228	1.827.173	2.386.453	2.919.980	3.337.565	3.688.428
RIDE DF	0	0	761.961	1.520.026	2.161.708	2.958.196	3.716.996
Rio de Janeiro (RJ)	3.223.742	4.869.103	6.891.521	8.772.277	9.814.574	10.894.156	11.875.063
Salvador (BA)	470.927	721.315	1.145.614	1.745.514	2.435.810	2.940.122	3.353.704
São Paulo (SP)	2.675.122	4.762.321	8.139.705	12.588.745	15.444.942	17.878.703	19.672.582
15 RMs	10.257.269	16.441.820	26.743.802	39.641.962	50.256.977	59.826.172	67.381.259
População Brasil	51.944.400	70.191.400	93.139.000	117.834.144	145.214.722	167.748.024	188.169.731
Participação/ Brasil	19,7	23,4	28,7	33,6	34,6	35,7	35,8

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012

Tabela 2

Crescimento Relativo da População Residente Total em 15 Regiões Metropolitanas Brasileiras Seleccionadas. Período 1950-2010.

RMs	Crescimento Relativo					
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Belém (PA)	54,2	58,5	52,5	37,2	28,1	13,7
Belo Horizonte (MG)	65,7	86,1	55,5	31,4	23,7	12,0
Campinas (SP)	62,1	64,4	87,5	46,1	25,3	19,7
Curitiba (PR)	66,8	58,4	68,9	37,2	31,7	14,5
Florianópolis (SC)	27,7	26,9	44,9	44,2	32,8	24,0
Fortaleza (CE)	64,7	56,0	51,4	45,4	24,3	18,1
Goiânia (GO)	128,7	123,7	83,5	47,4	32,8	25,0
Grande Vitória (ES)	68,3	94,1	80,3	50,8	26,5	17,2
Porto Alegre (RS)	42,6	46,6	40,9	30,9	15,1	6,5
Recife (PE)	51,4	49,4	30,6	22,4	14,3	10,5
RIDE DF	0,0	0,0	99,5	42,2	36,8	25,7
Rio de Janeiro (RJ)	51,0	41,5	27,3	11,9	11,0	9,0
Salvador (BA)	53,2	58,8	52,4	39,5	20,7	14,1
São Paulo (SP)	78,0	70,9	54,7	22,7	15,8	10,0
15 RMs	60,3	62,7	48,2	26,8	19,0	12,6

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012

Embora o crescimento absoluto da população total residente nas 15 Regiões Metropolitanas selecionadas (segundo magnitude populacional) continue muito significativo – a população total em 2010 superou a da década anterior em mais de sete milhões de habitantes – o ritmo de crescimento caiu bastante, evidenciando um processo de desmetropolização relativa: desde a década de 1990 a população das áreas não-metropolitanas cresce em ritmo mais acelerado que a população metropolitana. Isso se reflete na estabilização da participação da população metropolitana no total da população nacional, que cresceu apenas 0,1% na última década.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta o menor ritmo de crescimento metropolitano do país já a partir da década de 1970, em parte como resultado da transferência da capital federal para Brasília. Apenas a Região Metropolitana de Porto Alegre cresceu em ritmo menor que a RMRJ na década de 2000.

3.1.2 Institucionalização das Regiões Metropolitanas

Ao longo do texto desta tese, em diversos momentos as expressões “metrópole” e “Região Metropolitana” aparecem. É importante saber diferenciar seu uso, pois não se tratam de sinônimos. Longe disso, enquanto a “metrópole” se refere a existência factual de um contínuo urbano integrado e interdependente, formando uma só dinâmica socioespacial, as “Regiões Metropolitanas” são criações políticas, criadas a partir de leis, e sua existência, portanto, é mais normativa que essencialmente uma realidade.

Uma evidência desta diferença é o fato de, diferentemente da maioria das metrópoles brasileiras, a metrópole fluminense estar sofrendo um esvaziamento político-institucional, com a saída de alguns municípios integrantes de sua composição original. Petrópolis e Mangaratiba, por exemplo, por decisão de seus governos locais, se auto-excluíram da RMRJ, possivelmente buscando vantagens para a captação de investimentos no setor de turismo, e certamente a fim de se afastarem da identificação de “periferia

metropolitana”, o que não contribui para a exploração da imagem de destinos turísticos. Assim, observa-se que a dinâmica de crescimento da metrópole é descolada da configuração oficial da Região Metropolitana.

Como neste estudo serão utilizados dados da amostra não disponibilizados em unidades espaciais de divulgação muito pequenas, ainda que a discussão realizada no capítulo anterior parta da metrópole factual, na maior parte dos casos, utilizaremos informações censitárias tratadas a partir da escala da Região Metropolitana. Aqui, busca-se expor brevemente o contexto em que surgiram estas regiões.

A partir da década de 50, com a intensificação dos fluxos migratórios campo-cidade, consolida-se, em torno das principais capitais, um processo de conurbação. Diante deste processo, torna-se fundamental o estreitamento das relações político-administrativas entre as cidades envolvidas neste contexto. Segundo Moura (2007), o processo de institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil obedeceu a duas fases. A primeira, nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada a expansão da produção industrial e a consolidação das metrópoles como lócus desse processo. O reconhecimento de uma problemática metropolitana e a busca de um planejamento e uma gestão integrada desses territórios levou à criação das Regiões Metropolitanas através de regulação federal.

As primeiras Regiões Metropolitanas a serem criadas através da Lei Complementar n.14/1973 foram as de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. O Rio de Janeiro não foi incluído nesta primeira etapa porque sua área metropolitana conurbada envolvia duas Unidades da Federação, como será discutido mais adiante. Essas primeiras regiões metropolitanas foram resultado do projeto político do regime militar, investindo em um modelo padronizado de políticas regulatórias e de financiamento centralizado em nível federal (MOTTA, 2004). A estratégia do regime militar era de um planejamento altamente centralizado através de um modelo de gestão tecnocrático, onde a participação dos municípios integrantes da região metropolitana ficou em segundo plano, com baixo poder decisório.

Antes disso, ainda na década de 1960, foi criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o Grupo de Áreas Metropolitanas, com o objetivo de delimitar áreas dessa natureza. As Áreas Metropolitanas foram então definidas como

“o conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota”

(GALVÃO et al., 1969, p. 56).

No processo de delimitação dessas áreas, um dos aspectos mais relevantes considerados foi o da integração, representada por fluxos de bens, de comunicações e, principalmente, de pessoas. Entre os principais fluxos demográficos está o deslocamento diário de população entre casa e trabalho e ter pelo menos 10% de sua população total deslocando-se diariamente, em viagens intermunicipais, para o município que contém a cidade central ou outros municípios da área passou a ser critério básico na identificação da área integrada (DAVIDOVICH & LIMA, 1975).

A segunda fase de institucionalização das RMs teve início com a Constituição Federal de 1988, que facultou aos estados federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Muito embora a justificativa fosse a necessidade de gestão das infraestruturas urbanas comuns (abastecimento de água, esgotamento sanitário, entre outros) dentro da unidade territorial metropolitana, Davidovich (2004) afirma que a questão metropolitana recebeu um tratamento apenas generalizado na Carta Constitucional de 1988. Seja como for, chegava ao fim um modelo que criou regiões sobre as quais os estados não tinham autonomia e se abria a possibilidade de inserção de RMs em processos estaduais de planejamento regional.

O resultado da descentralização da competência foi uma explosão no número de RMs oficializadas. Atualmente, segundo o IBGE, são 36 Regiões Metropolitanas e a falta de clareza nos critérios utilizados no processo de criação dessas unidades político-administrativas faz delas motivo de grande debate entre os estudiosos do tema. Algumas

destas RMs sequer possuem um contingente populacional significativo, como pode ser observado na Tabela 3, que mostra ainda o ano de criação de cada uma delas.

Tabela 3

Regiões Metropolitanas Brasileiras Segundo Unidade da Federação,
Por Ano de Criação e População Residente Total. 2010.

Região Metropolitana	UF	Ano de Criação	População
São Paulo	SP	1973	19.672.582
Rio de Janeiro	RJ	1974	11.875.063
Belo Horizonte	MG	1973	5.413.627
Porto Alegre	RS	1973	3.960.068
Recife	PE	1973	3.688.428
Fortaleza	CE	1973	3.610.379
Salvador	BA	1973	3.574.804
Curitiba	PR	1973	3.168.980
Campinas	SP	2000	2.798.477
Manaus	AM	2007	2.210.825
Goiânia	GO	1999	2.173.006
Belém	PA	1973	2.040.843
Vitória	ES	1995	1.685.384
Baixada Santista	SP	1996	1.663.082
Natal	RN	1997	1.340.115
São Luis	MA	2003	1.327.881
João Pessoa	PB	2003	1.198.675
Maceió	AL	1998	1.156.278
Norte Catarinense	SC	1998	1.094.570
Florianópolis	SC	1998	1.012.831
Aracaju	SE	1995	835.654
Vale do Rio Cuiabá	MT	2009	834.060
Londrina	PR	1998	764.258
Vale do Itajaí	SC	1998	689.909
Campina Grande	PB	2009	687.135
Vale do Aço	MG	1998	615.004
Maringá	PR	1998	612.617
Agreste	AL	2009	601.251
Cariri	CE	2009	564.557
Carbonífera	SC	2002	550.243
Foz do Rio Itajaí	SC	2002	532.830
Macapá	AP	2003	499.116
Chapecó	SC	2007	403.458
Tubarão	SC	2002	356.790
Lages	SC	2010	350.607
Sudoeste Maranhense	MA	2005	345.878

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

3.1.3 A Região Metropolitana do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro não foi incluído na lista das oito primeiras regiões metropolitanas criadas no Brasil em 1973 uma vez que o “Grande Rio” se debruçava sobre os limites dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Assim, apenas no ano seguinte, 1974, a partir da promulgação da Lei n. 20, conhecida como Lei da Fusão, foram reunidos os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, com sede no município do Rio de Janeiro, e oficializada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, reunindo 14 municípios. Esta mesma lei criou, ainda, o Fundo Contábil para o Desenvolvimento da RMRJ, destinado a financiar os programas e projetos prioritários para a Região.

A urbanização da cidade do Rio de Janeiro e o crescimento de sua população estão relacionados à atuação do mercado imobiliário, à expansão industrial e a implantação de infraestruturas de transporte de massa, que determinaram o vetor de ocupação do eixo suburbano que extravasa em municípios vizinhos, dando origem à expansão urbana que resultará décadas mais tarde no processo de conturbação. Esta expansão começa a ganhar força na década de 1920, sobretudo devido ao desenvolvimento da produção de energia pela Light, à modernização dos sistemas de transporte ferroviário e ao desenvolvimento da produção industrial (DIAS, 2005).

Entre 1930 e 1950, a expansão física da metrópole atingiu a oeste o município de Nova Iguaçu e, a leste, o de São Gonçalo, onde loteamentos de baixo custo e conjuntos habitacionais com precárias condições de infraestrutura básica começaram a receber populações migrantes de várias partes do país. A construção de grandes eixos de circulação rodoviária deu mais flexibilidade aos deslocamentos, antes restritos aos entornos das estações ferroviárias e o resultado foi o espraiamento da mancha urbana combinado com um aumento da densidade das áreas já ocupadas. Este processo segue até os dias de hoje, quando a periferização integra bairros mais distantes da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro bem como municípios mais distantes como Magé e Itaguaí à área conurbada.

A centralidade do município do Rio de Janeiro em relação aos municípios vizinhos antecede em muito o período de metropolização. Davidovich (2001) destaca o fato de que o Rio de Janeiro foi constituído em posto avançado da metrópole ultramarina, no Atlântico Sul, o que deu a cidade um perfil concentrador de atividades econômicas importantes e de população. Ao longo dos séculos o Rio de Janeiro assumiu a condição de capital do país, abrigou um dos principais portos e impôs um tipo de dominação sobre o território estadual sem pares na federação brasileira. Esse quadro se aprofundou após os anos 1930 como reflexo do modelo de desenvolvimento e industrialização implantado e intensificado pelos governos militares décadas adiante, consolidando a centralidade da cidade em relação aos municípios vizinhos.

O resultado, ainda segundo Davidovich (2001), é uma metrópole dividida em três partes. Uma delas diz respeito ao município do Rio de Janeiro, que concentra a maioria das atividades comerciais, financeiras, industriais e de serviços da região metropolitana. Uma outra parcela seria referente à cidade de Niterói, que, do mesmo modo, devido ao legado político-administrativo da função de capital do antigo estado do Rio de Janeiro e à vigência atual de indicadores de qualidade de vida elevada, apresenta forte centralidade. Finalmente, a terceira parcela refere-se a um agregado de municípios, a Baixada Fluminense, onde vivem quase três milhões de pessoas e para onde estão sendo atraídos muitos investimentos em parte devido a este potencial mercado consumidor. Esta terceira parte, onde se destacam como novas centralidades os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, vive um processo de crescente heterogeneização e aumento da acessibilidade pela implantação de novos eixos de estruturação do espaço metropolitano. Corroborando esta percepção, em pesquisa sobre a tipologia dos espaços urbanos brasileiros, Castello Branco (2011) caracteriza a metrópole do Rio de Janeiro como sendo um espaço urbano polinucleado.

Atualmente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra cerca de 80% da população urbana de um estado de pequena extensão territorial (43.900 km²), onde cerca de 95% dos habitantes vivem em áreas urbanas sendo composta, segundo a Lei Complementar no 158 de 2013, por 21 municípios, a saber: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói,

Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu. Neste estudo, estes dois últimos municípios, incluídos na RMRJ em dezembro de 2013 e antes pertencentes à Região das Baixadas Litorâneas, não serão contemplados nas análises.

3.1.4 Dinâmica demográfica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Tabela 4

População Residente Total e Taxa Geométrica de Crescimento Anual Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1991-2010.

Municípios da RMRJ	População Residente Total			Taxa média geométrica de crescimento anual	
	1991	2000	2010	1991/2000 (%)	2000/2010 (%)
Belford Roxo*	360.714	434.474	469.332	2,11	0,77
Duque de Caxias	667.821	775.456	855.048	1,69	0,98
Guapimirim*	28.001	37.952	51.483	3,47	3,10
Itaboraí	139.493	187.479	218.008	3,37	1,52
Itaguaí	60.689	82.003	109.091	3,43	2,90
Japeri*	65.723	83.278	95.492	2,69	1,38
Magé	163.733	205.830	227.322	2,60	1,00
Maricá	46.545	76.737	127.461	5,77	5,21
Mesquita**	142.058	166.080	168.376	1,77	0,14
Nilópolis	158.092	153.712	157.425	-0,31	0,24
Niterói	436.155	459.451	487.562	0,59	0,60
Nova Iguaçu	630.384	754.519	796.257	2,04	0,54
Paracambi	36.427	40.475	47.124	1,19	1,53
Queimados*	98.825	121.993	137.962	2,39	1,24
Rio de Janeiro	5.480.768	5.857.904	6.320.446	0,75	0,76
São Gonçalo	779.832	891.119	999.728	1,51	1,16
São João de Meriti	425.772	449.476	458.673	0,61	0,20
Seropédica*	52.368	65.260	78.186	2,50	1,82
Tanguá*	23.249	26.057	30.732	1,29	1,66
RMRJ (total)	9.796.649	10.869.255	11.835.708	1,17	0,86
Fonte: IBGE, Microdados dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 e Observatório das Metrôpoles, 2012.					
* Municípios emancipados ao longo da década de 1990.					
** Município emancipado em 2001.					

A análise da Tabela 4 permite confirmar algumas tendências já delineadas em décadas anteriores. A primeira das tendências refere-se à redução do ritmo de crescimento demográfico da Região Metropolitana, sobretudo do seu núcleo e dos municípios de ocupação mais antiga e consolidada. A Tabela apresenta o crescimento da população residente total na RMRJ segundo municípios: entre 1991 e 2010 houve queda no ritmo de crescimento da população metropolitana, que atingiu média de crescimento anual inferior a 1% na última década. Observou-se a estabilização do crescimento do núcleo metropolitano e declínio do crescimento demográfico em muitos dos municípios da periferia, que ainda assim mantém ritmo de crescimento superior ao dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói.

Os únicos municípios que apresentaram, no período, aumento do ritmo de crescimento, foram Tanguá, Paracambi e Nilópolis. Os dois primeiros ficam localizados na franja metropolitana, parte da metrópole que vive processos mais contemporâneos de urbanização, ilustrando o que alguns autores tem identificado como “explosão metropolitana” ou suburbanização em seu sentido literal (LEFEBVRE, 1999 e LIMONAD, 1999). Nilópolis apresentou leve crescimento entre 2000 e 2010 sobre perdas na década anterior, atingindo um equilíbrio demográfico e praticamente igualando sua população total em 2010 ao contingente identificado em 1991.

Entre os municípios que apresentaram queda, alguns ainda apresentam elevado ritmo de crescimento. Maricá, por exemplo, apresentou no período 2000-2010 taxa média geométrica de crescimento anual superior a impressionantes 5%, resultado do processo de intensa urbanização do município que tem cada vez mais se configurado como espaço da autosegregação para a população de Niterói.

A baixa taxa de crescimento demográfico e a baixa atratividade da metrópole do Rio de Janeiro estão relacionadas à redução do dinamismo econômico da região e, também, ao surgimento de novas áreas de atração no interior do próprio estado. A partir da descoberta da Bacia de Campos, em 1974, e da escolha de Macaé como base *onshore* para as atividades de exploração petrolífera da Petrobras ainda na segunda metade da década de 1970, iniciou-

se um forte desenvolvimento da indústria extrativa mineral no Norte fluminense, e, paralelamente, na década seguinte, intensificou-se o crescimento industrial na região de influência de Volta Redonda, no Vale do Paraíba Fluminense. A evolução do PIB estadual mostra que de 1996 a 2003 a participação do setor de extração de petróleo passou de 3,5% para 16,9%. Em relação à indústria de transformação, a região do Médio Paraíba era responsável, em 2003, por 26% do PIB industrial do estado. Resende apresentou, entre 1996 e 2000, o maior crescimento do PIB – 92% - entre os vinte municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005).

Tabela 5

Participação da População Migrante em Relação à População Residente Total Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1991-2010.

Municípios da RMRJ	1991	2000	2010
Belford Roxo*	0,0	8,3	11,1
Duque de Caxias	6,7	6,6	9,0
Guapimirim*	0,0	16,4	15,6
Itaboraí	17,1	14,5	17,7
Itaguaí	19,1	10,8	16,8
Japeri*	0,0	8,1	12,0
Magé	10,3	9,0	12,5
Maricá	15,3	21,5	32,4
Mesquita**	0,0	0,0	14,1
Nilópolis	8,1	7,5	10,2
Niterói	7,1	8,2	15,1
Nova Iguaçu	11,3	8,0	10,1
Paracambi	7,2	5,1	6,7
Queimados*	0,0	6,8	11,3
Rio de Janeiro	2,7	3,5	6,2
São Gonçalo	6,6	6,2	8,4
São João de Meriti	6,8	7,1	9,1
Seropédica*	0,0	12,8	18,7
Tanguá*	0,0	12,1	14,7
RMRJ (total)	4,6	5,5	8,6
Fonte: Microdados dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010, IBGE.			
* Municípios emancipados ao longo da década de 1990.			
** Município emancipado em 2001.			

Tabela 6

Crescimento da População Migrante Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1991-2010.

Municípios da RMRJ	População Migrante (Data fixa)			Crescimento no Período	
	1991	2000	2010	1991-2000 (%)	2000-2010 (%)
Belford Roxo*	0	35.862	52.207	0,00	45,58
Duque de Caxias	45.065	51.357	77.268	13,96	50,45
Guapimirim*	0	6.216	8.023	0,00	29,07
Itaboraí	23.884	27.220	38.503	13,96	41,45
Itaguaí	11.586	8.843	18.292	-23,67	106,84
Japeri*	0	6.754	11.419	0,00	69,08
Magé	16.863	18.560	28.414	10,07	53,09
Maricá	7.126	16.533	41.325	132,00	149,96
Mesquita**	0	0	23.682	0,00	0,00
Nilópolis	12.752	11.604	16.011	-9,00	37,98
Niterói	30.962	37.625	73.473	21,52	95,27
Nova Iguaçu	70.925	60.724	80.633	-14,38	32,79
Paracambi	2.605	2.050	3.172	-21,30	54,75
Queimados*	0	8.301	15.549	0,00	87,32
Rio de Janeiro	147.605	203.278	389.344	37,72	91,53
São Gonçalo	51.172	55.203	84.081	7,88	52,31
São João de Meriti	28.871	31.974	41.909	10,75	31,07
Seropédica*	0	8.341	14.649	0,00	75,64
Tanguá*	0	3.152	4.505	0,00	42,94
RMRJ (total)	449.417	593.595	1.022.459	32,08	72,25
Fonte: IBGE, Microdados dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.					
* Municípios emancipados ao longo da década de 1990.					
** Município emancipado em 2001.					

Nas Tabelas 5 e 6 é possível observar o aumento da migração em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mesmo no município do Rio de Janeiro o crescimento foi expressivo, o que mostra que a migração tem contribuído mais para o crescimento da população da capital do que o crescimento vegetativo.

Mais uma vez destacam-se os municípios de urbanização mais recente, localizados nas bordas da RMRJ, como Maricá e Itaguaí, com 106% e 150% de crescimento migratório no período 2000-2010. No caso de Itaguaí, a modernização do terminal portuário do município, novos investimentos industriais e as perspectivas de crescimento econômico decorrentes entre outros fatores da integração do município ao novo eixo viário conhecido como Arco

Metropolitano, tem implicado em forte atração migratória, compensando as perdas apresentadas na década de 1990, quando o crescimento da população migrante no município foi negativo.

Uma vez que as taxas de natalidade seguem em queda no Brasil, sobretudo nas áreas metropolitanas, o aumento da migração tem se refletido numa maior participação da população migrante em relação à população residente total em praticamente todos os municípios da RMRJ, com exceção de Guapimirim, onde houve uma leve queda. A população migrante de data fixa, que em 1991 representava 4,6% da população total da RMRJ, atingiu 5,5% em 2000 e 8,6% em 2010. E grande parte destes migrantes deslocam-se dentro dos limites da própria metrópole fluminense, não se tratando, portanto, de grandes movimentos migratórios interregionais ou rural-urbanos como os observados em décadas anteriores.

Ainda que se mantenha como polo de serviços, a metrópole fluminense não possui o mesmo grau de atratividade populacional do passado: a região mantém uma das menores taxas de crescimento demográfico dentre as grandes metrópoles – 1,1% ao ano – evidenciando um saldo migratório negativo: a maior parte dos migrantes circula tem origem em municípios constituintes da própria metrópole. Segundo pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles (2005), a baixa atratividade do Rio de Janeiro relativamente a outras grandes metrópoles é confirmada pelo peso dos migrantes que entraram na metrópole nos últimos cinco anos da década de 90: 3,4% do total da população metropolitana acima de cinco anos, enquanto em São Paulo esse percentual foi de 5,6%, chegando, em Belo Horizonte, a 6,3%.

Ao se pensar as dinâmicas da mobilidade espacial da população no contexto metropolitano é fundamental considerar os deslocamentos cotidianos, pois o movimento pendular é revelador da extensão do fenômeno urbano no território, bem como das transformações pelas quais o urbano vem passando. Para FREY & SPEARE JR (1995), região metropolitana é a área ampliada da vida local e inclui os deslocamentos pendulares entre os traços mais marcantes destas áreas.

Tabela 7

Deslocamentos Pendulares Totais e Deslocamentos Pendulares Para Trabalho Segundo Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 2000-2010.

Municípios da RMRJ	Deslocados Pendulares Totais		Deslocados Pendulares Para Trabalho			
			2000		2010	
	2000	2010	Absoluto	%	Absoluto	%
Belford Roxo	83.252	101.000	67.610	46,7	95.507	49,8
Duque de Caxias	99.285	112.835	85.677	31,8	109.702	30,6
Guapimirim	4.621	6.403	3.008	21,8	6.213	28,2
Itaboraí	28.127	36.978	23.575	34,5	35.498	37,2
Itaguaí	7.129	9.649	5.671	19,6	9.082	19,9
Japeri	15.711	19.375	13.256	51,1	18.907	54,7
Magé	25.310	31.377	22.109	31,7	30.320	33,2
Maricá	7.582	16.778	5.850	19,7	15.774	27,8
Mesquita**	0	42.861	0	0,0	40.278	56,4
Nilópolis	32.344	34.412	26.590	46,5	33.039	50,0
Niterói	61.537	69.016	46.040	23,5	66.902	28,4
Nova Iguaçu	138.695	126.854	117.557	36,5	120.355	37,0
Paracambi	3.217	4.048	2.447	18,2	4.042	22,9
Queimados	19.973	28.432	16.998	42,5	27.504	50,6
Rio de Janeiro	42.174	71.959	31.405	1,3	76.442	2,6
São Gonçalo	149.275	171.597	122.072	35,7	162.268	36,3
São João de Meriti	93.867	97.259	75.007	45,9	93.315	46,9
Seropédica	7.040	10.354	5.732	24,9	10.172	30,8
Tanguá	3.659	4.888	2.681	29,4	4.752	38,6
RMRJ (total)	822.798	996.075	673.285	16,2	960.071	18,2

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, IBGE e Observatório das Metrôpoles.

** Município emancipado em 2001.

Na Tabela 7 são apresentados os números referentes aos deslocamentos pendulares na RMRJ em 2000 e 2010, com destaque para aqueles deslocamentos realizados entre casa e trabalho. De forma geral houve aumento no volume de deslocamentos e também na participação dos deslocados pendulares sobre a População Ocupada em todos os municípios da RMRJ, com exceção de Duque de Caxias onde apesar do aumento do número absoluto de deslocados pendulares houve leve queda na participação destes sobre a população ocupada.

Em Itaguaí e Nova Iguaçu, o crescimento da participação dos deslocados pendulares sobre a população ocupada, embora positivo, foi desprezível: 0,3% e 0,5% de crescimento, respectivamente, evidenciando o crescimento econômico de alguns centros dinâmicos na

periferia metropolitana. Os dados corroboram o que autores como Jardim (2007) sugerem: a noção tradicional do conceito de periferia está superada.

Tabela 8

Deslocamentos Pendulares Intrametropolitanos Por Destino do Deslocamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 1980-2010.

Censos Demográficos	Deslocados pendulares com destino ao Rio de Janeiro	Deslocados pendulares com outros destinos na RMRJ
1980	79,0	21,0
2000	66,8	33,2
2010	64,9	35,1

Fonte: Jardim & Ervatti, 2007 e IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Os dados da Tabela 8 mostram que a mobilidade pendular na RMRJ tem reforçado a tendência de descentralização. Em 1980, quase 80% dos deslocamentos pendulares intrametropolitanos tinham como destino o município-núcleo da metrópole. Esta participação caiu para 67% e 65% em 2000 e 2010, ou seja, no intervalo de três décadas a periferia quase dobrou sua atratividade: em 2010 mais de 1/3 dos deslocamentos pendulares na RMRJ tinham um município da periferia como destino.

Confirmando o processo já apontado anteriormente por Jardim&Ervatti (2007) referente ao período 1980-2000, ainda que se mantenha como destino principal dos deslocamentos pendulares intrametropolitanos, o Rio de Janeiro seguiu perdendo participação relativa entre 2000 e 2010. O número de pessoas que se deslocam para outros municípios na RMRJ, à exceção do Rio de Janeiro, que havia quase dobrado entre 1980 e 2000, teve incremento de mais de 75 mil pessoas na década seguinte. O aumento da pendularidade destinada a municípios da periferia metropolitana poderia ser um indicativo da saturação econômica do município do Rio de Janeiro, mas uma vez que o volume de migrantes pendulares destinados ao município do Rio de Janeiro cresceu em termos absolutos no mesmo período, parece mais razoável considerar que o que está em curso é o surgimento de novos centros de consumo e de serviços e de estabelecimentos industriais de alguns municípios metropolitanos periféricos, “que seguem as mesmas tendências de

centralização do Rio de Janeiro, em relação ao trabalho, a educação e ao lazer, se diferenciando, em seu interior, social, econômica e espacialmente” (JARDIM&ERVATTI, 2007). Em resumo, os dados da Tabela 8 apontam para a consolidação de novas centralidades na RMRJ e evidenciam o que segundo Moura (2010) é um dos principais atributos do estudo dos deslocamentos pendulares: apontar as dinâmicas territoriais em curso e novas áreas onde a mudança no perfil das atividades espaciais separa o município da produção do da moradia.

Lago (2008) já sinalizava para o fato de que os deslocamentos pendulares casa-trabalho entre periferia e núcleo na metrópole fluminense apresentam tendência de queda. Em 1980, segundo a autora, 52% da população ocupada na periferia da RMRJ trabalhava fora de seu município de residência. Esse percentual cai para 43% em 2000 e 37,5% em 2010.

Segundo Kowarick (1983), a periferia é um determinado território na metrópole qualificado pelo conjunto de carências ali observadas e não encontrado em outro lugar: carência de serviços públicos básicos, de urbanização das áreas públicas, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho, entre outras. A redução dos deslocamentos pendulares da periferia em direção ao centro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tal como demonstrado na Tabela 8, convida a se pensar periferia metropolitana também como lugar do trabalho.

É bem verdade que a periferia já era lugar de trabalho. Ora, se 52% dos residentes trabalhavam fora em 1980, isso significa que os demais 48% trabalhavam no próprio município de residência e esse não é um número desprezível. Quase metade da população trabalhando num conjunto de municípios pensado como cidades-dormitório parece um tanto contraditório e ignorar isto é contribuir para reforçar um estigma já muito pesado sobre a periferia. Entretanto, ainda que essa reflexão mereça ser feita é inegável que se a periferia já absorvia parte da população local em seu próprio mercado de trabalho, essa é uma realidade cada vez mais profunda e consolidada hoje.

Tabela 9

Deslocamentos Pendulares Para Trabalho: Saídas e Entradas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 2000-2010.

Municípios da RMRJ	Saídas			Entradas		
	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação
Belford Roxo	67.610	95.507	41,3	6.307	11.358	80,1
Duque de Caxias	85.677	109.702	28,0	28.057	55.093	96,4
Guapimirim	3.008	6.213	106,5	759	1.007	32,7
Itaboraí	23.575	35.498	50,6	3.633	8.480	133,4
Itaguaí	5.671	9.082	60,1	3.436	11.442	233,0
Japeri	13.256	18.907	42,6	831	1.836	121,0
Magé	22.109	30.320	37,1	2.298	4.482	95,0
Maricá	5.850	15.774	169,6	1.422	2.780	95,5
Mesquita**	0	40.278	0,0	0	5.599	0,0
Nilópolis	26.590	33.039	24,3	6.628	11.558	74,4
Niterói	46.040	66.902	45,3	80.622	129.557	60,7
Nova Iguaçu	117.557	120.355	2,4	20.088	36.947	83,9
Paracambi	2.447	4.042	65,2	1.009	1.405	39,2
Queimados	16.998	27.504	61,8	3.094	5.193	67,9
Rio de Janeiro	31.405	76.442	143,4	480.241	643.619	34,0
São Gonçalo	122.072	162.268	32,9	13.989	24.187	72,9
São João de Meriti	75.007	93.315	24,4	12.387	19.828	60,1
Seropédica	5.732	10.172	77,4	1.245	3.360	169,8
Tanguá	2.681	4.752	77,3	453	993	119,3
RMRJ	673.285	960.071	42,6	666.498	978.725	46,8
Fonte: Observatório das Metrôpoles.						
** Município emancipado em 2001.						

A Tabela 9 permite comparar os movimentos cotidianos para trabalho na metrópole fluminense considerando entradas e saídas segundo município. Fica evidente que os deslocamentos pendulares são cada vez mais marcantes na vida metropolitana.

Em quase todos os municípios da RMRJ, a exceção de quatro, as entradas cresceram mais que as saídas, ou seja, de forma geral, nos municípios metropolitanos, o número de pessoas atraídas de outro município para trabalho cresceu mais que o número de pessoas que deixou o município de residência para trabalhar fora.

A comparação entre entradas e saídas chama atenção em dois municípios, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, por motivos opostos. Enquanto no Rio de Janeiro o crescimento das saídas foi muito superior que o crescimento das entradas (143% e 34%, respectivamente), em Nova Iguaçu as entradas superaram muito o crescimento das saídas. Entre 2000 e 2010 o número de residentes em Nova Iguaçu que se deslocou para trabalhar em outro município aumentou em apenas 2798 pessoas, representando apenas 2,4% de crescimento. Por outro lado, as entradas de deslocados pendulares residentes em outros municípios aumentaram em 83,9%, o que significa que 16859 pessoas a mais se deslocaram cotidianamente para trabalhar em Nova Iguaçu em 2010 quando comparado aos números de 2000.

Entre os municípios periféricos da RMRJ, quais se destacariam como principais centros dinâmicos? Se considerarmos os destinos dos migrantes pendulares intrametropolitanos na RMRJ, à exceção do Rio de Janeiro, perceberemos que se destacam como polos de atração de deslocamentos cotidianos na periferia da metrópole os municípios de Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu (Tabelas 10 e 11 a seguir).

Tabela 10

Deslocamentos Pendulares Intrametropolitanos Por Município de Destino do Deslocamento, exceto Rio de Janeiro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2000.

Município de Residência	Município de Destino do Deslocamento																		Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Belford Roxo (1)	0,0	32,7	0,0	0,0	0,3	0,0	0,3	0,1	0,0	2,4	2,4	42,9	0,0	0,5	0,1	18,4	0,2	0,0	100
Duque de Caxias (2)	17,7	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	22,0	0,4	0,0	2,2	18,4	18,7	0,1	1,8	0,9	38,2	0,9	0,0	100
Guapimirim (3)	0,4	5,1	0,0	1,5	0,5	0,0	77,3	0,4	0,0	0,0	9,7	0,8	0,0	0,0	3,8	0,5	0,0	0,0	100
Itaboraí (4)	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	1,1	0,0	0,0	52,4	0,2	0,0	0,0	42,5	0,1	0,0	3,2	100
Itaguaí (5)	1,0	7,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	12,6	16,1	2,1	1,5	2,3	2,8	53,0	0,0	100
Japeri (6)	2,8	2,4	0,0	0,0	2,0	0,0	0,8	0,7	0,0	4,8	1,6	40,6	8,9	29,5	0,0	4,1	3,2	0,0	100
Magé (7)	0,7	63,5	10,4	2,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	14,2	1,0	0,0	0,1	5,8	1,4	0,0	0,0	100
Maricá (8)	0,0	0,8	0,3	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	75,1	0,0	0,0	0,0	21,8	0,5	0,0	0,0	100
Mesquita (9)*	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Nilópolis (10)	6,0	13,0	0,0	0,0	0,8	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0	3,9	52,9	0,4	1,9	0,6	19,4	0,7	0,0	100
Niterói (11)	0,4	5,3	0,3	7,1	0,7	0,2	1,7	4,1	0,0	0,5	0,0	2,9	0,1	0,1	76,9	0,6	0,7	0,0	100
Nova Iguaçu (12)	18,3	14,0	0,1	0,1	2,2	1,6	0,2	0,0	0,0	27,2	6,9	0,0	0,6	9,8	0,4	15,8	2,4	0,0	100
Paracambi (13)	0,8	2,9	0,0	0,0	3,4	9,8	0,0	0,0	0,0	2,8	2,2	30,7	0,0	17,7	0,0	0,9	29,0	0,0	100
Queimados (14)	4,6	6,6	0,0	0,0	0,0	11,0	0,0	0,0	0,0	4,0	2,5	62,8	1,2	0,0	0,3	6,2	0,2	0,0	100
Rio de Janeiro	3,3	16,7	0,3	1,8	2,6	0,5	1,6	0,6	0,0	5,7	38,7	12,1	0,4	1,8	6,4	7,1	1,6	0,2	100
São Gonçalo (15)	0,0	0,6	0,0	3,8	0,1	0,0	0,2	0,9	0,0	0,0	94,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
S. João de Meriti (16)	6,4	60,3	0,0	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	13,7	3,5	13,7	0,0	1,4	0,4	0,0	0,1	0,0	100
Seropédica (17)	0,4	2,3	0,0	0,0	52,8	4,6	0,3	0,3	0,0	2,1	3,6	14,7	15,2	1,4	0,6	1,2	0,0	0,0	100
Tanguá (18)	0,0	0,0	0,0	40,0	0,0	0,0	0,4	1,4	0,0	0,0	32,2	0,0	0,0	0,0	25,4	0,9	0,0	0,0	100

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2000.
* Mesquita foi emancipado de Nova Iguaçu em 2001.

Tabela 11

Deslocamentos Pendulares Intrametropolitanos Por Município de Destino do Deslocamento, exceto Rio de Janeiro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2010.

Município de Residência	Município de Destino do Deslocamento																		Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Belford Roxo (1)	0,0	37,1	0,0	0,1	0,5	0,1	0,4	0,0	2,5	1,7	3,3	33,9	0,0	1,2	0,1	18,9	0,1	0,0	100
Duque de Caxias (2)	15,2	0,0	0,3	0,2	2,8	0,4	11,4	0,6	0,7	1,7	16,9	14,9	0,0	1,1	2,2	31,5	0,2	0,0	100
Guapimirim (3)	0,0	14,5	0,0	5,6	0,0	0,0	55,5	0,0	0,0	0,0	15,8	0,4	0,0	0,0	6,4	1,5	0,3	0,0	100
Itaboraí (4)	0,0	1,5	0,1	0,0	0,1	0,0	1,0	1,5	0,0	0,0	56,5	0,2	0,0	0,0	37,4	0,1	0,0	1,7	100
Itaguaí (5)	1,6	19,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	2,2	15,0	9,9	7,1	0,0	1,4	1,3	41,1	0,0	100
Japeri (6)	3,7	4,7	0,0	0,0	1,5	0,0	0,3	0,0	5,0	6,2	3,8	42,6	6,0	17,1	0,2	2,7	6,4	0,0	100
Magé (7)	1,2	63,6	6,7	2,7	1,0	0,1	0,0	0,4	0,0	0,1	14,9	1,8	0,0	0,5	5,9	0,9	0,1	0,0	100
Maricá (8)	0,0	1,1	0,0	2,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	69,3	0,5	0,0	0,0	25,8	0,7	0,0	0,0	100
Mesquita (9)	7,6	7,6	0,2	0,0	0,5	0,8	0,0	0,0	0,0	24,3	2,4	43,7	0,3	1,7	0,1	10,4	0,3	0,0	100
Nilópolis (10)	6,4	13,7	0,0	0,2	1,0	1,6	0,0	0,1	11,2	0,0	6,9	36,8	0,3	1,7	0,7	19,0	0,6	0,0	100
Niterói (11)	0,5	9,1	0,4	7,1	0,5	0,2	1,3	3,9	0,1	0,4	0,0	1,7	0,0	0,1	73,5	0,6	0,3	0,4	100
Nova Iguaçu (12)	18,5	18,9	0,0	0,2	3,3	2,1	0,2	0,6	9,7	13,6	7,6	0,0	0,4	9,6	0,7	12,5	2,3	0,0	100
Paracambi (13)	1,9	3,4	1,0	0,0	6,1	9,5	0,0	0,0	0,0	3,7	4,5	28,9	0,0	13,4	1,0	0,5	26,3	0,0	100
Queimados (14)	4,7	7,1	0,0	1,3	0,9	6,9	0,0	0,0	5,0	6,1	3,9	53,3	1,7	0,0	0,6	7,9	0,6	0,0	100
Rio de Janeiro	2,8	32,3	0,0	0,8	8,3	0,4	0,6	0,7	1,4	4,0	19,7	12,5	0,3	1,4	3,4	8,0	3,3	0,1	100
São Gonçalo (15)	0,2	0,9	0,0	3,8	0,1	0,0	0,4	1,1	0,0	0,0	93,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	100
S. João de Meriti (16)	8,4	53,0	0,0	0,1	1,0	0,3	0,6	0,1	2,2	8,1	6,1	17,4	0,1	1,6	0,7	0,0	0,2	0,0	100
Seropédica (17)	2,5	2,5	0,0	0,4	60,0	2,4	0,7	0,4	1,9	1,6	3,0	11,0	7,1	2,5	0,8	3,3	0,0	0,0	100
Tanguá (18)	0,0	1,3	0,0	44,6	0,0	0,0	0,0	1,2	31,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,3	0,7	0,0	0,0	100

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Comparando os níveis de centralidade dos municípios da periferia no que se refere ao aspecto aqui destacado – atração de deslocamentos pendulares – observam-se mudanças significativas no intervalo de uma década de separam os dois últimos recenseamentos realizados pelo IBGE. Entre a década de 1990 e a primeira década do século XXI, os destinos dos deslocamentos pendulares intrametropolitanos não destinados ao Rio de Janeiro tornaram-se notavelmente mais dispersos. Praticamente todos os municípios da Região Metropolitana apresentaram redução da centralidade em relação à origem principal dos deslocamentos pendulares a eles destinados, o que poderia evidenciar uma mudança mais ou menos generalizada no sentido da oferta de oportunidades de trabalho na periferia.

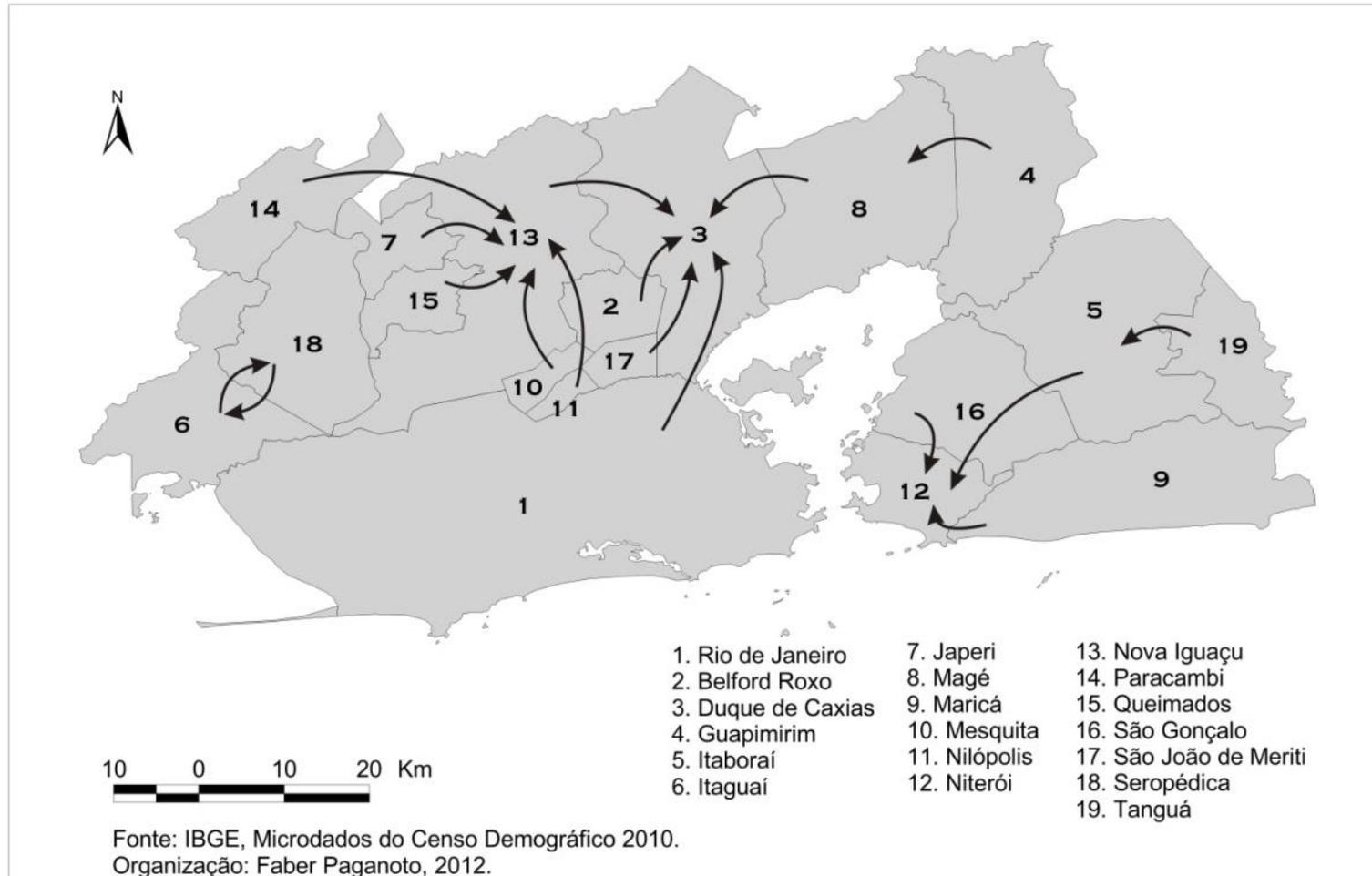
Segundo os dados de 2010, Niterói exerce fortíssima influência sobre os municípios de São Gonçalo, Maricá e Itaboraí, além de ser o segundo destino principal dos migrantes pendulares residentes em quatro outros municípios: Duque de Caxias, Guapimirim, Magé e Rio de Janeiro. Duque de Caxias é o principal destino dos deslocamentos cotidianos originados em cinco municípios da RMRJ: Magé, São João de Meriti, Belford Roxo, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, tendo apresentado crescimento desta atratividade no intervalo 2000-

2010. E Nova Iguaçu, por sua vez, é o principal destino dos migrantes pendulares residentes em Queimados, Mesquita (emancipado de Nova Iguaçu em 2001), Japeri, Nilópolis e Paracambi. O município de Nova Iguaçu tem considerável influência ainda sobre Belford Roxo, São João de Meriti e Seropédica, além de ser o terceiro principal destino dos deslocamentos pendulares originados no núcleo de metrópole.

No Mapa 3 é possível verificar que a localização geográfica contribui para a polarização desses deslocamentos entre os três principais núcleos dinâmicos da periferia metropolitana.

Mapa 3

Deslocamentos pendulares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
Principais destinos, exceto Rio de Janeiro, 2010.



3.2 Periferia

Para Raffestin (1993), desde Ratzel a noção de periferia esteve fortemente associada à distância do centro de poder e de certa fragilidade e/ou dependência em relação ao mesmo. Ao longo do tempo, diversas ciências se apropriaram dos conceitos de centro e periferia originados em Ratzel, desviando-os de seu sentido original, que era essencialmente espacial.

Segundo Correa (1986), para quem a periferia é uma faixa que, a cada momento que se considera inclui: “a) áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo; b) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização” (CORREA, 1986: 70), os autores que pioneiramente tentaram estabelecer os limites e/ou caracterizar a periferia foram Pryor, Clawson, Sinclair, Von Thunen, Sjoberg e Yujnovski.

Sobre a noção de periferia no modelo de estrutura urbana na América Latina há certo consenso na literatura especializada: seria ele o de que ela constitui o espaço da pobreza e da carência de infraestrutura decorrente da situação de exploração e espoliação de seus moradores em relação aos centros urbanos, por sua vez concentradores de recursos econômico, financeiros, simbólicos e culturais, além de equipamentos de uso coletivo (KOWARICK, 1980).

Segundo Torres e Marques (2001), os espaços periféricos metropolitanos foram tratados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, como regiões habitadas por população operária, inserida muito precariamente na estrutura de renda e ocupações, que autoconstruía suas casas em terrenos ocupados ou localizados em loteamentos irregulares, tinha acesso muito difícil a equipamentos e serviços urbanos e tendia a gastar uma parte significativa de seu tempo livre em longas viagens em transportes públicos de má qualidade. Essas condições seriam responsáveis pelas difíceis condições de vida e saúde encontradas nas periferias metropolitanas naquele momento. O diagnóstico dessa situação foi o ponto de

partida de uma ampla e diversificada literatura que enfocou desde a construção das identidades sociais dos bairros de baixa renda e suas formas de organização e ação coletivas, até estudos de cunho mais analítico, que tentaram determinar as formas características de produção das metrópoles brasileiras e suas periferias (SANTOS, 2007).

Esta organização espacial, segregacionista e excludente, contou, para sua formação, com a participação do Estado que, por um lado, promove uma urbanização corporativa (SANTOS, 1983) que atende prioritariamente às necessidades do grande capital em matéria de infraestrutura e serviços urbanos, em detrimento daquelas concernentes à reprodução da força de trabalho e, por outro, se faz ausente no controle do crescimento urbano, permitindo que o crescimento das grandes cidades fosse organizado segundo os interesses da especulação imobiliária, encarecendo artificialmente o preço da terra (SANTOS, 1993; RIBEIRO e LAGO, 1994).

A ação do mercado imobiliário e a conivência geral dos governos fez ampliar de forma acentuada, entre os anos 1960 e início dos 1980, o número de loteamentos populares periféricos no Brasil. Nesse sentido, a compra de lotes na periferia significava a convivência com a distância física do centro, bem como com a escassez generalizada de equipamentos e serviços urbanos. Com isso, se consolidava a estigmatização desse território como a da marginalidade. Dias & Vidal (2013) observam que, se é o grau de afastamento de um centro e sua dependência a ele que possibilita classificar, do ponto de vista das estruturas física, econômica e social, uma área como periférica, é essa mesma condição que permite àqueles de baixa renda ou aos que não possuem qualquer rendimento fixo figurar na condição de proprietários – de um tipo bastante peculiar de mercadoria, para afirmar o mínimo –, “resolvendo”, assim, a questão da moradia para as classes mais baixas. Assim, as camadas populares, em sua maioria, foram levadas a fixarem residência nas periferias, com difícil acesso aos equipamentos e serviços urbanos concentrados nos centros.

Para Castells (1978), a organização espacial da cidade corresponde a práticas sociais resultantes de conflitos entre as classes sociais urbanas, e que assim, a disputa pelo poder reflete-se na disputa pelo domínio do espaço e conseqüentemente pelo controle do seu uso

e ocupação. Desta forma, cada fragmento do espaço abriga grupos sociais com representações específicas na organização da sociedade urbana, determinadas primordialmente pela relação de dominância estabelecida entre capital e trabalho. Segundo Valladares (1982, p.47), “a periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação do capital e de suas consequências para o habitat da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial em áreas cada vez mais longínquas dos núcleos dos principais centros urbano-industriais do país”.

De acordo com Correa (1993), a classe dominante ou uma de suas frações segrega outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.

A hierarquização da sociedade dividida em classes sob o modo capitalista de produção se expressa, portanto, em uma estratificação urbana, segundo a qual a localização residencial dos indivíduos na cidade se verifica de acordo com sua capacidade social, ou seja, sua renda, seu status profissional, seu nível de instrução, etc. Assim, supera-se o paradigma meramente étnico-cultural ou ecológico atribuído à noção de segregação pela Escola de Chicago (GOTTDIENER, 1997).

3.2.1 O modelo interpretativo centro-periferia e sua crise recente

Entendendo que a segmentação econômica do espaço metropolitano também se relaciona com a divisão social do espaço, os estudos sobre a dinâmica de organização social e espacial das metrópoles, passaram a se apoiar numa visão dual da metrópole a partir do modelo centro-periferia, classificando os espaços mais providos de adequadas condições de moradia, de mercado de trabalho e acesso a bens e serviços diversos como centro, e os demais espaços que careciam desses itens como sendo a periferia.

A partir dos anos 1970, consolidou-se, portanto, o modelo analítico centro-periferia, que deixa de ser uma noção descritiva para se tornar um paradigma teórico (RIBEIRO e LAGO, 1994). Foram diversos os estudos que buscaram identificar a dinâmica urbana geradora de desigualdades sociais nas metrópoles: Santos, 1978, 1980, 1982; Santos e Bronstein, 1978; Vetter, 1975, 1981, 1982.

Segundo Guerra (2013), o modelo interpretativo centro-periferia descreve um arranjo espacial que se delineou a partir da década de 40, baseado principalmente nas seguintes características: i) dispersão territorial da população (em relação à cidade mais concentrada de décadas anteriores); ii) distância territorial entre as classes sociais – classes médias e altas nos bairros centrais legalizados e bem equipados; pobres na periferia precária e geralmente ilegal; iii) casa própria – autoconstruída para os pobres, obtida através do mercado formal para as classes média e alta; iv) difusão do ônibus como meio de transporte para as classes de baixa renda e automóvel para as classes média e alta.

Para Pereira (2005), a origem da expressão centro-periferia, que descreve tal arranjo espacial, está ligada a teoria do subdesenvolvimento. O centro seria uma analogia às economias onde as técnicas capitalistas de produção chegaram primeiro enquanto a periferia se trataria daquelas economias cuja produção permaneceria inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo.

A transposição dessa analogia para o contexto urbano de uma metrópole através de um modelo geométrico pouco flexível tem sido alvo da crítica de diversos autores. A crítica mais recorrente refere-se ao caráter dual deste modelo interpretativo. Sua análise trabalha com pares antagônicos: cidade ilegal / cidade legal, autoconstrução / verticalização, pobre / rico.

Ao fazer uso de pares dicotômicos, a análise ocupava-se dos extremos, desconsiderando a diversidade dos grupos sociais e das formas de produção do espaço urbano. Além disso, conduzia a uma análise segmentada da cidade, ao tentar compreender suas partes como se elas fossem autônomas. Pereira (2005) considera que a dualização do

urbano é uma construção ideológica que obscurece a compreensão crítica da dinâmica do crescimento da cidade. Entretanto, reconhece que o modelo centro-periferia se mostrou teoricamente elucidativo de diferenças urbanas extremas, tendo sido, através de suas denúncias, um fator de inclusão da noção de periferia na agenda política e no planejamento urbano das últimas décadas.

Outra crítica comum recai sobre o enfoque geométrico e homogêneo. Guerra (2013) destaca que o modelo centro-periferia condiciona a configuração urbana geral a uma forma radial-concêntrica, com um pronunciado declínio do valor das terras, das atividades econômicas e das condições de vida a partir do centro em direção à periferia da cidade. É nesse ponto que reside grande parte dos debates acerca da validade do modelo interpretativo centro-periferia nos dias atuais. Como explicar as recentes dinâmicas sócioespaciais que ocorrem nas metrópoles? Como a presença dos condomínios fechados de alta renda na periferia e o crescimento do número de favelas e cortiços no centro pode ser representado no modelo centro rico x periferia pobre?

Em décadas mais recentes, a análise do espaço metropolitano passou a considerar a divisão da metrópole entre espaços de inclusão/integração e espaços de exclusão/fragmentação. Estudos como o de Mattos (2002) questionam se o dualismo seria realmente o modelo que expressaria a forma em que estão se cristalizando as novas desigualdades, apontando para a perspectiva de relações mais complexas na organização social das metrópoles latinoamericanas. Rodriguez (2008) investiga as centralidades e novas centralidades nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Santiago do Chile e Cidade do México, para avaliar se tais espaços são policêntricos ou monocêntricos, e indica que embora o monocentrismo ainda seja predominante nas metrópoles, o policentrismo vem ganhando espaço.

Aguilar (2002) aponta, referindo-se a São Paulo para o fato de que podemos apreciar, na medida em que diminuiu o crescimento da grande metrópole, a continuidade de um importante crescimento das cidades intermediárias próximas à primeira, com o qual tem aumentado uma marcada concentração de atividades produtivas e de população urbana em

uma região central que contém a maior cidade do país, mas cobre um território muito mais amplo. Em termos territoriais, estas áreas metropolitanas apresentam na atualidade uma expansão mais policêntrica através de centros e subcentros urbanos que seguem um padrão de rede que tende a ampliar-se ao longo das principais rodovias e ferrovias que saem em forma radial do centro da grande cidade. Algumas importantes discussões sobre o desenvolvimento dessa nova faceta metropolitana, a metrópole policêntrica, são encontradas em Lang (1959), Gordon & Richardson (1996), Cervero & Wu (1997) e Hall & Pain (2006).

As pesquisas mais recentes, mesmo sem romper com as premissas geométricas do modelo centro-periferia, tendem a reconhecer que esta perspectiva de análise do espaço se apresenta insuficiente para a compreensão das atuais mudanças metropolitanas, seja à face da emergência das chamadas novas centralidades ou do surgimento de novos processos de ocupação e uso nas áreas periféricas.

Um exemplo desses novos processos é destacado por Guerra (2013), é o deslocamento de grande parte das áreas residenciais da elite econômica para fora do centro expandido, em direção a áreas periféricas até então pouco valorizadas, gerando espaços nos quais diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos; separados, no entanto, por muros e equipamentos de segurança. Caldeira (2000), afirma que a segregação urbana manifesta-se atualmente através de um novo padrão, que se sobrepõem ao modelo centro-periferia:

“Ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 40, e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentraram nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.”

(CALDEIRA, 2000, p. 211)

Em que sentido as periferias urbanas de hoje diferem das do passado? Apesar de o Brasil ter praticamente completado sua transição demográfica e sua transição urbana, as mazelas da expansão urbana continuam dramáticas? Ferreira&Matos (2013) mencionam entrevista recente de Wilson Cano onde ele afirma que até os anos de 1960 vivíamos uma urbanização “suportável” porque a periferização ainda não havia assumido a dramaticidade dos dias de hoje. O morador não residia tão longe do local de trabalho e a construção da casa própria não era tão difícil, a despeito dos déficits crônicos existentes nos setores de educação, saúde, água, esgoto e transporte coletivo. De fato, já houve um tempo em que parte significativa dos excluídos do campo se integrava às economias urbanas e a mobilidade geográfica acarretava mobilidade social ascendente. Atualmente, por essa visão é como se nas periferias a pobreza passasse a se reproduz mais aceleradamente. Milhões de migrantes e não migrantes estariam constituindo uma geração de pobres cujos filhos estariam igualmente condenados à pobreza, abandonados nos confins da cidade grande (MATOS, 2005).

Entretanto, os mesmos autores identificam que a percentagem de pobres nas periferias metropolitanas brasileiras era bem mais significativa no ano 2000 do que em 2010,

tanto entre migrantes quanto entre os não migrantes. A urbanização acelerada dos últimos decênios produziu precariedades materiais em muitas áreas periféricas de grandes metrópoles brasileiras e, portanto, ainda é evidente a carência de infraestrutura social básica e de regulação urbana, e o aspecto de provisoriamente das casas e barracos de nossas periferias permanece marcante. Contudo, segundo eles, paradoxalmente os dados começam a expor uma melhoria em termos de emprego e renda da população ocupada o que a médio prazo pode vir a contribuir para amenizar as fisionomias esqueléticas de nossas periferias urbanas.

3.2.2 Periferia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é, entre todas as regiões metropolitanas brasileiras, a que apresenta os maiores índices de concentração de população e PIB em relação ao estado em que se situa. Ainda assim, a partir da década de 1990 esses índices entram em queda. Em 1991, a RMRJ concentrava 76,63% da população fluminense, sendo 42,79% só na cidade do Rio de Janeiro. Em 2000, esses índices baixaram para 75,69% e 40,70%, respectivamente. Quanto ao PIB, a diminuição é mais acentuada: a RMRJ concentrava em 1990, 82,36% do PIB estadual, sendo que 60,29% eram referentes à cidade do Rio de Janeiro; em 2000, os índices eram de 70,73% e 54,95%, respectivamente (CIDE, 2001, 2002; IBGE, 2002).

Isso se explica pelo fato de haver, no estado do Rio de Janeiro, uma conformação de territorialidades geradas pelo desenvolvimento de importantes segmentos industriais no interior do estado. A primeira destas territorialidades trata da progressiva diminuição da centralidade do núcleo metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro, que vem sofrendo um intenso esvaziamento industrial e reafirmando, cada vez mais, sua condição de centro de serviços e turismo. Nesse mesmo processo, segue um deslocamento de importantes segmentos e setores industriais para os demais municípios localizados na metrópole

fluminense, tornando-os a base territorial industrial mais dinâmica na metrópole (OLIVEIRA, 2006).

Até a década de 1980 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro expressava a clássica oposição centro x periferia. Esta diferenciação se dava tanto no nível econômico, com o núcleo da metrópole ocupando a condição de lugar do trabalho pela concentração das atividades industriais, além de comércio e serviços, quanto nos níveis social e político. Grande parte da população residente nos municípios da periferia metropolitana deslocava-se diariamente para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro, retornando para casa ao fim do dia. A periferia era, em grande medida, onde se dormia.

A partir dos anos 90 grandes mudanças são observadas no espaço metropolitano. Se por um lado o núcleo metropolitano passa por uma involução, atraindo menos investimentos e menos migrantes, por outro a periferia vivencia uma dinamização econômica decorrente da desconcentração industrial, colocando em xeque o modelo da dualidade centro x periferia pelo menos no que tange à RMRJ.

Estudos realizados pelo Observatório das Metrôpoles, por exemplo, buscaram relativizar a dualidade núcleo-periferia trazendo a discussão para a escala intramunicipal. Foi identificado que todas as áreas analisadas do município-núcleo da RMRJ apresentam uma lógica de imobilidade intermunicipal para trabalho, mesmo nas fronteiras com outros municípios da metrópole, ou seja, o trabalho ainda é fortemente no próprio município de residência. A imobilidade de muitos trabalhadores e a predominância em áreas com precariedade habitacional, especialmente nesses espaços centrais, evidenciam o conflito pela centralidade na ocupação e uso do solo urbano (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009) e evidenciam que o núcleo tem suas periferias internas, onde parte dos trabalhadores vive em moradias inadequadas, mas com garantia de trabalho, mesmo em condições mais precárias; e simultaneamente mantém atratividade sobre os municípios do entorno, já que a taxa de atração de movimento pendular para trabalho ainda é elevada. Paralelamente, identificou-se o surgimento de núcleos nesta periferia, pois algumas áreas centrais, como nos centros de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e São Gonçalo

igualmente passam a atrair população para trabalho, ou seja, são os centros com suas periferias inseridos na escala centro-periferia mais ampla. Essas áreas centrais na periferia também passam a apresentar dinâmica demográfica mais semelhante aos núcleos, como os ritmos de crescimento populacional mais reduzidos. A existência destes núcleos não indica um sentido de policentrismo, com diversas centralidades na metrópole, isso porque a “centralidade principal” ainda exerce um peso muito maior e porque muitos migrantes intrametropolitanos realizam movimento pendular principalmente para o município de origem da migração, mas aponta para mudanças em curso.

3.2.3 Periferia em transformação

Desenvolveu-se, ao longo do século XX, um debate entre os que defendem uma periferia de natureza puramente locacional, ou seja, espaços dependentes e distantes de áreas de maior centralidade econômica, e outros autores que insistem num conceito mais sociológico, em que a periferia seria determinada pelo conteúdo social empobrecido. Seja como for, essa visão de uma periferia homogênea consolidada pela abordagem centro-periferia, ainda hoje é persistentemente disseminada. Santos (2006) discorda e critica Maricato (1996, p.152) quando esta afirma que “a extensão das periferias urbanas tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada”.

Já há algum tempo é possível identificar a existência de graus variados de heterogeneidade social e acúmulo de carências em todas as periferias, afinal, trata-se do dinâmico processo de expansão periférica em contextos urbanos diferenciados de crescimento econômico e populacional nas diferentes metrópoles.

Pacheco (1983) destaca a visão de uma periferia menos homogênea, que tomou corpo na década de 1980 a partir de trabalhos pioneiros como os de Brasileiro (1976), Santos e Bronstein (1978) e Vetter (1982). Cada vez mais os processos em curso nas periferias

metropolitanas brasileiras exigem maior detalhamento e cautela teórica a fim de serem compreendidos em sua complexidade. O modelo centro-periferia, embora permaneça ainda bastante válido para compreender espacialmente o processo de periferização, mostra-se cada vez mais insuficiente em benefício de uma compreensão mais precisa e detalhada de alguns dos processos atualmente em curso nas periferias metropolitanas brasileiras. Segundo JARDIM (2007) já nos anos 1970 a periferia metropolitana ganhava novos contornos e percebia-se o aumento da segregação socioespacial, com a construção de condomínios de classe média, cujas demandas de consumo contribuíam para o surgimento de novas áreas centrais, valorizadas em função da infraestrutura urbana localizada.

Como resultado do aquecimento econômico da periferia da RMRJ a partir da década de 1980 duas novas configurações sócio-espaciais se delineiam: a periferia começa a ser pensada, também, como lugar do trabalho (LAGO, 2008), e observa-se uma heterogeneização socioespacial percebida tanto pela ótica do enobrecimento da periferia (JARDIM, 2007) quanto sob a perspectiva da complexificação da pobreza (PERO et al, 2004).

No período 1980-2000, a elevação significativa do percentual e também da magnitude de ocupados no município de residência na RMRJ, indicando a redução da mobilidade casa-trabalho de longa distância na escala intrametropolitana, reitera a concepção da periferia como lugar do trabalho. No mesmo período observou-se também o surgimento de condomínios residenciais exclusivos na Baixada Fluminense, que estariam sendo procurados como alternativa segura e exclusiva de moradia por uma classe média residente na própria periferia (JARDIM, 2007).

Tudo isso tem contribuído para a mudança da imagem da periferia. O período pós-anos 1980 tem se caracterizado pela modernização das periferias das grandes cidades brasileiras, metamorfoseando sua fisionomia (FURLANETTO et al, 1987; OLIVEIRA, 2000; SANTI, 2003; CARLOS, 2004). Esse processo resulta dos investimentos realizados pelos diversos agentes que atuam na produção do espaço redefinindo o seu uso (CORRÊA, 1989; PACHECO, 1983) com a construção de novos produtos imobiliários e ocasionando, no caso do estado do Rio de Janeiro, uma redescoberta e uma requalificação do espaço na Baixada

Fluminense com destaque para Nova Iguaçu que polariza investimentos na Área Central, onde estão localizados os setores de alta renda da cidade.

Enquanto durante quase toda a segunda metade do século XX as referências à Baixada Fluminense eram majoritariamente associadas a eventos violentos, ajudando a construir uma imagem negativa da região no imaginário coletivo, principalmente dos cariocas, desde a década de 1990 a Baixada passa a figurar entre reportagens que anunciam investimentos dos setores público e privado. Segundo Ramos & Paiva (2006), 65,2% das matérias sobre a Baixada Fluminense na década de 1970 noticiavam ações policiais contra o crime na região e outros 30,5% noticiavam crimes cometidos pelos próprios policiais. A partir da década de 1990, no entanto, inicia-se um processo de desconstrução da imagem negativa da periferia construída historicamente. Os novos investimentos endógenos e exógenos começam a alterar a fisionomia da Baixada e a construir uma imagem mais positiva da área.

Tais investimentos não foram reduzidos desde então. Ao contrário, desde o final dos anos 1990, grandes intervenções se concretizaram nos espaços periféricos da RMRJ e, mais recentemente, diversos projetos e políticas foram anunciados, o que pode ter aprofundado ou mesmo consolidado as tendências anteriormente apontadas.

Entre as intervenções de grande impacto na economia e, possivelmente, na mobilidade espacial da população, mas cujas consequências não puderam ser captadas pelo Censo Demográfico 2000, destacam-se a: i) modernização do porto de Itaguaí, iniciada em 1998, ano em que houve a quebra do monopólio estatal na operação de portos públicos; ii) a inauguração da Via Light (RJ-081), também em 1998, cortando os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti, e sua integração com a estrada de Madureira, no Rio de Janeiro, aprovada em abril de 2008 (ainda não concluída); iii) a abertura de grandes centros comerciais nos municípios da periferia, como Shopping Grande Rio, em São João de Meriti (inaugurado em 1995 e expandido em 2004, com outra expansão programada para 2010), Nilópolis Square (inaugurado em 2000), em Nilópolis, São Gonçalo

Shopping e Boulevard Shopping (inaugurados em 2004 e 2010, respectivamente), ambos em São Gonçalo, Caxias Shopping (inaugurado em 2008), em Duque de Caxias.

Grandes projetos públicos e privados prometem intensificar a geração de empregos, a entrada de capitais e a atração de população para a região, como, por exemplo, a: i) construção do Arco Rodoviário Metropolitano, já iniciada, que terá quase 150 quilômetros interligando as cinco rodovias federais que cortam o Rio e que dão acesso a outros estados, com início das operações previsto para 2014; ii) o início das atividades da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, muito próximo a fronteira com o município de Itaguaí; iii) a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí, cujas obras foram iniciadas em 2009; iv) a expansão da Via Light até a Avenida Brasil; v) inúmeros empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais, destacadamente em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo, como por exemplo a expansão do Top Shopping e a construção do primeiro centro multiuso integrado da Baixada Fluminense, o Shopping Nova Iguaçu.

Há que se refletir, também, sobre o impacto que novas políticas públicas de incentivo a habitação popular, como o programa do governo federal 'Minha Casa, Minha Vida' e de distribuição direta de renda, como o Bolsa Família, têm sobre a reativação econômica da periferia.

Como a mobilidade espacial da população é indissociável da mobilidade espacial dos bens de consumo e de produção, de capitais, de empresas, de tecnologias e de informações e ainda, como, segundo Lago (2000), no caso da mobilidade intraurbana, a localização e realocação do capital imobiliário e dos investimentos públicos na cidade assumem papel de destaque, há que se supor que as mudanças econômicas observadas na periferia sejam refletidas em novas formas de mobilidade.

Além disso, existe uma associação quase sistemática da mobilidade espacial a dois outros tipos de mobilidade: a profissional e a social. Os movimentos migratórios em direção

aos centros urbanos estão geralmente relacionados às mudanças de emprego e de posição na estrutura social, que podem ser ascendentes ou descendentes.

Diante do exposto, questiona-se: quais os reflexos dessa reconfiguração espacial da metrópole e de suas atividades produtivas sobre a dinâmica demográfica e, mais especificamente, sobre a mobilidade espacial da população?

3.3 Mobilidade

A dinâmica demográfica é composta por três dimensões: a fecundidade, a mortalidade e a mobilidade. Uma vez que as taxas de fecundidade e mortalidade vêm apresentando expressivo declínio, ganha importância a dimensão da mobilidade para explicar a dinâmica populacional (BAENINGER, 1998; CUNHA, 2002; RIGOTTI, 2008; BRITO, 2009; SILVA, 2012).

Historicamente, os estudos sobre a mobilidade espacial da população deram ênfase às migrações. Mais recentemente, no entanto, em decorrência de mudanças observadas nas estruturas econômicas e sociais, percebeu-se a complexificação dos padrões de mobilidade espacial da população, tornando necessárias novas abordagens, como as que chamam a atenção para a pendularidade existentes não apenas em grandes centros metropolitanos.

3.3.1 Migração

A palavra migração provém do latim *migratio*, e significa mudar de habitação, passar de um lugar para outro, ir-se embora, sair. Entretanto, é somente em fins do século XIX que o verbete 'imigração' e 'imigrado' aparecem nos dicionários, dentro do contexto de surgimento do Estado-Nação ocidental. Segundo Konings (2001), no pensamento mitológico

grego não há a palavra migrante. Na Odisséia, Ulisses é considerado hóspede, forasteiro e estrangeiro, mas não um imigrante. Quando se forma a polis grega, a palavra invocada para se falar da presença daquele que não é grego, ainda é *xenos*, que na Grécia antiga significava “o estrangeiro, o estranho, inconveniente, forasteiro, hóspede, hospedeiro” (KONINGS, 2001, p. 51).

A teoria moderna de migração teve origem com Ravenstein (1885) e durante o século XX as diferentes concepções sobre migração estiveram ligadas à constituição e consolidação da sociedade urbana e industrial. A migração era considerada um fenômeno intrínseco ao processo de modernização, ao crescimento econômico e à mobilidade do trabalhador, sendo tais considerações aplicadas tanto em escala internacional, quanto nacional e regional.

Atualmente, o conceito de migração varia bastante segundo a pesquisa e as características dos dados existentes e disponíveis. Entretanto, segundo Carvalho e Rigotti (1998), é consensual que não sejam considerados os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino. Assim, a migração diz respeito, sobretudo, às mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais pré-definidas e é, de acordo com Santos (2005), um conceito essencialmente geográfico, pois é carregado de variáveis espaciais tais como linhas contínuas, fronteiras, cruzamento, travessia.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a complexidade da obtenção de informações sobre movimentos migratórios, bem como, a especificação da área geográfica, do tempo em que se deseja que estas informações sejam referidas e a avaliação das respostas oriundas do campo são fatores fundamentais para tornarem este tema um dos mais ricos em termos de possibilidades de medição e de análise. Isto contribui também para que as várias formas de se medir migração conduzam a valores discrepantes entre si.

Aqui será considerado migrante todo indivíduo que realizou algum tipo de deslocamento intermunicipal no período analisado, incluindo-se nesta categoria os indivíduos que estejam realizando uma migração de retorno ao município de nascimento.

A discussão do conceito de migração, percebida enquanto “mobilidade espacial da população” (BECKER, 1997), tem um caráter importante no entendimento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação do capital, posto que a migração é, segundo George (1971), não só o deslocamento humano, mas também a irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma estrutura social.

Entre as décadas de 1940 e 1970 as metrópoles nos países do fordismo periférico cresceram de forma explosiva, decorrente também do próprio período de transição demográfica com fecundidade ainda muito alta e já diminuição da mortalidade, levando a um aumento na taxa de dependência que opera de forma a reduzir a produtividade dos que trabalham. Esse período também foi marcado por expressivas migrações internas, especialmente com deslocamentos em direção às grandes cidades resultando em uma inserção urbana muito precária para amplas camadas da população.

A modernização conservadora promoveu profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, mas acentuou elementos históricos da heterogeneidade estrutural do Brasil e atendeu tanto o espaço quanto a população de forma desigual. Para chegar ao sistema urbano atual no Brasil, a migração e a distribuição da mão-de-obra foram aspectos marcantes no desenvolvimento regional brasileiro, na constituição dessa sociedade urbano-industrial e na conformação da sua força de trabalho, diante de uma considerável “assimetria de oportunidades” regionais.

As migrações internas para as cidades levaram a uma concentração elevada de população, dinâmica econômica, trabalho e recursos em grandes aglomerações urbanas – que geraram ou fortaleceram os espaços metropolitanos. Até 1980 a migração interna foi elevadíssima. Já partir de 1980, há uma diminuição desse comportamento e certa estabilização do volume de migrantes. Mas a elevada migração campo-cidade acabou concentrando-se em algumas áreas que foram tornando-se grandes aglomerados urbanos, apresentando um caráter cada vez mais metropolitano, já que em 1970, quase um terço dos 93 milhões de brasileiros residia em aglomerações metropolitanas, se esse total fosse considerado apenas sobre a população urbana, a proporção subiria para quase 50% (SILVA,

2012). “Levando em conta que foi somente na década de 60 que a população urbana superou a rural, pode-se afirmar que a transformação urbana no Brasil foi tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização e a metropolização” (BRITO & SOUZA, 2005, p.50), gerando também graves problemas socioespaciais.

Para Singer (1980, p.212), “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Dessa forma, “encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo”. Neste estudo, considera-se como limite inicial da configuração histórica que dá sentido ao fenômeno migratório na Baixada Fluminense e em Nova Iguaçu a década de 1950, quando a crise da produção de laranjas se reflete no fracionamento das fazendas da região em lotes de terra vendidos a população atraída de outras parcelas do território nacional, sobretudo do Nordeste, para a economia industrial em ascensão na capital federal, Rio de Janeiro àquele tempo.

Antes de partir para observações sobre a mobilidade especificamente em Nova Iguaçu, no entanto, é preciso apresentar brevemente as grandes linhas de estudo das migrações, cujas reflexões podem auxiliar a compreensão do quadro demográfico em questão.

3.3.1.1 Os estudos clássicos em Migração

Predominaram, até a década de 1970, estudos de movimentos migratórios a partir da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes, valorizando a análise de linhas e pontos (fluxos e aglomerações) em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social. Esta perspectiva descritiva e dualista, marca da Escola Neoclássica nos estudos de migrações, levava, segundo Becker (1997, p.323), “a um modelo reduutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque

individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades” sem que houvesse pressões produzidas por forças socioeconômicas externas.

Derivada da introdução de mudanças técnicas no processo produtivo e do conseqüente aprofundamento da divisão social do trabalho, a migração, na visão neoclássica, seria um mecanismo gerador de equilíbrio para economias em mudança, especialmente aquelas mais pobres. Esta visão não era compartilhada por Gaudemar (1977), que, segundo Becker (1997, p.331), via na mobilidade dos homens uma “estratégia [do capital] para perpetuar as desigualdades de espaço, uma vez que o espaço não é mudado de forma a atender as necessidades de sua população”.

Considerando o fenômeno migratório como a “mobilidade promovida pelos movimentos do capital” e imprimindo um enfoque neomarxista aos estudos migratórios, Gaudemar (1977) opõe, à migração como ato de decisão pessoal, uma mobilidade forçada, fruto da crescente sujeição do trabalho ao capital. Para Gaudemar,

“Nem todas as movimentações de mão-de-obra são equivalentes. Só interessam ao capital aquelas que asseguram a sua valorização, quer correspondam a uma intensificação ou a uma produtivização acrescidas do trabalho, quer se dirijam para os espaços da polarização capitalista, próprios para os absorver. É sem dúvida aí, na vontade de apenas encorajar estas únicas movimentações, que reside o caráter novo das estratégias contemporâneas da mobilidade”

(GAUDEMAR, 1977, p.17).

Segundo o autor, os estudos neoclássicos de migração privilegiam uma visão idílica, tal como a dos discursos governamentais, de que a migração é desejada pelos trabalhadores, de que a migração lhes traria vantagens pessoais. E, questionando esta visão, aponta para a existência de uma migração que é, em realidade, “uma mobilidade suportada, provocando fluxos de homens apenas ao ritmo das contrações ou expansões do capital” e tendo como resultado “desenraizamentos frequentemente dolorosos, senão sempre dramáticos”,

representativos de “um progresso ilusório que modela a paisagem social e humana apenas à imagem desumana da polarização capitalista do espaço” (GAUDEMAR, 1977, p.24).

Para Gaudemar (1977), esta mobilidade, mais do que ordenamento territorial, provoca “desordenação do território”. Isto ocorre, sobretudo, pelos impactos da mobilidade do capital sobre o mercado de trabalho: a tendência quase geral de manutenção das sedes empresariais em grandes centros metropolitanos perpetua a localização polarizada das atividades de direção e administração e, nos casos em que há a necessidade deste deslocamento, as empresas “transportam consigo o núcleo essencial dos quadros superiores e dos técnicos”. Dessa forma, à população residente no local de destino da unidade produtiva em questão, estará reservado apenas o trabalho pouco ou nada qualificado.

Seguindo uma linha semelhante, Damiani (1991) afirma que a migração interna no Brasil sempre foi fruto do mesmo processo, envolvendo diferentes agentes, ou seja, “os antigos latifundiários foram substituídos por grandes empresas capitalistas nacionais e multinacionais” (DAMIANI, 1991, p.42).

A mobilidade espacial da população é, nos países capitalistas, influenciada pelas estratégias e investimentos das empresas e dos governos, que vão determinar o destino dos deslocamentos. Em seguida, o capital pode redirecionar a força de trabalho para onde lhe for conveniente e da maneira mais rentável possível, porque os estoques de mão-de-obra excedente são incrementados cada vez mais, como resultado, principalmente, da tecnificação do trabalho.

Refletindo sobre a tecnificação do trabalho, Carleial (1994) chega a questionar se surgirá uma nova forma de imobilidade da força de trabalho pela inexistência de trabalho. Lago (2007) aponta para uma imobilidade dos trabalhadores precarizados, vítimas de um processo de “descentralização perversa” da economia metropolitana, ou seja, uma imobilidade decorrente não da falta de trabalho, mas da falta de condições razoáveis de acessá-los. Seja como for, Becker (1997, p.325) acredita que estamos diante da gestação de um novo paradigma das migrações resultante da atual internacionalização da economia, um

paradigma que se desenvolve numa conjuntura “onde de um lado ocorre a reestruturação tecnológica e, de outro, o aprofundamento da exclusão social”. E Antunes (1999) alerta para o fato de que não se caminha em direção à extinção do trabalho, mas a transformações no mundo do trabalho que podem, de fato, impactar nas dinâmicas da mobilidade espacial da população.

Assim, aparentemente as colocações no mercado de trabalho para cargos gerenciais que exijam alta qualificação crescem em ritmo mais acelerado que a oferta deste trabalhador qualificado, oferecendo a esta população uma condição confortável de escolha da mobilidade, ou seja, a decisão deste grupo de indivíduos sobre a sua própria mobilidade é soberana. Ao mesmo tempo, o crescimento da pobreza e da população sem qualificação é maior que a oferta de trabalho para esta população, o que, além de reduzir seu poder de mobilização enquanto trabalhadores, os colocam numa posição de quase imobilidade espacial, à mercê do capital. Na verdade, são os grupos populacionais mais pobres os menos móveis por não conseguirem reunir os recursos necessários para investir em seu deslocamento e em sua fixação no local de destino ou na manutenção de um deslocamento cotidiano entre casa e trabalho, longo, caro e desgastante.

Enquanto os estudos neoclássicos acreditavam que o motor principal das migrações era a possibilidade de o indivíduo melhorar suas condições de vida na área de destino, os estudos neomarxistas voltavam sua atenção às condições de vida de um determinado grupo social na área de origem, sendo estas condições as que fundamentalmente desencadeariam um processo migratório.

Por muito tempo, o debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório dividiu-se entre o aporte neoclássico-funcionalista e o estruturalista (OLIVEIRA, 2011).

Essas concepções, mesmo sob enfoques diferenciados, foram e ainda são de grande importância, mas deve-se reconhecer que a realidade urbana atual complexifica as possíveis explicações para os movimentos de população. O grande problema é que as bases teóricas

dos novos modelos explicativos são geralmente muito frágeis e as classificações são muito mais descritivas do que analíticas (SIMMONS, 1991, p.8). Ainda assim, é preciso refletir sobre o surgimento de novas situações de mobilidade no contexto metropolitano.

3.3.1.2 Novas abordagens e tendências

O fenômeno migratório passou por profundas transformações no Brasil, desde a década de 1980. A redução das taxas de natalidade associada aos menores saldos migratórios determinou o menor crescimento das metrópoles. Ao mesmo tempo, correntes migratórias importantes passaram a ter como destino as periferias metropolitanas e as cidades médias, fazendo com que estes espaços experimentassem as maiores taxas de crescimento populacional. Neste período, observam-se também o incremento das migrações intrarregionais, a diminuição da migração rural-urbana e o aumento da migração de retorno, contribuindo para a ascensão, embora ainda em caráter incipiente, da migração urbano-rural (PAGANOTO, 2007).

A crise econômica da década de 1980 impõe uma diminuição no volume das migrações interestaduais e a migração internacional volta ao cenário dos estudos populacionais, agora com duas vertentes: a emigração para os Estados Unidos, Japão e Europa e a imigração, “que vai desde paraguaios, coreanos e bolivianos, muitos deles ilegais, até a gerentes e técnicos europeus que chegam no processo de privatização das empresas estatais concessionárias de serviços públicos” (OLIVEIRA, 2006).

Até algum tempo o modelo socioeconômico dominante levava a movimentos espaciais fundados na ideia de fixação de residência, ou seja, os deslocamentos eram considerados definitivos nos locais de destino, posto que o modelo regulatório das relações de trabalho estava baseado em níveis de estabilidade maior. Por volta da metade da década de 1960, o modelo de desenvolvimento fordista entra em crise e, alterando os modelos econômicos e políticos como estratégia de enfrentamento da crise, o capitalismo renasce

com vigor, baseado numa matriz neoliberal, na qual o tamanho do estado deve ser mínimo (HARVEY, 1992). A acumulação passa a ser flexível, alterando de forma decisiva o regime de produção. Nesse novo modelo diminui-se a demanda por mão-de-obra e as plantas industriais, de menor porte, passam a poder estar subdivididas em várias partes do planeta. Em outras palavras, a produção pode ir ao encontro da força de trabalho, não sendo mais necessário lançar mão dessa flexibilidade presente entre os trabalhadores. Nas palavras de Oliveira (2005), “ao encontrar a mão-de-obra nos países em desenvolvimento, barateiam-se os custos da produção e maximizam-se os lucros”.

É nessa nova ordem política, econômica, social e cultural que faltam abordagens teóricas que apreendam o fenômeno migratório no Brasil. Segundo Oliveira (2011), parece fazer sentido pensar que a crise verificada na produção teórica sobre a temática migratória resulte da utilização de instrumentais e referenciais teóricos fundados no paradigma de acumulação fordista, que não dão conta de apreender as mudanças que estão ocorrendo no processo de transição no padrão de acumulação do capital.

O desafio colocado é o de compreender novos processos que se manifestam numa nova sociedade – ou, como provoca Simmons (1991), antigos fenômenos que tornaram-se evidentes à luz de novas preocupações e concepções. Nesse contexto, a forma como a mobilidade populacional se apresenta passa a ser rediscutida, surgindo questões como circularidade, retorno, contra-urbanização, residência base, etc.

De acordo com Oliveira (2006), surgem, nesta nova conjuntura, aportes que sugerem apreciar todos os tipos de deslocamentos e suas modalidades de duração, periodicidade e sequências, que não necessariamente impliquem em mudança de residência. Assim, o autor apresenta os conceitos de residência base¹ e de reversibilidade dos fluxos. Os fluxos reversíveis estariam associados a uma residência base, que seria o ponto de partida para novos deslocamentos, que poderiam ter destinos distintos, mas a mesma origem. Os fluxos irreversíveis, por sua vez, são implementados sem referência ou recurso a nenhuma residência anterior, que já não intervêm no sistema de reprodução familiar do grupo de

¹ Como residência base, entende-se o lugar ou conjunto de lugares a partir do qual(is) os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada, qualquer que seja a duração da permanência no outro lugar

migrantes (DOMENACH e PICOUET, 1990, apud OLIVEIRA, 2006). Ou seja, as estratégias dos migrantes se alteram em função da nova realidade, traduzida na flexibilidade produtiva, precariedade do mercado de trabalho e encolhimento/ausência de políticas sociais. Ao procurarem novas estratégias, mudam o modo como se processavam as migrações no modelo de acumulação anterior, no qual aos movimentos de médias e longas distâncias correspondiam mudanças definitivas de residência.

De acordo com Brito (2009), “os fundamentos demográficos, econômicos, sociais e culturais do padrão migratório que prevaleceu até a década de oitenta foram fundamentalmente comprometidos”. Para ele, os mecanismos de mobilização e integração social dos migrantes na sociedade urbana, moderna, como previam alguma teorias, perdeu muito do seu vigor. A sociedade e a economia mobilizam grande parte dos migrantes na região metropolitana, não absorvidos econômica e socialmente, para o caminho de volta, o retorno, ou para se deslocar para as periferias mais distantes dos municípios metropolitanos onde ficaram imóveis ou submetidos aos deslocamentos cotidianos.

Para Oliveira (2011), esta nova etapa do desenvolvimento humano poderia ser percebida metaforicamente na oposição de formas líquidas às formas sólidas, onde as formas sólidas estariam associadas ao paradigma anterior, à modernidade, à rigidez do fordismo. Em contrapartida, as formas líquidas estariam vinculadas ao paradigma emergente. Os líquidos, ao contrário dos sólidos, por não manterem sua forma com facilidade não fixariam o espaço nem prenderiam o tempo.

3.3.2 Deslocamentos Pendulares

Para Jardim (2007), os deslocamentos pendulares estão relacionadas aos processos de deslocamento da população no território, num determinado contexto e tempo socialmente constituídos. Ainda segundo o autor, elas ganham especificidades e finalidades a partir da estrutura e das mudanças na organização da economia e da sociedade.

O termo *commuting* foi usado pela primeira vez para designar as viagens diárias de trem entre as cidades americanas e seus subúrbios, a partir dos anos 40 do século XIX. Segundo ASPO (1951), vira pauta de pesquisa de estudos governamentais americanos durante a Segunda Guerra Mundial e passa a ser discutido enquanto conceito pela academia no âmbito da geografia teórico-quantitativa e do planejamento urbano a partir dos estudos pioneiros de Liepman (1944), Carrol Jr. (1949), James & Vance (1960), Chisholm (1960), Halvorson (1973) e Holmes (1971), entre outros autores.

No Brasil a pesquisa sobre movimento pendular foi introduzida no Censo Demográfico de 1970 (IBGE) e buscava identificar o deslocamento diário do município de residência para o município de trabalho ou estudo. No âmbito acadêmico, registra-se a pesquisa pioneira de Costa & Paviani (1972), onde tal fenômeno refletia um desnível existente entre o tamanho da População Economicamente Ativa e a oferta de trabalho no município de residência.

Estudos mais recentes como de Moura et al. (2005), Brito (2005), Jardim (2007 e 2009), Moura (2010), por sua vez, ponderam suas análises dos deslocamentos pendulares considerando estes como fruto de mudanças das relações sociais de produção nos contextos espaços-temporais em que estão inseridos.

Silva (2012) aponta as seguintes lógicas para os movimentos populacionais na metrópole: 1) mobilidade espacial por constrangimento; 2) mobilidade espacial por escolha; 3) imobilidade espacial por escolha; 4) imobilidade espacial por constrangimento. Os movimentos migratórios em direção à periferia, relacionados muitas vezes ao movimento pendular, ilustram as lógicas de mobilidade espacial por constrangimento. No processo de formação/consolidação dos aglomerados metropolitanos, a localização espacial das atividades econômicas levou à formação de um mercado de trabalho metropolitano, sendo que tais atividades apresentaram uma concentração considerável em algumas áreas, principalmente nos núcleos, fazendo com que parte da força de trabalho buscasse se localizar próximo às áreas de emprego. Entretanto, essa “proximidade” nem sempre foi ou é possível, e a realização do movimento pendular também foi constituindo-se em uma

possibilidade para garantia das condições de sobrevivência no espaço da metrópole – é a mobilidade espacial fruto do distanciamento entre lugar de moradia e trabalho que chega a ultrapassar o limite do município de residência.

A esse respeito Craviolini (2006) chega afirmar que a distancia geográfica entre o local de trabalho e o local de residência não mais representa uma forte restrição para a organização da vida. Assim, segundo o mesmo autor, entre os fatores determinantes para essa localização relativa entre trabalho e residência estariam as próprias restrições econômicas e sociais diferenciadas entre os indivíduos.

A fim de refletir sobre os efeitos da segregação induzida e da segregação imposta sobre os extratos sociais mais pobres e sua possibilidade de manutenção nos campos de empregos das áreas centrais das grandes metrópoles, especialmente dos países em desenvolvimento, recorre-se aos estudos de Moura (2010), Lago (2008) e Ribeiro & Lago (1992) sobre os padrões de segregação sócio-espacial nas periferias das metrópoles de Curitiba e Rio de Janeiro e suas repercussões sobre a mobilidade espacial da população no meio intra-metropolitano.

Esses estudos convergem em seus resultados empíricos afirmando que os mais pobres, que possuem sua residência situada na periferia em função dos processos de segregação induzida ou mesmo imposta, não “usufruem” do mercado de trabalho do núcleo metropolitano, justamente por não ter os recursos financeiros necessários para usar a rede de transportes coletivos que permitiria a sua mobilidade aos locais de trabalho do núcleo metropolitano. Logo, ainda segundo os mesmos autores, tais resultados chocam com visões tradicionais, que supõem a mobilidade e os traslados diários como atributos típicos dos pobres, que pelos processos seletivos do mercado de terras são obrigados a viver longe do local de trabalho.

Nesse sentido, a questão principal não estaria em ter que fazer o movimento pendular ou não, mas, justamente, em possuir os recursos para fazer esse movimento pendular ou não, tendo a chance de auferir os recursos financeiros necessários a sua

reprodução social. Segundo Brito (2009), “boa parte da população deixa de se constituir no excedente necessário, do ponto de vista da economia e da sociedade, e passa a ser supérflua, ou seja, social e economicamente dispensáveis”. Assim, o caminho desta parcela da população seria o de tornar-se mero objeto das políticas de transferência de renda do governo.

Embora haja uma tradição de se associar, historicamente, os deslocamentos pendulares quase que exclusivamente à dinâmica intrametropolitana, observa-se, a partir de crescentes evidências empíricas e teóricas presentes na literatura (HOLMES, 1971; WHITE (1988), CLARK W.A.V. & KUIJPERS-LINDE M. (1994), GOEI et al. (2009); MOSS & QING, 2012; BECKER & FARIAS, 2014 entre outros autores), a necessidade também de pensá-los enquanto fenômenos que ultrapassem os limites das aglomerações metropolitanas, ou mesmo que ocorrem completamente fora das mesmas em sua representatividade.

Buscando diminuir o risco de se passar despercebida a heterogeneidade dos processos que originam os movimentos pendulares e as especificidades que esse fenômeno implica sobre as dinâmicas territoriais, Pereira (2007) recorreu à construção de tipos ideais weberianos ao analisar três distintos processos que dão origem ao descompasso espacial entre residências e postos de trabalho, sendo eles o deslocamento pendular do tipo ‘concentração urbana’, o deslocamento pendular do tipo ‘saturação urbana’ e o deslocamento pendular do tipo ‘desconcentração produtiva’.

Os deslocamentos pendulares do tipo ‘concentração urbana’ seriam aqueles resultantes da intensificação da diferenciação espacial entre áreas residenciais e de trabalho, marcados pela periferização e realizados no sentido periferia-centro. No contexto espacial deste estudo, referem-se aos deslocamentos associados à ocupação da Baixada Fluminense pela população imigrante pobre a partir dos anos 1950 que buscava inserir-se no mercado de trabalho do município do Rio de Janeiro, àquela ocasião capital federal.

Os deslocamentos pendulares do tipo ‘saturação urbana’ também seriam realizados no sentido periferia-centro, mas como resultado da mudança de residência de áreas centrais

para áreas mais afastadas por parte de grupos de renda mais elevada, em busca de amenidades, aumentando assim a extensão dos deslocamentos

Finalmente, os deslocamentos pendulares do tipo 'desconcentração produtiva' estariam vinculados às etapas mais recentes do processo de desconcentração espacial das atividades produtivas, quando muitas empresas têm reavaliado sua localização buscando instalações em locais menos centrais das redes urbanas. Segundo Pereira (2007, p.18), neste processo de re-localização, apesar de parte da mão-de-obra absorvida pela empresa pertencer ao seu novo município de instalação, em geral, "o seu quadro de funcionários de mais alta qualificação é proveniente do município de instalação anterior ou de municípios mais centrais". Assim, os deslocamentos pendulares nesta realidade seriam realizados no sentido centro-periferia ou periferia-periferia.

Pensando especificamente o contexto da RMRJ, Jardim (2001) identificou três grandes fluxos migratórios, que o autor chama de a) "expansão do núcleo na periferia", referindo-se aos emigrantes do município do Rio de Janeiro com boas condições de renda que foram morar em municípios como Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo; b) "periferização do núcleo", referindo-se a alguns imigrantes intrametropolitanos que saíram da periferia e foram residir no núcleo que, segundo o autor, corresponderam ao aumento e adensamento da população residindo em favelas e o distanciamento socioeconômico entre os bairros do município; e finalmente c) os movimentos denominados de "periferização da periferia", envolvendo as trocas populacionais nos próprios municípios da periferia metropolitana, que apesar de no geral envolver uma população de renda mais baixa, apresenta diversidade econômica e social.

Um questionamento importante a ser feito é em que medida os migrantes que mudaram de município de residência na metrópole mudaram também de local de trabalho ou "permaneceram" trabalhando no município de origem da migração. Buscando relacionar migração intrametropolitana, movimento pendular e mercado de trabalho, Silva (2012) cruzou os três tipos de fluxos intrametropolitanos com a variável do Censo Demográfico de 2000 que pergunta sobre o município de trabalho ou estudo, variável utilizada para medir o

movimento pendular no Brasil, ou *commuting*. Interessante observar que, do total de migrantes intrametropolitanos ocupados (1995-2000), 51,3% faziam movimento pendular em 2000, destes que realizavam tal deslocamento, quase 70% o fazia retornando para trabalhar no município de origem da migração.

Portanto, a clássica relação entre migração e trabalho, em que a primeira ocorreria por uma busca por melhores condições de vida associadas ao segundo, deixa de ser a perspectiva predominante especialmente sobre as mudanças de residência no espaço metropolitano. A migração intrametropolitana redistribui a população no espaço metropolitano, mas não há uma dinâmica semelhante na distribuição dos postos de trabalho. Tendências nesse sentido foram apontadas por Cunha (1990, 1994) para a metrópole de São Paulo desde os anos 1970 e 1980 e por Cardoso (2007) para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e como se vê ainda permanece na organização espacial e populacional nas metrópoles.

4. MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM NOVA IGUAÇU: O CASO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS

Uma rápida visita ao centro de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, representa para a maioria das pessoas, sobretudo aquelas moradoras do núcleo da metrópole do Rio de Janeiro, uma fortíssima quebra de paradigma. A imagem de uma periferia empobrecida, com precária infraestrutura e habitada por população pobre ou muito pobre, contrasta com a paisagem marcada por grandes avenidas, painéis luminosos, edifícios empresariais, hotéis, centros de convenções e - de forma cada vez mais marcante - verticalização.



Foto 1: Vista da Via Light, uma das principais vias de circulação no município.
Fotografia disponível em www.noticiasdenovaiguacu.com

Um dos elementos que mais fortemente contribui para este choque entre imaginário construído e realidade em Nova Iguaçu é a presença de imensas torres residenciais no estilo arquitetônico tipicamente encontrado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, no bairro da Barra da Tijuca, onde desde os anos 1990 a classe média iniciou um processo de autossegregação em condomínios fechados (Fotos 2 e 3). A paisagem, até recentemente marcada por construções de poucos pavimentos, casas e sobrados e galerias comerciais está sendo profundamente alterada e em meio a toda essa mudança destacam-se os grandes

condomínios residenciais. Estaria ocorrendo um processo semelhante na Baixada Fluminense? Que demandas estes empreendimentos estariam atendendo? Quem são os moradores destes condomínios e o que os teria levado a optar por este modelo de moradia?



Foto 2: Aumento da densidade e crescente verticalização.
Residencial *Florae* (no fundo, à esquerda) e Residencial *Acqua* (no centro).
Fotografia do autor, Maio de 2014.



Foto 3: Condomínio *Springs* (à esquerda) e *PrimeResidences* (à direita).
Fotografia do autor, Maio de 2014.

Estes questionamentos nortearam as pesquisas de campo que tinham por objetivo traçar o perfil socioeconômico dos moradores dos novos empreendimentos e, sobretudo identificar os impactos destes condomínios sobre a mobilidade na metrópole: seriam os moradores habitantes do próprio município, ou os lançamentos estariam atraindo população até então residente em municípios vizinhos? Em que medida os novos empreendimentos estariam contribuindo com a mobilidade residencial em Nova Iguaçu e com migrações na Baixada Fluminense? Haveria algum impacto sobre os deslocamentos cotidianos entre casa e trabalho?

O atual aquecimento do setor imobiliário no município de Nova Iguaçu remete a meados da década de 2000, quando, segundo corretores locais, começaram a surgir empreendimentos cujo padrão estético e infraestrutural se assemelham aos empreendimentos da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. O empreendimento *Acqua*, da Gafisa, foi pioneiro: em 2007 foram iniciadas as obras de preparação do terreno e a entrega das primeiras unidades foram realizadas no ano de 2010.



Foto 4: Residencial *Acqua*, pioneiro na oferta de um novo estilo de morar na região da Baixada Fluminense, valorizando a infraestrutura de lazer e espaços de uso comum. Fotografia de Everaldo Lisboa, 2007.

Desde então, novos lançamentos voltados à população de classe média começaram a aparecer no município, todos eles concentrados numa pequena área da cidade, entre os

bairros do Centro e da Luz. Atualmente, seguindo este mesmo padrão estético e de infraestrutura, lançados e ocupados tem-se cinco condomínios: Residencial Afrânio, que reúne uma torre residencial e algumas casas duplex em torno de uma área verde com parque aquático e quadras poliesportivas (modelo de área de lazer de uso comum que se repete nos demais empreendimentos); Residencial *Acqua*, com quatro torres residenciais; *Florae*, com uma torre residencial e áreas de uso comum na cobertura; *Springs*, com duas torres e *PrimeResidences*, também com duas torres.

Ao final da etapa de levantamento de dados primários, em cada um dos empreendimentos ocupados foram entrevistados ao menos 10% do total de imóveis, conforme exposto na Tabela 12.

Tabela 12

Amostragem de imóveis entrevistados segundo condomínio

Condomínio	Total de unidades	Unidades entrevistadas	%
Afrânio	60	11	18,3
Acqua	452	45	10,0
Florae	216	23	10,6
Prime	112	11	9,8
Springs	240	25	10,4
Total	1080	115	10,6

Atualmente três novos empreendimentos residenciais que seguem este conceito estão em execução no mesmo bairro, sendo um deles – o Rossi Exclusivo – já em fase final de construção (Foto 5) com previsão de entrega das unidades ainda em 2014 e os demais em fase inicial de preparação de terreno para as obras (Fotos 6 e 7).



Foto 5: Condomínio Rossi Exclusivo em fase final de construção
Fotografia do autor, Maio de 2014.



Fotos 6 e 7: Terrenos em fase de preparação para novos empreendimentos
Fotografias do autor, Dezembro de 2013 e Junho de 2014.

Durante o processo de realização das entrevistas, como parte da pesquisa de campo, enfrentaram-se algumas limitações, a começar pelo acesso aos moradores. O autor não reside no município nem conhecia antes do início das atividades de campo nenhum morador destes condomínios. Em visita aos condomínios, agendaram-se entrevistas com os síndicos, que em alguns casos se negaram a receber o autor. Os que receberam – síndicos do *Acqua* e

do *Florae* – não autorizaram a permanência do autor nas dependências do condomínio para a realização de entrevistas com os moradores. A tentativa de participar de reuniões de condomínio a fim de explicar os objetivos da pesquisa e buscar entrevistas espontâneas também não foi bem recebida.

Assim, recorreu-se ao poder das redes sociais na Internet. A partir de uma publicação no perfil do autor no facebook, conseguiram-se os contatos de um morador do Residencial Afrânio, dois moradores do *Acqua*, dois moradores do *Florae*, um morador do *Springs* e um morador do *Prime*. A partir de contatos telefônicos, agendaram-se entrevistas presenciais com cada um deles, que por sua vez indicaram ao autor o contato de um ou mais vizinhos, contatados posteriormente a fim de repetir o mesmo procedimento.

Iniciaram-se então as dificuldades em relação ao horário de realização das entrevistas. Considerou-se importante entrevistar prioritariamente os chefes de família, e sendo assim, as visitas aos condomínios em dias úteis e em horário comercial foram muito pouco produtivas, pois os responsáveis pelos domicílios encontravam-se em suas atividades profissionais neste período. Assim, iniciaram-se visitas em finais de semana, também pouco produtivas, pois muitos dos imóveis estavam vazios e, quando os moradores estavam em casa, enfrentava-se a resistência de receber o autor em dia de descanso. As visitas realizadas em dias úteis após o horário comercial tampouco foram eficazes: muito embora a predisposição em receber o autor tenha sido maior neste horário, muitos dos chefes de família ainda não tinham chegado a casa antes das 20h e assim conseguiram-se no máximo duas entrevistas a cada uma destas visitas.

Por fim, foram entrevistados moradores de 115 imóveis nos cinco condomínios. Os resultados das entrevistas serão apresentados neste capítulo a fim de analisar quatro dimensões: o perfil socioeconômico dos moradores dos condomínios, o perfil migratório, aspectos da pendularidade e aspectos da mobilidade residencial intramunicipal.

4.1 Perfil Socioeconômico dos moradores

Quem são os moradores destes condomínios? Trata-se de um grupo social específico que se destaca no contexto local? Fariam parte de uma classe média emergente? Existem diferenças marcantes no perfil dos moradores entre os condomínios? Por qual motivo decidiram viver nestes empreendimentos? Medo? Status? Carência de áreas de lazer? O objetivo desta seção é identificar o perfil geral dos moradores a fim de estabelecer aproximações e diferenças em relação à população total.

Tabela 13

Perfil dos chefes de família por faixas de idade segundo condomínio, 2013

Condomínio	Faixas de Idade (%)			
	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos e mais
Afrânio	0,0	72,7	27,3	0,0
Acqua	2,2	82,2	15,6	0,0
Flora	0,0	65,2	30,4	4,3
Prime	0,0	81,8	18,2	0,0
Springs	0,0	72,0	28,0	0,0
Total	0,9	75,7	22,6	0,9
n=115				

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

A Tabela 13 mostra que a maior parte dos chefes de família entrevistados localizam-se na faixa etária de 25 a 39 anos. É importante lembrar que todas as entrevistas foram realizadas com chefes de família, o que explica o fato de não terem sido identificadas pessoas em faixas etárias inferiores a de 15 a 24 anos.

Este perfil corrobora a percepção dos corretores de imóveis entrevistados, segundo os quais grande parte dos compradores de unidades nos empreendimentos avaliados neste estudo são jovens casais ainda sem filhos em busca de imóveis novos financiados na planta.

Tabela 14

Perfil das famílias segundo condomínio, 2013

Condomínio	Mulheres Chefes de Família (%)	Tamanho médio da família (pessoas)
Afrânio	0,0	2,6
Acqua	11,0	2,6
Florae	21,0	2,7
Prime	18,2	2,6
Springs	24,0	2,6
Total	15,0	2,6
n=115		

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Do total de famílias entrevistadas, 15% delas são chefiadas por mulheres. Entretanto, não foi identificada nenhuma no Residencial Afrânio, onde todas as famílias tem renda superior a 10 salários mínimos. No que diz respeito ao tamanho das famílias, não foram identificadas diferenças significativas entre os condomínios. Interessante notar, entretanto, que as famílias apresentaram tamanho bastante reduzido, o que novamente aponta para um perfil geral de moradores jovens, solteiros ou recém-casados, com poucos filhos.

Tabela 15

Perfil dos moradores por ocupação segundo condomínio, 2013

Condomínio	Ocupações			
	Profissionais de nível superior	Pequenos empregadores	Ocupações médias	Trabalhadores do terciário especializado
Afrânio	72,7	27,3	0,0	0,0
Acqua	53,3	8,9	13,3	24,4
Florae	34,8	26,1	17,4	21,7
Prime	63,6	27,3	9,1	0,0
Springs	72,0	8,0	12,0	8,0
Total	58,3	18,3	15,7	20,0
n=115				

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Considerando o perfil ocupacional, observa-se que mais da metade dos moradores entrevistados são profissionais de nível superior e que os demais se distribuem de forma

equilibrada entre os grupos de pequenos empregadores, ocupações médias e trabalhadores do terciário especializado. Não foi registrada a existência de dirigentes, de trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e agricultores entre os entrevistados.

Os condomínios *Afrânio* e *Prime*, que apresentam os maiores níveis médios de renda entre as famílias entrevistadas, detém também maior percentual de profissionais de nível superior, categoria que supostamente reúne os mais altos salários, enquanto o condomínio *Florae*, que tem a maior proporção de moradores com rendimento familiar entre 5 e 10 salários mínimos, apresentou o menor percentual de profissionais de nível superior.

Entre os trabalhadores do terciário especializado destacam-se os condomínios *Acqua* e *Florae*, com 24,4% e 21,7% de seus moradores atuando nesta categoria, respectivamente.

Em estudo sobre a estrutura ocupacional das metrópoles brasileiras em 2000, Silva (2012) identificou um quadro bem distinto, com a predominância de quatro grandes categorias: as ocupações médias, os trabalhadores do terciário especializado e não especializado e os trabalhadores do secundário. Em todas as metrópoles do país essas categorias somadas correspondiam a mais de 80% dos ocupados. A autora destacou ainda evidências do fenômeno da desindustrialização, já que em praticamente todas as metrópoles diminuiu a participação dos trabalhadores do secundário entre 1991 e 2000. É possível que parte desse operariado da indústria de transformação tenha sido absorvida pelo setor terciário especializado, especialmente pelo setor de serviços que cresceu relativamente mais do que o setor de comércio no período. Já os prestadores de serviços especializados aumentaram sua participação em diversas metrópoles. As ocupações consideradas mais populares apresentam grande diversidade, no geral com algum aumento.

Entretanto, no mesmo estudo, a autora mapeou para a metrópole do Rio de Janeiro espaços que ascenderam na estrutura socioespacial, tendo identificado áreas de perfil operário que se tornaram médias em alguns pontos da zona norte do município do Rio de Janeiro e em algumas áreas centrais ou próximas aos centros de Nova Iguaçu, Duque de

Caxias, São João de Meriti, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí. Além disso, a área central de Nova Iguaçu também passou por algo ainda mais marcante: era uma área média que se tornou superior. Portanto, essas áreas conheceram o processo de ascensão social mais consistente de toda a metrópole, funcionando como centros em seus respectivos municípios.

Chama atenção a grande participação de pequenos empregadores, aqui representados por micro e pequenos empresários do comércio, a maior parte deles com estabelecimentos situados no próprio município de Nova Iguaçu. Em três dos cinco condomínios avaliados, mais de ¼ dos moradores atua nesta categoria, o que reforça a percepção de representantes do poder público local que dizem que o crescimento econômico do município tem atraído para os empreendimentos muitos comerciantes, inclusive alguns que haviam se mudado para a Zona Oeste do Rio de Janeiro em décadas anteriores. Esta realidade é contrastante com a grande tendência de queda relativa dos grandes e pequenos empregadores observada nas últimas décadas para o conjunto das metrópoles de diminuição relativa dos grandes e pequenos empregadores (MAMMARELLA e LAGO, 2009).

Tabela 16

Perfil dos moradores por escolaridade, faixas de rendimento e condição no domicílio segundo condomínio, 2013.

Condomínio	Escolaridade (%)		Renda (%)		Condição no Domicílio (%)	
	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	de 5 a 10 s.m.	de 10 a 20 s.m.	Imóveis Próprios	Imóveis Alugados
Afrânio	0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Acqua	33,3	66,7	88,9	11,1	86,7	13,3
Florae	26,1	73,9	91,3	8,7	87,0	13,0
Prime	18,2	81,8	0,0	100,0	90,9	9,1
Springs	0,0	100,0	52,0	48,0	92,0	8,0
Total	20,0	80,0	64,3	35,7	89,6	10,4
n=115						
Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.						

A tabela 16 reúne algumas características que permitem traçar a posição social dos moradores dos condomínios pesquisados (SHEVKY e BELL, 1974). Observa-se que 80% deles tem ensino superior completo e que os demais ou possuem o ensino médio

completo ou não concluíram o ensino superior. Não foram identificados chefes de família analfabetos ou com formação básica incompleta, o que por si só já permite diferenciar o perfil dos moradores dos condomínios do perfil geral da população do município de Nova Iguaçu.

No que se refere aos rendimentos, mais uma vez nota-se uma diferença sensível. 64,3% dos moradores tem faixa de rendimento familiar total entre 5 e 10 salários mínimos, enquanto os demais 35,7% estão na faixa de rendimentos entre 10 e 20 salários mínimos, o que em 2014 representa renda familiar total entre R\$7.240 e R\$14.480 mensais.

Não é possível estabelecer comparativos diretos entre os dados de renda obtidos nas pesquisas de campo e os dados secundários dos Censos Demográficos. As pesquisas do IBGE divulgam faixas de renda familiar ou domiciliar per capita, informação resultante do cruzamento de duas variáveis: total de rendimentos em valores reais e número de membros da família. Nas pesquisas primárias realizadas pelo autor encontrou-se grande resistência na obtenção de informações referentes aos ganhos reais em valores, portanto optou-se por oferecer opções de respostas em faixas de renda. Entretanto, considerando-se a média do tamanho das famílias de 2,6 membros em todos os condomínios, pode-se inferir que 1/3 das famílias residentes nos condomínios pesquisados apresentam renda familiar per capita entre 3,8 e 7,6 salários mínimos.

Do total de entrevistados, cerca de 90% eram proprietários dos imóveis em que residiam.

Tabela 17

Moradores por principal motivo de mudança
para o condomínio segundo condomínio, 2013

Condomínio	Lazer	Segurança	Aumento da Renda	Outros
Afrânio	81,8	18,2	0,0	0,0
Acqua	68,9	13,3	13,3	4,4
Florae	78,3	13,0	0,0	8,7
Prime	81,8	9,1	0,0	9,1
Springs	84,0	8,0	4,0	4,0
Total	76,5	12,2	6,1	5,2
n=115				

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Quando perguntados sobre qual teria sido o principal motivo para a mudança para o condomínio, 76,5% dos moradores entrevistados responderam que buscavam uma área de lazer para ser usada, sobretudo aos finais de semana. O município de Nova Iguaçu não oferece muitas opções de lazer para sua população e o deslocamento até as praias no Rio de Janeiro são cada vez mais longos e cansativos. Neste sentido, a oferta de infraestrutura de lazer, que além de grandes parques aquáticos inclui bares, parques infantis, espaços para festas e churrascos, preenche uma demanda importante na região.

A busca por segurança aparece como segundo principal motivo. Diversos moradores entrevistados relataram que os bairros mais nobres de Nova Iguaçu vêm sendo alvo de recorrentes roubos a residências e veículos, o que se reflete em um aumento substancial dos custos com seguros e com estacionamento. Assim, o condomínio representaria um aumento da sensação de segurança por ter sistema de câmeras de vigilância, controle da entrada de prestadores de serviços além de oferecerem vagas de estacionamento em ambiente fechado, o que representaria, ainda, redução do valor pago às seguradoras de veículos.

Embora com menor peso entre os motivos principais, um número considerável dos moradores entrevistados citou o aumento da renda familiar como um dos motivos para a mudança para o condomínio (tendo 6,1% este motivo como o principal), ou seja, como resultado do aumento da renda foi possível elevar o padrão de moradia.

4.2 Perfil dos Moradores Migrantes

Ao relacionar, no contexto metropolitano contemporâneo, migrações e moradia, podem-se considerar duas possibilidades gerais: a de que os movimentos migratórios seriam impulsionados pelas dificuldades de acesso à moradia (segregação induzida pela lógica de mercado) e a de que segmentos médios e superiores da população metropolitana estariam buscando na periferia espaços mais amplos para viver, um processo identificado por alguns autores como suburbanização (SOJA, 1992; SOUZA, 1997; DE MATTOS, 2002; RODRIGUES, 2008; MOURA, 2009).

No que se refere à primeira suposição, sabendo que o acesso ao solo é regido pela lógica do mercado tendo muitas vezes o Estado como mediador, é bem plausível considerar que as dificuldades ou facilidades de acesso à moradia estejam impulsionando as migrações intrametropolitanas. As dificuldades de permanência nos municípios centrais podem ter motivado a saída para os municípios da periferia – seja por preços de aluguel ou limitações para aquisição de imóvel próprio pela lógica do mercado. Além disso, há o fato de que o Estado historicamente promoveu o acesso à moradia para muitas famílias em áreas mais periféricas, muitas vezes com precária infraestrutura e muito distantes dos locais de trabalho e redes sociais. Assim, essa primeira suposição pode estar relacionada à permanência de processos de periferização – uma mobilidade espacial de camadas mais inferiores na hierarquia social, talvez por uma busca por moradia legal e própria. Esses processos foram marcantes na estruturação urbana das metrópoles brasileiras, por deslocarem para áreas mais precárias elevado contingente populacional que não tinha condições de residir em áreas mais centrais com melhor infraestrutura, portanto, um possível exemplo de mobilidade espacial por constrangimento.

Entretanto, o perfil dos moradores dos condomínios e o próprio perfil do condomínio em si refuta esse quadro, levando a reflexão sobre a outra suposição, que se refere a um processo de saída de pessoas de camadas médias e superiores da hierarquia social para áreas não tão distantes das áreas centrais, estas comprometidas pelas condições adversas

das deseconomias de aglomeração, em busca de espaços de residência mais “agradáveis”. Tratar-se-ia, neste caso, de uma mobilidade espacial por escolha.

Porém, Nova Iguaçu, especialmente sua área central, não apresenta as amenidades buscadas por este perfil de migrantes. Ruas estreitas, poucos terrenos disponíveis, trânsito intenso e crescimento econômico marcante se refletindo em aumento da densidade, da verticalização, da poluição sonora. Não há nas imediações dos condomínios estudados amplas áreas verdes, parques públicos ou qualquer outro elemento que corroboraria aquela clássica suburbanização. Assim, torna-se necessário identificar o perfil deste migrante, sua origem e suas motivações para migrar.

Tabela 18

Perfil dos moradores por condição migratória segundo condomínio, 2013

Condomínio	Não-Migrantes	Migrantes	
		Total	Retornados
Afrânio	90,9	9,1	0,0
Acqua	75,6	24,4	36,4
Florae	69,6	30,4	0,0
Prime	72,7	27,3	33,3
Springs	68,0	32,0	37,5
Total	73,9	26,1	26,7
n=115			

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

A Tabela 18 mostra que 26% dos moradores dos condomínios pesquisados é migrante, ou seja, nativos ou não-nativos de Nova Iguaçu com tempo de residência no município inferior ao tempo de vida. O destaque é o condomínio Florae onde este número chega a 30,4%. No condomínio Afrânio, por outro lado, a participação dos migrantes é bastante reduzida: 9,1%, nenhum deles nativo retornado.

Cerca de 27% do total de migrantes é constituído por população nativa do município, com retorno a Nova Iguaçu a partir de 2010. Sobre estes migrantes em especial serão feitas algumas reflexões adiante.

Tabela 19

Perfil dos moradores migrantes segundo tempo de residência no município atual por condomínio, 2013

Condomínio	Tempo de residência (%)		
	Recentes (até 4 anos)	5 a 9 anos	10 anos e mais
Afrânio	0,0	100	0,0
Acqua	81,8	0	18,2
Florae	85,7	0	14,3
Prime	100,0	0	0,0
Springs	50,0	25	25,0
Total	73,3	10	16,7
n=30			

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Quando avaliado o tempo de residência no município atual da população migrante, constata-se que a expressiva maioria dos moradores migrantes (73,3%) chegou ao município a partir de 2010, não sendo, portanto, captados pelo último censo demográfico nacional realizado pelo IBGE. No Prime, todos os moradores migrantes são de mudança recente para o município e nos condomínios *Acqua* e *Florae* mais de 80% deles encontram-se nesta situação. Do total de moradores, 83,3% mudaram-se para Nova Iguaçu nos últimos 9 anos, ou seja, a partir de 2005, justamente no período em que os empreendimentos começaram a ser lançados.

Os dados gerais de migração no município apontam para uma redução da atração migratória ao longo das últimas décadas. Foram 127115 migrantes atraídos para Nova Iguaçu entre 1991 e 2000 e 88555 migrantes no período entre 2000 e 2010.

No entanto, considerando os 1080 imóveis dos cinco condomínios avaliados, a média de tamanho de família de 2,6 pessoas e o percentual de migrantes identificado nos condomínios, apenas entre 2010 e 2014 cerca de 730 novos migrantes chegaram à Nova Iguaçu e estabeleceram residência em um dos condomínios avaliados, 25% do universo pesquisado aqui. Este é provavelmente um fenômeno isolado, mas que pode ter impactos sensíveis da mudança do perfil do morador migrante em Nova Iguaçu e elevando o percentual de população de média e alta renda no município, que já é a maior em toda a Baixada Fluminense.

Tabela 20

Moradores migrantes por município de origem segundo condomínio, 2013

Condomínio	Rio de Janeiro	Outros municípios da Baixada Fluminense	Outros municípios do Rio de Janeiro
Afrânio	0,0	100,0	0,0
Acqua	27,3	54,5	18,2
Flora	0,0	100,0	0,0
Prime	33,3	66,7	0,0
Springs	50,0	50,0	0,0
Total	26,7	66,7	6,7
n=30			

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

A maioria dos moradores migrantes residia anteriormente em outro município da Baixada Fluminense e cerca de 27% mudou-se do Rio de Janeiro. Apenas 6,7% dos migrantes é originário de fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e nenhum morador é migrante interestadual.

Os mapas 4 e 5 mostram o alcance espacial do município de Nova Iguaçu e dos condomínios no que diz respeito às migrações. Nota-se que a área influenciada pelo município não é muito distinta daquela influenciada pelo condomínio, mas que a intensidade da influência é bastante diferente nos dois casos. Os condomínios atraíram proporcionalmente muito mais migrantes do núcleo metropolitano que o município em si.

Mapa 4

População Migrante Total Por Município de Residência Anterior em Nova Iguaçu, 2010.



Mapa 5

Migrantes Residentes nos Condomínios Pesquisados Por Município de Residência Anterior. Nova Iguaçu, 2013.

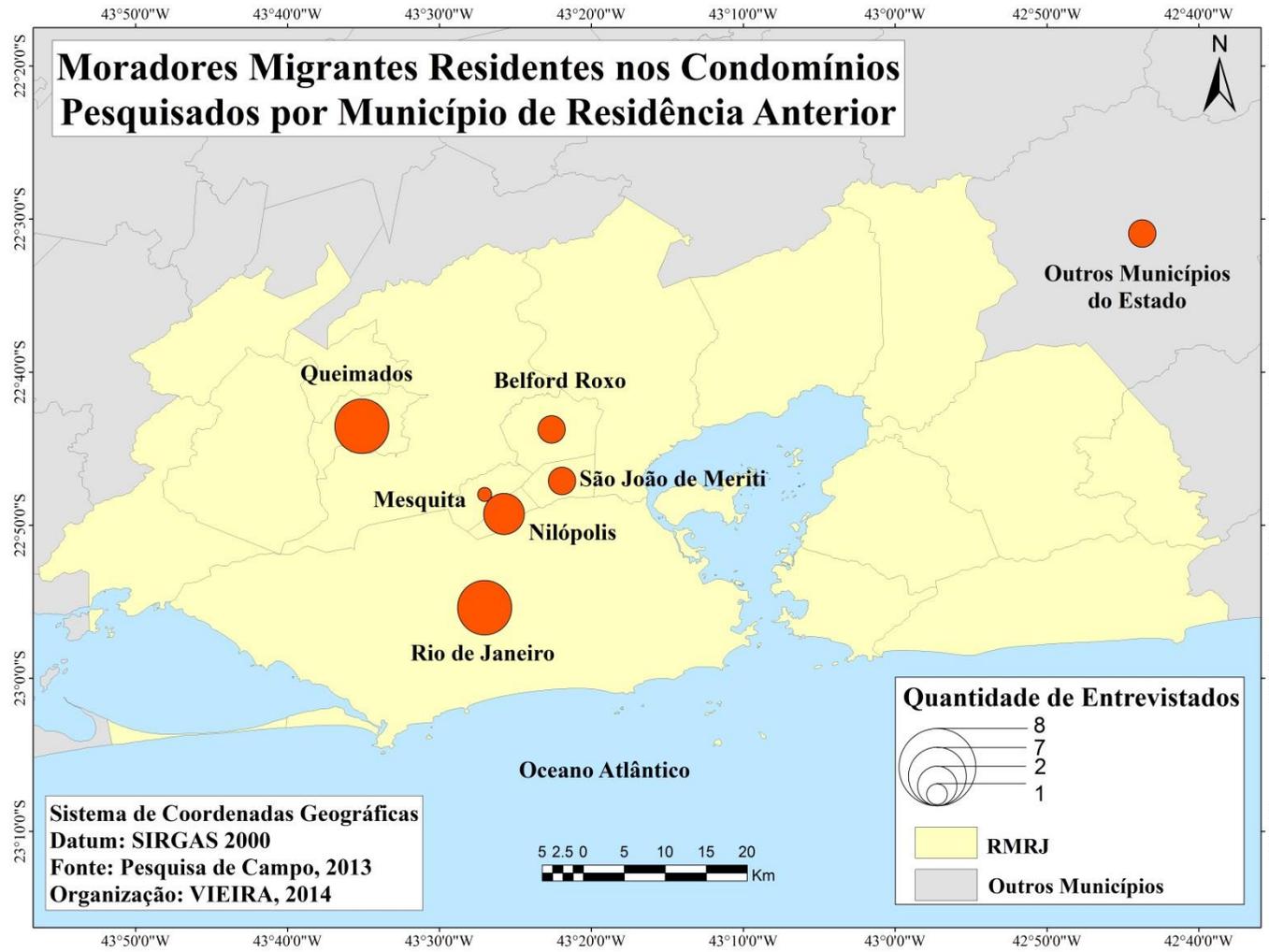


Tabela 21

Moradores migrantes por ocupação segundo condomínio, 2013

Condomínio	Profissionais de Nível Superior	Pequenos empregadores	Ocupações médias	Trabalhadores do terciário especializado
Afrânio	0,0	100,0	0,0	0,0
Acqua	63,6	9,1	9,1	18,2
Florae	71,4	14,3	14,3	0,0
Prime	66,7	33,3	0,0	0,0
Springs	75,0	0,0	12,5	12,5
Total	66,7	13,3	10,0	10,0
n=30				

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Quando comparados com os moradores totais, os moradores migrantes não apenas possuem renda média superior (como será mostrado na Tabela 22), como também é maior entre eles o percentual de profissionais de nível superior: 66,7% dos migrantes encontravam-se nesta categoria, contra 58% dos moradores totais e apenas 10% na categoria de trabalhadores do terciário especializado.

Tabela 22

Moradores migrantes por faixas de rendimento segundo condomínio, 2013

Condomínio	Faixas de Renda (%)	
	de 5 a 10 s.m.	de 10 a 20 s.m.
Afrânio	0,0	100
Acqua	90,9	9,1
Florae	85,7	14,3
Prime	0,0	100
Springs	62,5	37,5
Total	70,0	30,0
n=30		

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Entre os migrantes residentes nos condomínios, 70% apresentaram rendimento familiar total entre 5 e 10 salários mínimos, percentual um pouco superior a média de rendimentos familiares dos não-migrantes.

Tabela 23

Moradores migrantes por principal motivo
de mudança para Nova Iguaçu segundo condomínio, 2013

Condomínio	Morar perto da família	Morar perto do trabalho	Acesso a comércio e serviços	O condomínio	Outros
Afrânio	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acqua	9,1	18,2	36,4	9,2	27,2
Florae	0,0	28,6	28,6	42,9	0,0
Prime	33,3	33,3	0,0	33,3	0,0
Springs	12,5	25,0	25,0	25,0	12,6
Total	10,0	26,7	26,7	23,3	13,3
n=30					
Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.					

Os motivos para os movimentos populacionais decorrem da existência de fatores tanto nas áreas de origem quanto nas áreas de destino. Os estudos sobre migração geralmente consideram os fatores relacionados ao desenvolvimento econômico como os mais expressivos determinantes das origens e destinos dos fluxos populacionais. Assim, a demanda por trabalho em certos espaços e as condições salariais oferecidas seriam então as dimensões mais importantes para os indivíduos e famílias na decisão de empreender ou não o movimento migratório. Por esta lógica, espaços com maior disponibilidade e diversidade de empregos seriam áreas de atração, enquanto espaços em que haveria menor disponibilidade e variedade na oferta de trabalho seriam áreas de evasão populacional.

Há, no entanto, outros elementos da estrutura urbana que interferem nos movimentos migratórios. Intensificam-se os movimentos em razão do acesso à moradia, seja pela atuação do mercado imobiliário que influencia na redistribuição das camadas sociais no espaço urbano, seja pela atuação do Estado através de políticas habitacionais que também levam a mudanças no tecido sócio-espacial. Para Silva (2012), as lógicas que operam sobre os movimentos migratórios podem ser por constrangimento, em que indivíduos e famílias são forçados a mover-se por dificuldades de permanência onde estão ou por não encontrarem trabalho, por um lado; por outro lado, podem ser por escolha – em que há preferência por residir em outros espaços por razões que ultrapassam perspectivas estritamente econômicas, como clima, segurança, trânsito mais livre, menor densidade, etc.,

além de ser possível mover-se em razão de uma oportunidade de trabalho na área de destino.

Há ainda a influência da dinâmica demográfica: novos arranjos familiares com famílias mais reduzidas que geram novas demandas habitacionais; a participação elevada de jovens em determinadas áreas também criando necessidades em torno da educação, especialmente do ensino superior; o processo de envelhecimento populacional, que leva à mudança na estrutura etária, aumentando a proporção de idosos – o que pode potencializar também demanda por moradia em áreas com maiores amenidades ou com melhor oferta de serviços de saúde, por exemplo.

Ao analisar os motivos que contribuíram para que os moradores migrantes decidissem pela mudança para o município de Nova Iguaçu, evidencia-se a centralidade exercida pelo município na Baixada Fluminense no que diz respeito a concentração de empregos e oferta de serviços: 26,7% dos migrantes migrou porque já trabalhava no município e optou por reduzir os deslocamentos entre casa e trabalho e outros 26,7% migrou devido a maior oferta e diversificação de serviços e comércio oferecidos, ou seja, mais da metade dos migrantes vê Nova Iguaçu como lugar de trabalho. Aproximadamente 23% dos migrantes citou o condomínio como fator determinante para a decisão migratória: imóveis novos, na planta, com facilidade de financiamento. Outros motivos, como morar perto da família e dificuldades de adaptação no local de residência anterior, no caso dos migrantes retornados, somam cerca de 23%.

Ainda que não tenha aparecido com grande incidência como motivo principal, a dificuldade de adaptação ao local de residência anterior surgiu em muitas entrevistas, especialmente entre os migrantes retornados. Muitos dos munícipes que deixaram o município em décadas anteriores atraídos pelo estilo de moradia oferecidos pelos empreendimentos residenciais na Barra da Tijuca e no Recreio, no Rio de Janeiro, e que agora retornam a Nova Iguaçu, relatam essa experiência.

Em alguns relatos, o principal fator dificultador da adaptação é a organização espacial dos bairros da Barra e do Recreio: grandes avenidas, ausência ou escassez de comércio de rua, grande dependência do carro para circulação cotidiana e concentração de serviços em shopping centers em contraste com a efervescência do comércio de rua e com os curtos deslocamentos feitos na maioria das vezes a pé pelos moradores das áreas centrais de Nova Iguaçu.

Em outros relatos destacam-se fatores sociais: o estigma de ser da Baixada, a velha associação entre Baixada e pobreza e violência, já discutida na introdução desta tese. Nestes casos, voltar a Nova Iguaçu, uma vez que o estilo de morar oferecido pelos condomínios da Zona Oeste do Rio de Janeiro passaram a ser oferecidos no município, é uma forma de conciliar as demandas atendidas pelo condomínio com o desejo de ser reconhecido como parte de uma classe social destacada.

Do total de migrantes que chegaram à Nova Iguaçu, aproximadamente 26% são nativos do município, ou seja, correspondem ao grupo de migrantes de retorno. Todos os retornados chegaram ao município a partir de 2010 e mudaram-se diretamente para o condomínio, uma vez que o tempo de residência ininterrupta no município de residência atual corresponde ao tempo de residência no condomínio onde o mesmo foi entrevistado.

De forma geral os moradores que se encontram nesta categoria são muito bem qualificados e destacam-se entre o total de migrantes: 75% dos migrantes retornados estão ocupados em atividades de nível superior, 75% deles possuem rendimento familiar total entre 5 e 10 salários mínimos, 87,5% possuem ensino superior completo e/ou pós-graduação.

Em relação ao município de origem, 75% deixaram o Rio de Janeiro em direção a Nova Iguaçu, e destes, quase 90% viviam no setor oceânico da Zona Oeste da cidade, nos bairros do Recreio e da Barra da Tijuca.

No que diz respeito ao trabalho e às condições de deslocamento, 37,5% trabalhavam em Nova Iguaçu e, uma vez que mantiveram sua atividade no município após a mudança de residência, deixaram de realizar deslocamentos cotidianos intermunicipais entre casa e trabalho. 62,5% trabalhavam no município do Rio de Janeiro e também mantiveram inalterada a localização de seu trabalho. Este grupo, portanto, que anteriormente não se encaixava na condição de deslocado pendular, agora realiza o deslocamento. Fica evidente, especialmente entre os migrantes retornados, que a mudança de município está muito mais ligada a questões relacionadas com a moradia do que com o trabalho, já que a maioria mudou-se para longe do local onde desenvolve suas atividades profissionais.

Entre a parcela de retornados que trabalhava em Nova Iguaçu, a mudança para o município resolveu um paradoxo. Tratam-se de famílias que buscaram na Barra da Tijuca um estilo de moradia que proporcionasse melhor qualidade de vida. Entretanto, uma vez que mantiveram seus trabalhos na Baixada Fluminense, precisavam investir algumas horas diárias no deslocamento entre casa e trabalho. Na década de 1990, quando a maioria fez a escolha de migrar para o Rio de Janeiro, mesmo antes da construção da Linha Amarela, perdia-se menos tempo no trânsito. As condições de mobilidade na Região Metropolitana pioraram muito na última década e o tempo perdido no deslocamento começou a colocar em xeque a qualidade de vida buscada anteriormente. Segundo PEREIRA e SCHWANEN (2013), na RMRJ o tempo de deslocamento entre casa e trabalho era o segundo mais elevado entre todas as Regiões Metropolitanas do país nos primeiros anos da década de 1990 e a região apresentava a maior proporção de viagens com mais de uma hora. Entre 1996 e 1998 o tempo médio de deslocamento na RMRJ caiu sensivelmente, o que pode ser atribuído a inauguração em curto espaço de tempo de um grande número de obras de infraestrutura, incluindo a Linha Amarela em 1997 e nove estações do metrô entre 1996 e 1998. Entretanto, o tempo voltou a crescer no período seguinte até superar o tempo médio de deslocamento na metrópole de São Paulo.

Porém, permanecia o dilema: voltar à Nova Iguaçu resolveria a questão do tempo perdido, mas não atenderia às expectativas do estilo de moradia em clubes residenciais. Assim, o surgimento de empreendimentos deste padrão em Nova Iguaçu foi determinante

na decisão de retornar. Alguns lançamentos exploraram esse recurso com outdoors na entrada do município que mostravam imagens de grandes piscinas e áreas de lazer e os dizeres “Venha Morar na Barra”, referindo-se aos lançamentos em Nova Iguaçu.

Entre os retornados que passaram a realizar deslocamentos diários entre a residência, em Nova Iguaçu, e o trabalho, no Rio de Janeiro, a maioria já realizava grandes deslocamentos ainda que não fosse contabilizado como deslocado pendular diante da grande dimensão territorial do município do Rio de Janeiro. São ex-moradores da Barra e do Recreio que trabalhavam no Centro do Rio de Janeiro ou em bairros da Zona Norte da cidade, distantes muitos quilômetros em vias engarrafadas nos horários de rush. Nestes casos, o tempo de deslocamento não se altera muito, apesar de agora serem contabilizados na categoria de deslocado pendular já que o movimento transcende uma fronteira municipal (reflexão sobre a limitação teórico-conceitual da pendularidade imposta pelos mecanismos de mensuração dos deslocamentos foi realizada no capítulo 3). Para este grupo de retornados, as dificuldades de adaptação ao “Barra da Tijuca *wayoflife*” e de construção de *network* nos locais de destino foram fundamentais na decisão de retornar a Baixada Fluminense.

Explica-se: o aumento da violência – ou da percepção dela – fez com que o “enclausuramento” tenha se tornado um requisito essencial ao bem estar e os condomínios fechados consolidaram-se como uma forma de moradia idealizada e desejada pelos integrantes das classes média e alta porque, além de serem espaços privatizados, apartados do restante da sociedade por barreiras físicas, e especialmente distanciados da cidade (CALDEIRA, 2003), neles se propunha um modelo de moradia onde havia a possibilidade de uso compartilhado do espaço das áreas de lazer e da manutenção de certo grau de sociabilidade, restrita aos iguais. Os moradores da Baixada Fluminense, em geral, não eram percebidos como tais.

Tabela 24

Moradores migrantes com igual tempo
de residência no município de Nova Iguaçu e no condomínio, 2013

Condomínio	%
Afrânio	100,0
Acqua	81,8
Florae	100,0
Prime	66,7
Springs	37,5
Total	76,7
n=30	
Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.	

Considerando o total de moradores migrantes, 76,7% deles ao migrarem para o município de Nova Iguaçu o fizeram diretamente para o local de residência atual, num dos cinco condomínios avaliados. Esta participação atinge 100% em dois dos condomínios. Nestes casos, considerou-se que, ainda que o condomínio não tenha sido mencionado como motivo principal para a migração, ele teve alguma importância na decisão de migrar, especialmente porque entre os moradores migrantes 90% citaram como principal motivo para a escolha do condomínio sua infraestrutura de lazer e segurança – benefícios geralmente associados aos grandes condomínios fechados. Assim, ainda que seja muito arriscado supor que a migração não seria efetivada caso não houvesse a oferta dos imóveis nos condomínios pode-se considerar que, ainda que o condomínio não tenha sido determinante, foi um importante motivador das migrações para o município.

4.3 Perfil dos Moradores Deslocados Pendulares

Inúmeros novos processos de mobilidade encontram-se em curso no Brasil, como a redução dos fluxos migratórios em direção aos grandes centros urbanos e a ampliação dos fluxos direcionados a cidades médias; os deslocamentos mais curtos tanto no que se refere à distância quanto a duração; os movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados

urbanos (OLIVEIRA, 2011; PAGANOTO, 2008). Segundo Oliveira (2011) são delineadas algumas tendências: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná.

Nesse contexto, os movimentos pendulares também ganham expressividade e passam a apresentar relações com as possibilidades de mudança de residência. No Brasil, 7.403.456 pessoas trabalhavam e/ou estudavam em município que não era o seu de residência em 2000. Em 2010, 10.146.121 pessoas deslocavam-se para trabalhar em outro município que não o seu próprio de residência. Inclusive para este tipo de mobilidade espacial ocorreu o inverso do movimento migratório, já que é verificada a ampliação das distâncias percorridas e, ainda que não seja um fenômeno exclusivamente metropolitano, é no contexto dos grandes aglomerados metropolitanos que ele mantém sua maior expressividade.

Segundo Silva (2012), nota-se que, apesar de vários municípios, inclusive do interior dos Estados apresentarem altas taxas de atração de deslocamentos pendulares, são especialmente os núcleos das regiões metropolitanas que apresentam estas taxas conjugadas com baixas taxas de repulsão. No entorno destes núcleos forma-se um anel de municípios com altas taxas de saída de pessoas, evidenciando a centralidade que o núcleo da metrópole ainda exerce na região considerada.

Informações sobre os deslocamentos pendulares são um referencial fundamental para o entendimento da metropolização e dos processos de expansão urbana, uma vez que possibilitam destacar as centralidades dessas áreas e os processos seletivos de uso e apropriação do espaço.

Desde o surgimento da metrópole deslocamentos em função de trabalho integram o núcleo às áreas do entorno majoritariamente residencial, mas o avanço tecnológico e o aprimoramento e crescimento do sistema de transportes e comunicações promove mudanças nos padrões demográficos e na vida cotidiana da população urbana, refletindo-se sobre a expansão das áreas urbanas. Com essa ampliação do espaço metropolitano há, conseqüentemente, uma ampliação do movimento das pessoas neste território – o movimento pendular se torna mais que uma característica da vida metropolitana, passando mesmo a ser um indicador desta articulação e do seu espaço de atividade.

Assim, a fim de contribuir para o entendimento das mudanças em curso na periferia da RMRJ, busca-se aqui investigar, a partir das entrevistas realizadas aos moradores, se o surgimento destes empreendimentos, ao atraírem pessoas de outros municípios para Nova Iguaçu, implicariam em mudanças no padrão de mobilidade pendular na região, tanto no sentido de reduzi-la – no caso de ex-moradores de municípios vizinhos que trabalhavam em Nova Iguaçu e ao se mudarem para o condomínio deixam de realizar o deslocamento cotidiano – quanto no sentido de ampliá-la – no caso dos ex-moradores de municípios vizinhos que não realizavam deslocamentos pendulares mas apesar de terem migrado para Nova Iguaçu mantiveram suas atividades profissionais no município de origem.

Tabela 25

Moradores por município de destino do deslocamento pendular para trabalho segundo condomínio, 2013

Condomínio	Deslocados Pendulares			Não Deslocados
	Total	Trabalham no Rio de Janeiro	Trabalham em outro município da Baixada Fluminense	Trabalham em Nova Iguaçu
Afrânio	63,6	54,5	9,1	36,4
Acqua	40,0	33,3	6,7	60,0
Florae	69,6	39,1	30,4	30,4
Prime	72,7	54,5	18,2	36,4
Springs	52,0	52,0	0,0	48,0
Total	53,9	42,6	11,3	46,1
n=115				

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Do total de moradores entrevistados nos condomínios pesquisados, 54% realizavam deslocamentos pendulares diários para fins de trabalho contra 46% que trabalham no próprio município. São números bastante distintos dos apresentados pelo quadro geral de trabalhadores em Nova Iguaçu, onde 43% e 39% da população ocupada deslocavam-se para trabalho em 2000 e 2010, respectivamente.

Refletindo sobre a progressiva queda no percentual de trabalhadores que se deslocam da periferia em direção ao núcleo da metrópole fluminense, Lago (2008), como já mencionado no capítulo 3, levanta duas hipóteses: a de que o crescimento econômico da periferia estaria gerando um mercado de trabalho capaz de ampliar a absorção da mão-de-obra local e a de que a combinação entre empobrecimento da população que realiza trabalhos menos qualificados e elevação dos custos para deslocamento entre a periferia e o centro estaria induzindo uma inclusão precária dessa população em atividades informais na própria periferia.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo, com população de maior nível de renda e qualificação, empodera ambas as hipóteses levantadas pela autora: se a pendularidade entre grupos de melhor posição social está crescendo, então possivelmente as oportunidades de trabalho que estariam absorvendo a população local que antes se deslocava em direção ao núcleo beneficiam predominantemente pessoas de menor qualificação profissional. Vejamos mais detalhes sobre os moradores que realizam deslocamentos pendulares.

Do total de moradores dos condomínios estudados, 42,6% deslocam-se diariamente para trabalho no município do Rio de Janeiro enquanto 11,3% o fazem com destino a outro município da Baixada Fluminense.

Tabela 26

Moradores deslocados pendulares por ocupação segundo condomínio, 2013

Condomínio	Profissionais de nível superior	Pequenos empregadores	Ocupações médias	Trabalhadores do terciário especializado
Afrânio	85,7	14,3	0,0	0,0
Acqua	61,1	11,1	22,2	5,6
Florae	37,5	25,0	25,0	12,5
Prime	75,0	12,5	12,5	0,0
Springs	84,6	0,0	15,4	0,0
Total	64,5	12,9	17,7	4,8
n=62				

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Mais de 60% dos moradores que realizam deslocamentos pendulares são profissionais de nível superior. Nesta categoria, os menores percentuais apresentaram-se nos condomínios *Florae* e *Acqua*, onde os deslocados pendulares com rendimentos entre 5 e 10 salários mínimos são majoritários. É também nestes condomínios que se encontram trabalhadores do setor terciário especializado que se deslocam diariamente para trabalhar em outro município.

Quando cruzadas informações referentes a ocupação e ao destino do deslocamento para trabalho, constata-se que 88% dos moradores profissionais de nível superior que se deslocam para trabalho tem como destino o município do Rio de Janeiro. Apenas 12% dos moradores desta categoria ocupacional trabalham na Baixada Fluminense. Entre os Pequenos Empregadores, as proporções se invertem: a maioria tem seus estabelecimentos comerciais na própria Baixada Fluminense, sendo que 50% deles no município de Queimados.

Tabela 27

Moradores deslocados pendulares por faixa de rendimento segundo condomínio, 2013

Condomínio	de 5 a 10 s.m.	de 10 a 20 s.m.
Afrânio	0,0	100,0
Acqua	94,4	5,6
Florae	93,8	6,3
Prime	0,0	100,0
Springs	61,5	38,5
Total	64,5	35,5
n=62		

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.

Entre os moradores que se deslocam diariamente para trabalhar em outro município, predominam os de menor renda familiar: 64,5% encontram-se na faixa de 5 a 10 salários mínimos. Nota-se ainda que, 100% dos moradores dos condomínios Afrânio e Prime que realizam deslocamentos pendulares tem renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos.

4.3.1 Ex-deslocados e Novos deslocados pendulares

Em que medida os migrantes que mudaram de município de residência na metrópole mudaram também de local de trabalho ou permaneceram trabalhando no município de origem da migração? Segundo Silva (2012), analisando dados para a RMRJ, em 2000, do total de migrantes intrametropolitanos ocupados, 51,3% fazia movimento pendular dos quais quase 70% o fazia retornando para trabalhar no município de origem da migração. Neste sentido, a clássica relação entre migração e trabalho, em que a primeira ocorreria por uma busca por melhores condições de vida associadas ao segundo, deixa de ser a perspectiva predominante especialmente sobre as mudanças de residência no espaço metropolitano.

A migração intrametropolitana redistribui a população no espaço metropolitano, mas não há uma dinâmica semelhante na distribuição dos postos de trabalho.

A pendularidade se apresentaria, portanto, segundo Silva (2012), não apenas como uma característica do processo de conurbação na metrópole e caminho para incorporação

no mercado de trabalho urbano, mas também como uma dimensão da própria dinâmica populacional e do comportamento das migrações. O movimento pendular traduz boa parte da dimensão relacional entre os espaços internos da metrópole, especialmente pela relação núcleo-periferia, mas também pelos distintos “núcleos” e “periferias” que vão se constituindo pelo desenvolvimento desigual dos espaços, já que ao mesmo tempo também há uma retenção da população ocupada na periferia.

Entre os moradores migrantes, 53% realizam deslocamentos para trabalhar em outro município, ou seja, mais da metade dos migrantes não foram atraídos para Nova Iguaçu por oportunidade de trabalho uma vez que mantiveram suas atividades profissionais no município de residência anterior. Dos moradores migrantes que realizavam deslocamentos para trabalhar em outro município, 56% o faziam em direção ao município de origem. Destes, 55% tinham como município de origem e de trabalho atual o Rio de Janeiro, núcleo da metrópole, o que reforça o argumento de que a moradia tem peso cada vez mais preponderante na decisão de migrar.

A seguir, serão apresentados dados acerca dos moradores ex-deslocados e moradores novos deslocados pendulares.

Tabela 28

Moradores ex-deslocados pendulares por município de origem segundo condomínio, 2013

Condomínio	Rio de Janeiro	Outros Municípios da Baixada Fluminense
Afrânio	0,0	100,0
Acqua	50,0	50,0
Florae	0,0	100,0
Prime	0,0	100,0
Springs	50,0	50,0
Total	30,0	70,0
n=10		
Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.		

Tabela 29

Moradores novos deslocados pendulares
por município de destino segundo condomínio, 2013

Condomínio	Rio de Janeiro	Outros Municípios da Baixada Fluminense	Outros municípios do Rio de Janeiro
Afrânio	85,7	0,0	14,3
Acqua	83,3	16,7	0,0
Flora	56,3	43,8	0,0
Prime	87,5	12,5	0,0
Springs	100,0	0,0	0,0
Total	80,6	17,7	1,6
n=62			
Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.			

A tabela 28 reúne informações sobre moradores dos condomínios que antes de se mudarem para Nova Iguaçu realizavam deslocamentos pendulares entre seu município de residência anterior e o município de Nova Iguaçu, ou seja, residiam em outro município mas mantinham atividades profissionais em Nova Iguaçu. Esta categoria de moradores representa cerca de 10% do total de entrevistados. São pessoas que escolheram se mudar para Nova Iguaçu para morarem próximo aos seus locais de trabalho ou devido a maior variedade e sofisticação do comércio e dos serviços disponíveis entre todos os municípios da região. Entre estes moradores ex-deslocados atualmente residindo no município, 70% vieram de outro município da Baixada Fluminense enquanto 30% vieram do município do Rio de Janeiro. São professores, advogados, arquitetos, psicólogos e pequenos empresários que já trabalhavam no município e que deixaram de realizar deslocamentos diários.

Estes dados são interessantes por reforçarem a identidade de Nova Iguaçu como principal núcleo de comércio e serviços na Baixada e, portanto, como lugar do trabalho, e por desafiarem estigmas bastante fortes, uma vez que mostram que Nova Iguaçu está atraindo inclusive, embora ainda com menor participação, ex-moradores do núcleo metropolitano.

A tabela 29 se refere aos moradores dos condomínios que ao se mudarem para o município de Nova Iguaçu mantiveram sua atividade profissional no município de origem, ou seja, trabalhadores que não realizavam deslocamentos pendulares e que a partir de sua

mudança para o município de Nova Iguaçu passaram a reforçar o volume de deslocamentos pendulares partindo de Nova Iguaçu. Eles representam cerca de 10% do total de moradores, e entre eles, a maioria (55,6%) desloca-se em direção a algum município da Baixada Fluminense enquanto 44,4% deslocam-se diariamente para o Rio de Janeiro.

4.4 Perfil dos Moradores que realizaram migrações intramunicipais

Até aqui debruçou-se sobre os perfis socioeconômicos dos moradores migrantes e dos moradores que realizam deslocamentos cotidianos para trabalho. A migração e a pendularidade foram as dimensões da mobilidade às quais se optou por destacar neste estudo a fim de melhor entender as transformações pelas quais a periferia metropolitana vem passando e de estabelecer relações entre o surgimento de um mercado imobiliário específico e novo na Baixada Fluminense e as mudanças da mobilidade na metrópole como um todo. No entanto, é importante dedicar uma breve seção para se pensar a mobilidade intramunicipal em Nova Iguaçu.

A Tabela 30 mostra que do total de moradores dos condomínios estudados, 78% moravam em outro bairro no município antes da mudança para os condomínios avaliados. Este número inclui migrantes e não-migrantes, posto que parte dos migrantes não saiu da área de origem diretamente para o condomínio, tendo realizado ao menos uma migração intramunicipal até fixar residência no local de residência atual.

Tabela 30

Moradores que realizaram mudança intramunicipal
por bairro de residência anterior segundo condomínios, 2013

Condomínio	Total	Bairro de residência anterior	
		Centro, Luz e Caonze	Outros
Afrânio	90,9	100,0	0,0
Acqua	80,0	66,7	33,3
Flora	65,2	80,0	20,0
Prime	72,7	75,0	25,0
Springs	84,0	81,0	19,0
Total	78,3	76,7	23,3
n= 90			
Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor entre agosto e dezembro de 2013.			

Segundo RIBEIRO (1999), os motivos que levam as pessoas a mudarem de domicílio dentro da própria cidade são os mais amplos e complexos possíveis, mas as pesquisas apontam que os fatores predominantes são as necessidades e os valores da família, as características do ambiente (bairro, vizinhança) e as condições de oferta e procura de imóveis.

Em estudos realizados em cidades americanas, Simmons (1968) afirma existir maior tendência à mobilidade residencial na faixa etária de 35 a 34 anos e que fatores como tamanho e taxa de crescimento da cidade tendem a aumentar os índices de deslocamentos intraurbanos de modo que quanto maiores forem as cidades e suas taxas de crescimento, maiores serão as oportunidades de mudança de residência. O autor destaca ainda alterações no ciclo de vida, tais como casamento, surgimento de filhos, maturidade dos filhos, aposentadoria e morte na família. Essas mudanças interferem na estrutura familiar e estimula ajustes da habitação às necessidades da família. Há, finalmente, que se considerar mudanças no status socioeconômico: aumento do nível de renda tende a implicar em deslocamento residencial motivado pelo anseio de uma área que se identifique com a nova posição social do indivíduo ou da família.

Nos condomínios entrevistados, 78% dos moradores haviam realizado alguma mudança de domicílio dentro do município de Nova Iguaçu antes de se mudar para o local de residência atual. Deste total, mais de $\frac{3}{4}$ realizaram mudanças intramunicipais de

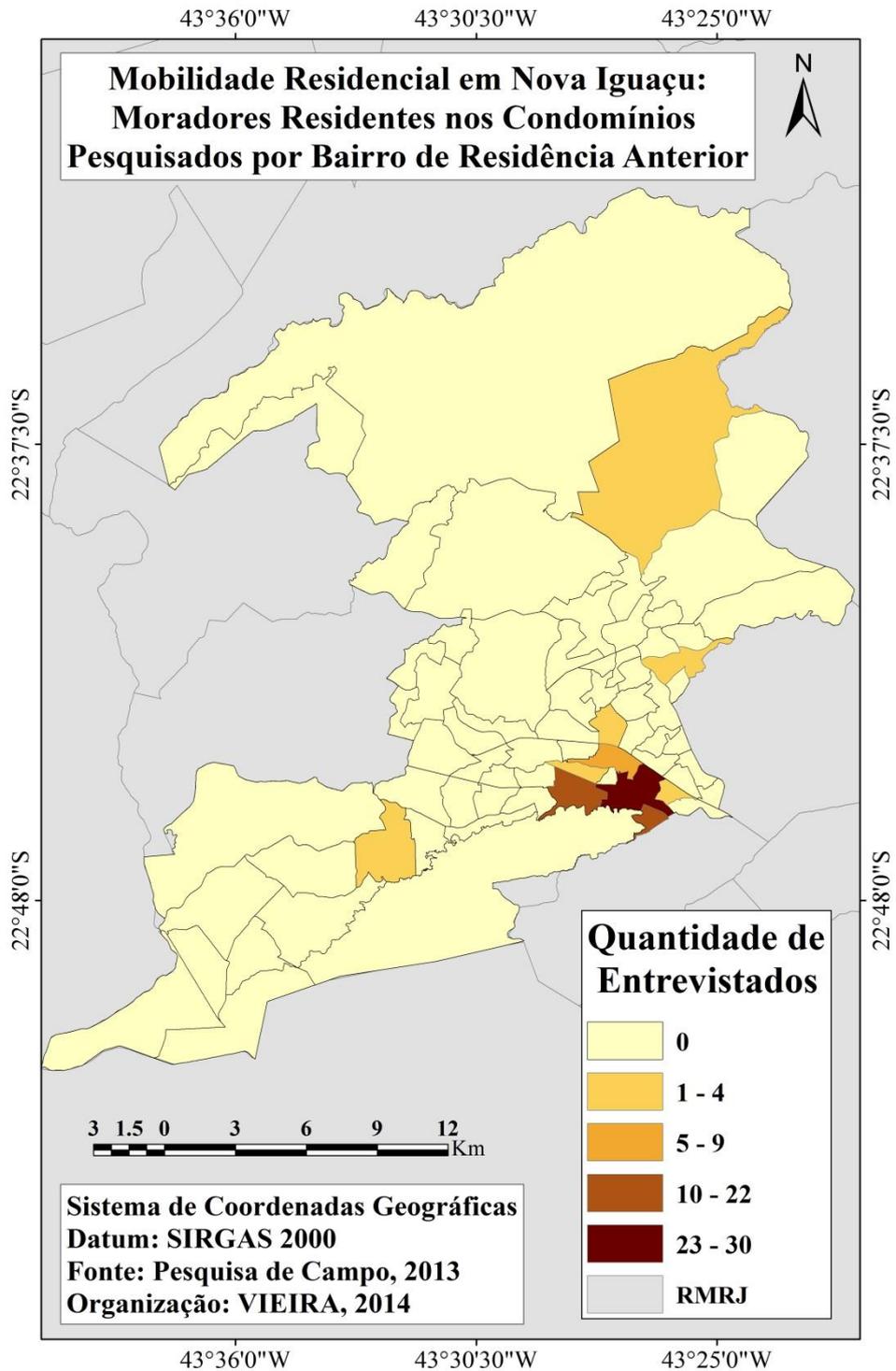
curtíssima distância, mudando-se de bairros vizinhos aos do empreendimento (Bairros da Luz e Caonze) ou sequer mudaram de bairro, no caso dos que já residiam no Centro. Os pouco mais de 20% restantes realizaram deslocamentos mais longos, vindos de bairros menos centrais e até mesmo de outros distritos dentro do município (Mapa 6).

Simmons (1968) afirma que quase $\frac{1}{4}$ das mudanças verificam-se para áreas próximas as da origem. Essa tendência de escolha teria duas principais razões: manutenção da familiaridade espacial e a manutenção das estratégias cotidianas de acesso à cidade. No caso de Nova Iguaçu é preciso considerar que as mudanças ocorrem, sobretudo, dentro do próprio bairro do Centro, porque a profunda concentração de equipamentos urbanos e infraestrutura nesta área faz com que justamente nela viva a parcela da população de maior poder aquisitivo, o que levou a escolha deste bairro pelas incorporadoras para realizarem os lançamentos.

Esta realidade refuta a hipótese de gentrificação. O termo gentrificação foi cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, para se referir a novos processos urbanos percebidos na cidade de Londres: antigas casas vitorianas, desvalorizadas em períodos anteriores e usadas como alojamentos ou unidades multifamiliares, foram transformadas em *lofts* e vendidos para famílias de classe média. A partir do momento em que o processo de iniciou, rapidamente todo o bairro sofreu seus reflexos, sendo os moradores de baixa renda repelidos e o conteúdo social da área alterado (LEES, SLATER & WYLY, 2008). Em Nova Iguaçu, se fosse percebido um processo de invasão-sucessão na área dos empreendimentos, talvez fosse mais adequado referir-se ao processo como “*new-build gentrification*” (DAVIDSON & LEES, 2005), ou como preferem outros autores, reurbanização (LAMBERT & BODDY, 2002). Estes processos referem-se à construção de novos empreendimentos em áreas centrais, não reabilitando construções antigas, mas do mesmo modo repelindo os mais pobres, atraindo a classe média, mudando a paisagem da área e atraindo investimentos de capital estatal para a área.

Mapa 6

Moradores dos Condomínios Pesquisados
Por Bairro de Residência Anterior. Nova Iguaçu, 2013.



Diante da disseminação do uso do termo gentrificação para se referir aos mais variados tipos de renovação urbana, Davidson&Lees (2005) sugerem que nos mantenhamos apegados aos elementos centrais da análise: reinvestimento de capital, mudança do conteúdo social pela chegada de grupos de maior renda, transformações da paisagem e expulsão direta ou indireta de grupos de baixa renda, e que não se restrinja o processo a uma paisagem ou contexto particulares. Na mesma linha, Clark (2005), afirma que as raízes da gentrificação são a “mercantilização do espaço e a relação de forças polarizadas”.

No caso da área estudada, apesar de ser percebida uma grande transformação da paisagem, esse processo é marcado tão somente pela introdução de prédios mais altos e de arquitetura mais contemporânea, sem implicações na mudança do conteúdo social. Os bairros do Centro, da Luz e Caonze estão entre os mais nobres do município, tanto no que se refere ao perfil dos habitantes quanto ao perfil do comércio.

Para que uma porção da periferia seja convertida em local atraente para os grupos sociais mais abastados, é fundamental que o condomínio não remeta à ideia de afastamento irreduzível da cidade (DIAS, 2013). Ou seja, o sucesso desse tipo de empreendimento está associado a uma combinação de contrários: um condomínio exclusivo deve, assim, representar duplamente a separação da vida tumultuada da cidade e a possibilidade de acesso às estruturas urbanas existentes na mesma cidade da qual se deseja, paradoxalmente, escapar. Assim, segundo corretores entrevistados, a localização dos empreendimentos na área central de Nova Iguaçu ocorreu pela combinação de duas questões: a precária infraestrutura de saneamento, transporte e oferta de serviços e comércio nas áreas distantes do centro não são atraentes às classes mais abastadas e a baixa verticalização nos bairros mais nobres viabiliza a compra de casas para construção de torres residenciais através do sistema de permuta. Assim, antes de ser um processo de gentrificação, trata-se de um processo de adensamento e verticalização numa área já nobilitada quando comparada com o entorno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objeto desta tese é a mobilidade espacial da população residente nos empreendimentos imobiliários residenciais do tipo condomínio fechado surgidos em Nova Iguaçu, na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade da década de 2000. Interessante observar que esse conceito de moradia em condomínios-clube não era comum às áreas periféricas da RMRJ até muito recentemente e seu surgimento é uma das evidências dos processos de transformação econômica e de heterogeneização social da Baixada Fluminense. Assim, para alcançar os objetivos desta pesquisa, partiu-se da questão metropolitana no Brasil para identificar tendências e padrões demográficos contemporâneos, sobretudo aqueles que dizem respeito às migrações e aos deslocamentos cotidianos.

Ao analisar as trocas migratórias interregionais rural-urbanas, que foram a marca dos processos migratórios brasileiros por décadas, verificou-se que elas entraram em declínio à medida que o país atingiu percentuais bastante elevados de urbanização. Em seu lugar se consolidaram migrações de curta distância, direcionadas em grande parte para cidade de porte médio, muitas delas localizadas nas periferias metropolitanas onde as áreas nucleares já não crescem em ritmo tão acelerado quanto no passado. No entanto, ainda que as metrópoles estejam recebendo menos migrantes em termos relativos, a movimentação intrametropolitana ganha muita força, tanto no que se refere às migrações quanto aos deslocamentos cotidianos.

Os dados do Censo Demográfico 2010 ratificaram o processo de desmetropolização relativa em curso no país. Ainda que o crescimento absoluto da população total residente nas Regiões Metropolitanas brasileiras se mantenha significativamente alto, o ritmo de crescimento da população não-metropolitana, além de maior, segue tendência de ascensão desde a década de 1990 enquanto o ritmo de crescimento da população metropolitana tem caído década após década.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, comparada com as demais é a que cresce em ritmo mais lento desde a década de 1970, quando as primeiras Regiões Metropolitanas foram criadas no país. Na última década cresceu em ritmo superior apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre, mas ainda assim apresentou crescimento inferior a 1% entre 2000 e 2010. Isso é reflexo da estabilização do crescimento do núcleo metropolitano e do declínio do crescimento demográfico em praticamente todos os municípios da periferia, que ainda assim mantém ritmo de crescimento superior ao dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói. As exceções, ou seja, os municípios da RMRJ que seguem com forte ritmo de crescimento referem-se àqueles localizados na franja metropolitana, parte da metrópole que vive processos mais contemporâneos de urbanização.

No que diz respeito à mobilidade espacial da população, observou-se o aumento da migração em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mesmo no município do Rio de Janeiro o crescimento foi expressivo, mostrando que a migração tem contribuído mais para o crescimento da população da capital do que o crescimento vegetativo. Aqui também se destacam os municípios de urbanização mais recente, localizados nas bordas da área metropolitana, como Maricá e Itaguaí, onde o volume de migrantes mais que dobrou no período 2000-2010 como resultado, sobretudo de novos investimentos em infraestrutura e de capital industrial que tem criado perspectivas muito interessantes de crescimento econômico.

Em relação aos deslocamentos pendulares entre casa e trabalho na RMRJ identificou-se não apenas um aumento no volume de população deslocada, mas também crescimento da participação dos deslocados pendulares sobre a população ocupada em todos os municípios no período 2000-2010, com exceção de Duque de Caxias onde apesar do aumento do número absoluto de deslocados pendulares houve leve queda na participação destes sobre a população ocupada. Em alguns municípios, como Itaguaí e Nova Iguaçu, o crescimento da participação dos deslocados pendulares sobre a população ocupada, embora positivo, foi insignificante, evidenciando o aumento da retenção da população pelo mercado de trabalho local e o crescimento econômico de alguns centros dinâmicos na periferia metropolitana, onde a noção tradicional do conceito de periferia estendida como lugar de

moradia está cada vez mais distante. Em quase todos os municípios da periferia da RMRJ as entradas para trabalho cresceram mais que as saídas, ou seja, o número de pessoas atraídas de outro município para trabalho cresceu mais que o número de pessoas que deixou o município de residência para trabalhar fora.

Quando analisadas as entradas e saídas para trabalho, os municípios do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu destacaram-se por motivos opostos. Em ambos as entradas superam as saídas, mas enquanto no Rio de Janeiro o crescimento das saídas foi muito superior ao crescimento das entradas, em Nova Iguaçu as entradas superaram muito o crescimento das saídas. Entre 2000 e 2010 o número de residentes em Nova Iguaçu que se deslocou para trabalhar em outro município aumentou em apenas 2,4%. Por outro lado, as entradas de deslocados pendulares residentes em outros municípios aumentaram em 83,9%, o que significa que quase 17 mil pessoas a mais se deslocaram cotidianamente para trabalhar em Nova Iguaçu em 2010 quando comparado aos números de 2000.

Ainda sobre os deslocamentos pendulares, identificou-se que as distâncias são tão importantes quanto a concentração e oferta de postos de trabalho na determinação das áreas de influência dos municípios no que se refere à origem dos deslocamentos. Niterói, por exemplo, exerce fortíssima influência sobre os municípios de São Gonçalo, Maricá e Itaboraí, Duque de Caxias, Guapimirim e Magé. Duque de Caxias influencia Magé, São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, por sua vez, é o principal destino dos migrantes pendulares residentes em Queimados, Mesquita, Japeri, Nilópolis e Paracambi e representa considerável influência ainda sobre Belford Roxo, São João de Meriti e Seropédica, além de ser o terceiro principal destino dos deslocamentos pendulares originados no núcleo de metrópole.

Em relação ao perfil médio dos moradores dos condomínios fechados pesquisados, ele é constituído por adultos jovens de classe média e classe média alta, com famílias pequenas, ensino superior completo, ocupados em atividades de nível superior, residindo em imóveis próprios e buscando prioritariamente acesso a uma infraestrutura de lazer

privativa. Cerca de 30% deles são migrantes e destes, 30% nativos retornados ao município de Nova Iguaçu.

Considerando que os bairros que abrigam a maior parte dos empreendimentos tipo condomínio-clubes em Nova Iguaçu representam a área tradicionalmente mais nobre da cidade, tanto pela renda média de seus moradores quanto no que se refere a concentração de infraestrutura e equipamentos urbanos, não é possível falar em um processo de gentrificação clássico, onde investimentos públicos e privados geram uma mudança do conteúdo social de uma área em obsolescência, conferindo a ela um novo status. Entretanto, é preciso cuidar para que essa conclusão não leve ao equívoco de se pensar que esta área da cidade esteja estagnada, que não estejam ocorrendo ali processos intensos de mudança.

Do total de moradores migrantes nos condomínios pesquisados, $\frac{3}{4}$ chegaram a Nova Iguaçu a partir de 2010 e, portanto, não foram contabilizados no último Censo Demográfico realizado pelo IBGE. Este foi justamente o período de explosão dos lançamentos imobiliários do tipo condomínio-clubes na cidade.

Cerca de 95% dos moradores migrantes residiam anteriormente em algum município da Região Metropolitana, sendo a maioria deles (cerca de 70%) originários da própria Baixada Fluminense. As motivações para a migração são, principalmente, a possibilidade de morar perto do trabalho (26%) ou de serviços e comércio utilizados com frequência relativamente alta (26%) – o que significa que estes ex-deslocados pendulares transformaram-se em migrantes e deixaram de realizar deslocamentos cotidianos para trabalho e outros fins na Baixada – e a busca pelo estilo de vida proporcionado pelos condomínios que surgiram no município nos últimos anos (23%). Conclui-se, portanto, que o peso da centralidade do trabalho e do comércio é equivalente à atração do estilo de vida anunciado pelos empreendimentos.

Os deslocamentos pendulares para fins de trabalho são uma realidade para mais da metade dos moradores dos condomínios fechados pesquisados. Os números divergem do quadro geral de trabalhadores em Nova Iguaçu, onde há pelo menos duas décadas mais da

metade da população ocupada trabalha no próprio município. Além disso, enquanto os dados do Censo apontam para uma maior mobilidade pendular entre a população ocupada em atividades que exijam menor grau de qualificação, ou seja, atividades do setor terciário especializado ou não-especializado, os resultados das pesquisas realizadas nos condomínios fechados de Nova Iguaçu mostram que a maioria absoluta dos moradores dos condomínios que realizam deslocamentos cotidianos para fins de trabalho são profissionais de nível superior.

É verdade que a elevada participação de profissionais de nível superior sofre, neste caso, um filtro decorrente do padrão ocupacional dos moradores destes condomínios, ou seja, população mais qualificada e de maior renda que a média municipal. Entretanto, enquanto 20% dos moradores estão ocupados em atividades de menor qualificação, menos de 5% dos moradores que trabalham em outro município encontram-se nesta condição. Esse quadro reforça a tese de que o crescimento econômico do município esteja contribuindo para elevar a absorção de mão-de-obra local, mas aponta para uma seletividade inversa neste caso, já que as atividades de maior qualificação seguem concentradas no núcleo da metrópole e tornam necessários os deslocamentos cotidianos para grande parte dos moradores, especialmente os mais qualificados.

Um dos questionamentos que orientou a pesquisa foi o que buscava entender que demandas os empreendimentos estariam atendendo. Seria uma demanda de moradores locais, temerosos com o aumento da violência ou desejosos de infraestrutura de lazer? Ou os lançamentos teriam um alcance espacial mais amplo, oferecendo um novo estilo de moradia à classe média emergente dos municípios da Baixada Fluminense? Teriam a capacidade de atrair moradores do núcleo da metrópole? Os resultados mostram que a maioria dos moradores dos condomínios pesquisados é local e mais do que isso, que os condomínios têm baixíssima influência na mobilidade residencial no município. Uma ampla maioria dos moradores residia no próprio bairro onde os condomínios foram construídos ou nos bairros limítrofes, apontando para um processo de adensamento e verticalização de bairros ainda fortemente marcados pela presença de casas e sobrados em grandes terrenos e pela permanência de espaços vazios. Por outro lado, quando considerado o alcance

espacial para além do município de Nova Iguaçu, percebeu-se que um número significativo de moradores migrou de municípios fortemente influenciados por Nova Iguaçu, como Queimados e Belford Roxo, mas que muitos moradores migraram também do núcleo da metrópole.

No primeiro caso, as migrações corroboram a centralidade do município na região: ora, se os deslocamentos para o centro de Nova Iguaçu eram constantes em função da oferta de comércio e serviços, e existe agora a possibilidade de associar a proximidade com estes serviços à conveniência da segurança e do lazer oferecidos pelos condomínios, muitas famílias optaram por essa mudança. No segundo caso, tratam-se, sobretudo, de ex-moradores do próprio município de Nova Iguaçu saídos de lá no passado em busca do mesmo padrão de moradia oferecido pelos empreendimentos, mas, sobretudo, na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes.

Entre os ex-moradores retornados ao município atraídos pelos novos condomínios fechados, um traço comum: a dificuldade de se adaptarem à Barra da Tijuca, seja pelo padrão espacial peculiar desta parte da cidade do Rio de Janeiro, típico espaço da autoss segregação dominado pela presença de condomínios fechados e grandes espaços seletivos de lazer como os shoppings, seja pelo estigma social que carregavam pelo simples fato de serem ex-moradores da Baixada Fluminense.

No que diz respeito à questão do estigma social, novos estudos, especialmente na área de sociologia, se fazem necessários para buscar identificar se não estaríamos diante de uma ironia: grupos sociais mais abastados financeiramente buscam diferenciação social pelo padrão de moradia em condomínios fechados e, uma vez que não se sentem integrantes do meio social no qual se inseriram, retornam às origens, mas apenas porque se coloca, agora, a possibilidade concreta de diferenciação social no universo original, com o lançamento dos empreendimentos de mesmo padrão estético e funcional. Por ora, o que se pode afirmar é que, baseando-se nos relatos dos entrevistados, a busca pelos empreendimentos na Barra da Tijuca era, em realidade, a busca por uma infraestrutura de lazer – principalmente - e segurança, não encontrada na Baixada Fluminense. Sendo assim, retornar a Baixada seria

conveniente por agregar o lazer e a segurança buscadas e a proximidade com suas atividades profissionais, que, na maior parte dos casos, permaneciam na região.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ Zahar, 1987.

AGUILAR, A. G. Lasmega-ciudades y lãs periferias expandidas. EURE, n28, v85, pp121-149, 2002.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo editorial: São Paulo, 1999.

ASPO. The Journey To Work : Relation Between Employment And Residential. American Society of Planning Official. Information Report No. 26., 1951.

BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, 2005

_____. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Brasília, 15 (2), p. 67-78, 1998.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BECKER, O.M.S. “Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos” In CASTRO, Iná etalli. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

BECKER, O.M.S. e FARIAS, L.A.C.. Novos Fluxos Pendulares De População No Estado Do Rio De Janeiro. In: Caminhos da Migração: Memória, Integração e Conflitos. Organizadores: SANTOS, M.; PETRUS, R.; POVOA NETO, H.; GOMES, C. 1ª edição. Rio de Janeiro. Leo Christiano Editor. p.359-375.

BECKER, O.M.S. ; PAGANOTO, F . Migração e Pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma leitura espacial das desigualdades na década de 1990. In: V Encontro Nacional Sobre Migrações, 2007, Campinas. Anais do V Encontro Nacional Sobre Migrações, 2007.

BERNARDES, J.A. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. Dissertação de mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

BODDY, M.; LAMBERT, C. Transforming the city: post-recession gentrification and re-urbanisation. In: Upward Neighbourhood Trajectories conference, University of Glasgow. 2002.

BÓGUS, L. Brasil: dinâmica demográfica metropolitana. In: RIBEIRO, L.C.Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2007.

BRASILEIRO, A.M. Região Metropolitana do Grande Rio: serviços de interesse comum. Brasília, IPEA/IBAM. 1976.

BRITO, A.L. Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da zona oeste do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em planejamento urbano e regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BRITO, F. e CARVALHO, J.A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.

BRITO, F. e SOUZA, J. de. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles. O Significado das Migrações Intrametropolitanas e da Mobilidade Pendular na Reprodução da Pobreza. São Paulo em Perspectiva. 19 (4), 2005, pp. 48-63.

BRITO, F.; SOUZA, J. A metropolização da pobreza. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 11, p. 489-516, 1998.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto pra discussão do CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, n366, 20p, 2009.

CALDEIRA, T.P.R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.

_____. Building up walls: the new pattern of spatial segregation in São Paulo. *International Social Science Journal*, n. 147, 1996. pp. 55-66.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil: 1970/95. Economia e Sociedade, n8, Campinas, 1997.

CARDOSO, L. Transporte público, acessibilidade urbana e desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese de doutorado. UFMG: Belo Horizonte, 2007.

CARLEIAL, L.M. “Integração internacional e (I) mobilidade da força de trabalho”. In: LAVINAS, CARLEIAL e NABUCO (orgs). Integração, Região e Regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CARLOS, A.F.A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. Editora Contexto, 2004.

CARROL, J.D. Jr. Some Aspects of the Home-to-Work Relationships of Industrial Workers”. Land Economics. Vol. 24. Nº 4. 1949.

CARVALHO, J. A. M. de & RIGOTTI, J. I. R. “Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise” In.: Revista Brasileira de Estudos de População, Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CASTELLO BRANCO, M.L.G. A Dinâmica Metropolitana, Movimento Pendular e Forma Urbana: o espaço urbano do Rio de Janeiro. In Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de Setembro de 2006.

_____. Espaços Urbanos: a Geografia das grandes aglomerações no Brasil. In: RIBEIRO, L.C.Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2007.

CERVERO, R & WU, K-L, Polycentrism, commuting, and residential location in the San Francisco Bay área. Environment and Planning A 29(5) pp.865-886, 1997.

CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In VALLADARES, Licia do Prado. Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

CHISHOLM, M. The Geography of Commuting. Annals of the Association of American Geographers, 50 (2) e (4), 1960. pp. 181-182 e 491-492.

CLARK, E. The order and simplicity of gentrification: a political challenge. Gentrification in a global context: The new urban colonialism, p. 261-269, 2005.

CLARK W.A.V. and KUIJPERS-LINDE M. Commuting in restructuring urban regions, Urban Studies.31, 1994, 465 – 483.

CORREA, R.L. O espaço urbano. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

_____. A periferia urbana. Revista Geosul, Florianópolis. UFSC, n1, p.70-78, 1986.

_____. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA NETO, P.L.O. Estatística. São Paulo, Edgard Blucher, 1977.

COSTA, I. & PAVIANI, A. Commuting in the Brazilian Federal District. Revista Geográfica (IPGH), 1972.

CRAVIOLINI, C. Commuting Behaviour as Part of Lifestyle. Conference Paper STRC 2006. Ascona, 2006.

CUNHA, J.M.P. A Migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho, 2006.

_____. Urbanización, redistribución espacial de La población y transformaciones socioeconômicas em America Latina. Serie Población y Desarrollo, Santiago de Chile, CELADE-FNUAP, n30, 2002.

_____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região metropolitana de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. Migração intrametropolitana em São Paulo: um fenômeno multiface. Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, VII, 1990, Caxambu, MG.

DAMIANI, A. “Concepções sobre população” In.: População e Geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

DAVIDOVICH, F. A volta da metrópole no Brasil: referências para a gestão territorial. In.: Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz (org). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

_____. O entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, hipóteses e considerações. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 9, 2001.

DAVIDOVICH, F.; LIMA, O.M.B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, ano 37, n. 1, p. 3-84, jan./mar. 1975

DAVIDSON, M.; LEES, L. New-build 'gentrification' and London's riverside renaissance. Environmentandplanning A, v. 37, n. 7, p. 1165-1190, 2005.

DIAS, F. A questão metropolitana. Cadernos Metrôpole. ISSN (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, n. 14, 2005.

DIAS, P.C.; VIDAL, F. B. Que periferia? Estratégia e discurso do capital imobiliário na estruturação do espaço urbano. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2013.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal do Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Nova Economia, 3 (1), pp.35-65. 1993.

FAISSOL, S. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. In Revista Brasileira de Geografia, n. 4, ano 31, out/dez de 1969, p.53-127

FERREIRA, R.N.; MATOS, R.E.S. De qual centro e periferia estamos falando? evidências acerca de "mobilidades" da força de trabalho e condições de vida em regiões metropolitanas selecionadas. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013

FURLANETTO, D.A.; CRUZ, J.M.; ALMEIDA, R.S. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, 49 (2), p.27-56, 1987.

GALVÃO, M.V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, ano 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969

GAUDEMAR, J-P de. "Mobilidade do trabalho e economia pura" In.: Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.

GEORGE, P. Geografia da população. São Paulo: Difel, 1971.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1995.

GOEI, B; BURGER, M.J.; OORT, F.G. van; KITSON, M. Functional Polycentrism and Urban Network Development in the Greater South East UK: Evidence from Commuting Patterns, 1981-2001. Report Series Research in Management. ERS-2009-038-ORS. 2009.

GORDON, P.& RICHARDSON, H. Beyond polycentricity: the dispersed metropolis, Los Angeles, 1970-1990. Journal of the American Planning Association.62 (3), 1996.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1997, 2a edição, 310 p.

GUERRA, M. F. Novas configurações espaciais na metrópole fragmentada e segregada: questionamentos sobre o modelo "centro rico X periferia pobre". Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2013.

HALL, P.& PAIN, K. The polycentric metropolis: learning from mega-city regions in Europe. New York: Earthscan, 2006.

HALVORSON, L. The income factor in the journey-to-work: attitudes and behavior. Professional Geographer, 25 (4), 1973.

HAKKERT, R. e MARTINE, G. Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.

HARVEY, D. Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation, In.: Processes in Physical and Human Geography, ed. R. Peel, M. Chisholm e P. Haggett. Heinemann Educational Books, Londres, 354-369, 1975.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLMES, J.H. External commuting as a prelude to suburbanization. *Annals of the Association of American Geographers*, 61 (4), 1971, pp. 774-790.

IBGE. Censo demográfico 2010, 2010.

IBGE. Censo demográfico 2000, 2000.

IBGE. Censo demográfico 1991, 1991.

IBGE. Censo demográfico 1980, 1980.

JANOSCHKA, M.; GLASZE, G. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. In: CIUDADES 59, Red Nacional de Investigación urbana, Puebla. México, jul.-set. 2003.

JARDIM, A.P. Movimentos Pendulares e Circulares da População na Região Petrolífera do Estado do Rio de Janeiro: reflexões analíticas. *Anais IV Encontro Nacional Sobre Migrações*. ABEP. Minas Gerais, 12-13 de agosto de 2009.

_____. Algumas Reflexões Sobre o Estudos das Migrações Pendulares. *Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações*. ABEP. Campinas/ SP, 15 -17 de outubro de 2007.

_____. Mobilidade Intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

JARDIM, A.P. e ERVATTI, L. Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Texto para discussão, IBGE, 2007.

KNOX, P. The packaged landscapes of post-suburban america. In: WHITEHAND, J. W. R. e LARKHAM, P. J. (eds). *Urban landscapes: international perspectives*. Londres, Routledge. 1992.

KONINGS, J., etalli. *Migrantes cidadãos*. São Paulo: Loyola, 2001.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

LAGO, L.C. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a periferia que virou centro. ABEP. Anais do XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu/MG. 2008.

_____. Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. Cadernos Metrópole, n.18, 2º semestre de 2007.

_____. A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. Cadernos IPPUR: Planejamento e território, ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro, DP&A, Ano XV, n2, p.155-176. 2002.

_____. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LANG, R. Edgeless cities: exploring the elusive metropolis. 1959.

LEES, L., SLATER, R., WYLY, E. Gentrification. Routledge. New York, 2008.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Revista de Geografia Norte Grande, n. 39, p. 7-20, 2008.

LIEPMAN, K.K. Journey to Work. Oxford University Press, New York, 1944, pp.85.

LIMA, M.H.B de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In VALLADARES, Licia do Prado. Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MAMMARELLA, R; LAGO, L. Tendências na organização social do território das metrópoles 1991 – 2000. Relatório de pesquisa – Observatório das Metrópoles/CNPq-Institutos do Milênio, 2009.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARTINE, G. — Implicações da Redistribuição Populacional para a Rediscussão da Agenda Ambiental Brasileira. Trabalho apresentado no Simpósio sobre Urbanização Acelerada e Degradação Ambiental. Brasília, novembro 1992.

MARQUES, E. e TORRES, H. A recalcitrante relevância da periferia para o debate sobre as condições metropolitanas. Anais do XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu, ABEP, 2000.

MARTINE, G. & DINIZ, C.C. Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns. In Jones, Gavin & Visaria, Pravin. Urbanization in large developing countries. Oxford, Carendon Press, 1997.

MATOS, R. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. In: Cadernos Metrôpole, Rio de Janeiro, n. 13, 2005. Pp. 71-105.

MATTOS, C. Santiago de Chile de cara a la globalización: ¿otraciudad?. Revista de Sociología y Política, v. 19, p. 31-54, 2002.

MEYER, R.M.P. Atributos da metrópole moderna. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.

MOUDON, A. V. Introduction. In: MOUDON, A. V., WISEMAN, B. e KIM, K. (eds). Master planned communities: shaping exurbs in the 1990's. Seattle, Urban Design Program/College of Architecture and Urban Planning/University of Washington. 1990.

MOSS, M.L. & QING, C. The Emergence of the "Super-Commuter". Rudin Center for Transportation. New York University. Wagner School of Public Service. 2012.

MOTTA, D.M.M. As metrópoles e os desafios da política urbana. In. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

MOURA, R. Movimento Pendular da População no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, v.12, n. 23, p 43-64, jan./jun. 2010.

_____. Arranjos urbano-regionais brasileiros. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MOURA, Rosa et alii. O metropolitano no urbano brasileiro: identificação e fronteiras. In BÓGUS, Lucia. Brasil: dinâmica demográfica metropolitana. In: RIBEIRO, L.C.Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2007.

MOURA, R. et alii. Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

NERI, M. et alii. A nova classe média. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. RELATÓRIO DE PESQUISA: Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana, 2009. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufri.br/relatorio_arranjos_gestao_metropolitana.pdf

OLIVEIRA, A.T.R. Abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBG, Estudos e Análises, 2011.

_____. “Dos Movimentos Populacionais à Pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil”. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Caxambu/ MG, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

OLIVEIRA, A. T. R. et alii. “Deslocamentos populacionais no espaço fluminense: duas décadas de mudanças”. IV Encontro Nacional de Migração. Rio de Janeiro, ABEP, novembro, 2005.

OLIVEIRA, F.G. Mudanças no espaço metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole fluminense In.: Silva, CatiaAntonia, Freire, DesiréeGuichard e Oliveira, Floriano Godinho (orgs.). Metrópole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

OLIVEIRA, I. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no município de Nova Iguaçu – os metamorfismos urbanos e a produção do espaço segmentado. Monografia de especialização em Políticas Territoriais no estado do Rio de Janeiro, Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA JR, H.R. Reflexões sobre o estudo da proliferação de condomínios fechados: críticas e sugestões. Cadernos Metrópole. ISSN (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, n. 20, 2008.

OZÓRIO, E.C. O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ : (1990-2007) / Dissertação de mestrado, IPPUR, UFRJ, 2007.

PACHECO, S.M. Produção e reprodução de loteamentos na periferia do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

PAGANOTO, F. "Reflexões Sobre Novas Tendências Migratórias no Brasil Contemporâneo: A Ascensão do Fluxo Urbano-Rural nos Anos 1990". Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém , 2007.

PEREIRA, R.H.M. Uma proposta de tipologia para a mobilidade pendular. Anais do V Encontro Nacional sobre Migração. Campinas. UNICAMP, 2007.

PEREIRA, P.C.X. Dinâmica imobiliária e metropolização: a nova lógica do crescimento urbano em São Paulo. In.: Revista eletrônica de geografia u ciências sociais, Universidad de Barcelona. Vol. IX, n. 194 (10), agosto, 2005.

PEREIRA, R.H.M.; SCHWANEN, T. Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo. Texto para discussão 1813/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília, 2013.

PEREIRA, W. Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, FGV/SEEC, 1977.

PERO, V.; QUINTAES, G.; ARPON, A. Renda, pobreza e desigualdade no Rio de Janeiro: um balanço da década de 90. In Análise do Rio de Janeiro a partir do Atlas de desenvolvimento humano. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2004.

POCHMANN, M. Nova Classe Média?: O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 1993.

RANDOLPH, R. e GOMES, P.H.O. Mobilidade e expansão da metrópole para áreas Peri-metropolitanas: investigando o caso do Rio de Janeiro no contexto brasileiro. Rio de Janeiro, Cadernos metrópoles, n.17, 2007b.

RAPOSO, R. Condomínios fechados, tempo, espaço e sociedade: uma perspectiva histórica. Cadernos MetrÓpole, v. 14, n. 27, p. 171-196, 2012.

RIBEIRO, L.C.Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, L.C.Q. e LAGO, L.C. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão. Disponível em www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br. 1994.

_____. Crise e mudança nas metrÓlopes brasileiras: a periferização em questão. In LEAL, Maria do Carmo et alii (org.) Saúde, ambiente e desenvolvimento, vol. 1, São Paulo – Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco, 1992, p.153-179.

RIBEIRO, L.Q.C; RODRIGUES, J.M. ; SILVA, E.T. MetrÓlopes brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, 120, p.171-201, jan/jul, 2011.

RIBEIRO, L.Q.C.; SILVA, E.T.; RODRIGUES, J.M. Esvaziamento das metrÓlopes e festa do interior? Boletim Regional, Urbano e Ambiental do IPEA, julho/2009.

RIBEIRO, V.F. Mobilidade Residencial em Manaus: uma análise introdutória. Mauas: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

RIGOTTI, J.I.R. A (re) distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. Encontro Anual da ANPOCS, 32, 2008.

ROBIRA, R.T. Áreas Metropolitanas: Espaços Colonizados. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrÓpole. Orgs: Ana Fani Alessandri Carlos e CarlesCarreras. São Paulo, Contexto, 2005.

RODRIGUES, A.O. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

RODRÍGUEZ, J. Movilidad cotidiana, desigualdad social y segregación residencial encuatrometrÓpolis de América Latina. EURE (Santiago), v. 34, n. 103, p. 49-71, 2008

SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado. Território, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan.-jun. 1998.

SANTOS, A.M. Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, C.N.F. e BRONSTEIN, O. Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro. Revista de Administração Municipal, 25 (149), p.6-34, 1978.

SANTOS, C.N.F. Habitação: o que é mesmo que pode fazer quem sabe? In Valladares, Licia do Prado. Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In Valladares, Licia do Prado. Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias In Anais do Simpósio de Estudos do Planejamento Urbano e Habitacional. Rio de Janeiro, PUC/NEURB, 1978.

SANTOS, E.O. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas In.:GeoTextos, vol. 9, n. 1, p.41-70, jul. 2013

SANTOS, E. L. Reorganização espacial na área central de Nova Iguaçu: o centro velho eo centro novo. Rio de Janeiro. UERJ, 2008

SANTOS, G. A. "Redes e território: reflexões sobre a migração" In.: Redes, Sociedades e Territórios. DIAS, L. C. e SILVEIRA, R.L.L. (orgs). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, J. Parcelamento do uso do solo através da produção de loteamentos na periferia metropolitana do Rio de Janeiro: o caso de Queimados. Monografia de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

SANTOS, M. A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção.São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, R.O. Discutindo as periferias metropolitanas: um enfoque na heterogeneizaçãosócio-espacial do município de Nova Iguaçu (RJ). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2007. 235p.

SASSEN, S. The global city: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

SHEVKY, E.; BELL, W. Analisis de Area Social.In.: THEODORSON, G.A.. Estudios de Ecologia Humana. Barcelona: Editorial Labor, 1974, 2 volumes.

SILVA, E.T. Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

SILVA, E.T.; RODRIGUES, J.M. Mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras. Revista Territorios, Bogotá-Colômbia, n22, 2010.

SILVA, O.T. Centralidade e produção do espaço urbano em Alcântara – São Gonçalo (RJ). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2012.

SILVA, P.T. Origem e trajetória do movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado em Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1993.

SIMMONS, A.B. Explicando La migración: La teoria em La encrucijada. EstudiosDemograficos y Urbanos, México: Colegio de Mexico, v6, n1, p-5-31, jan/abr, 1991.

SIMMONS, J.W. Changing residences in the city: a review intra-urban mobility. The GeographicalReview, New York, v.58, n4, pp. 622-651October, 1968.

SIMÕES, M.R. "A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense." Mesquita: Ed. Entorno,2007.

_____.Movimentos sociais e autogestão em Nova Iguaçu. Dissertacao de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

SINGER, P. "Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo". In: MOURA, Hélio A. de. (org.) Migração Interna: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 1, p. 211-244.

SOARES, M.T.S. Nova Iguaçu, absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, ano 24 (2), p.155-256. 1962.

SOJA, E. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 154-168, 1994.

_____. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Zahar, 1993.

SOUZA, M.L. A prisão ea ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Bertrand Brasil, 2006.

_____. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

SOUZA, S.M. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação de mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo; Contexto, 2011. p.123-145.

TORRES, H.; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 4, p. 49-70, 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria-Geral de Planejamento. Estudo Sócio-Econômico: Nova Iguaçu, 2006.

VALLADARES, L.P. Estudos recentes sobre habitação no Brasil: resenha da literatura. In Valladares, Licia do Prado. Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VANCE, I. Labor_Shed employment field and dynamic analysis in urban geography. *Economic Geography*, 36 (3), 1960.

VELTZ, P. Mundialización, ciudades y territorios. La economía de archipelago. Barcelona: Editora Ariel, 1996.

VETTER, D. e MASSENA, R.M. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infraestrutura urbana? Uma teoria da causação circular. In Silva, Luiz Antonio Machado. Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VETTER, D. A segregação residencial da população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal. *Revista Brasileira de Geografia*, 43 (4), p.587-603, 1981.

_____. The impact on the metropolitan system of the interpersonal and spatial distribution of real and monetary income: the case of Grande Rio. Los Angeles, Univeristy of California, 1975.

WHITE M.J. Location choice and commuting behaviour in cities with decentralized employment, *Journal of Urban Economics*.24, 129-152. 1988.

7. APÊNDICE METODOLÓGICO

Neste estudo foram utilizados dados secundários gerados pelos últimos recenseamentos realizados pelo IBGE em 1980, 1991, 2000 e 2010, com ênfase neste último, aliados dados primários obtidos através de entrevistas e questionários dirigidos aos principais agentes envolvidos na reestruturação econômica da periferia metropolitana, a saber, gestores públicos, empresas construtoras de condomínios fechados, promotores imobiliários, moradores dos condomínios de alto padrão, funcionários dos condomínios e trabalhadores envolvidos na construção dos mesmos.

Os dados secundários utilizados (microdados da amostra dos Censos Demográficos) foram extraídos do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), do IBGE.

Como unidade espacial de análise se utiliza a Região Metropolitana e seus municípios que, segundo o IBGE, são a unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Com vistas a viabilizar a operacionalização do presente trabalho, vale ressaltar que ao utilizarmos o conceito de metrópole estamos nos referindo aos aglomerados urbanos com funções metropolitanas enquanto ao falarmos em Região Metropolitana (RM) estaremos nos referindo aos espaços institucionalizados oficialmente como tais.

8.1 A seleção dos condomínios fechados

Os condomínios fechados selecionados como recorte espacial desta pesquisa, a saber, Residencial Afrânio, Residencial *Acqua*, *Florae*, *PrimeResidences* e *Springs*, apresentam significativas diferenças entre si no que diz respeito ao número de imóveis, tamanho do terreno e da área construída, metragem dos imóveis e padrões de acabamento. O critério utilizado para defini-los como condomínios cujos moradores seriam entrevistados foi a utilização do apelo de condomínio-clubes na divulgação dos empreendimentos em sua fase de vendas. A partir de entrevistas realizadas com corretores de imóveis locais foi possível perceber este traço comum entre os condomínios em questão, o que os diferenciava de outros empreendimentos de maior ou menor porte lançados no mesmo período onde apesar de eventualmente existirem estruturas de lazer e áreas de uso comum este atributo não mereceu destaque em suas estratégias de lançamento.

8.2 A realização das entrevistas e dos questionários

Optou-se pela realização de entrevistas direcionadas aos síndicos, aos engenheiros responsáveis pelas obras dos condomínios em construção no período dos trabalhos de campo e a agentes sociais direta ou indiretamente ligados a promoção imobiliária no município, já que esta técnica permite que outras questões sejam levantadas pelo entrevistado, levando o pesquisador a novas questões e novos personagens e a novos caminhos investigativos (GIL, 1995).

Entre maio e junho de 2013 foram entrevistados os síndicos dos condomínios *Florae*, *Afrânio* e *Springs*, o engenheiro responsável pela construção do Rossi Exclusivo, dois corretores imobiliários encontrados no *stand* de vendas do Rossi Exclusivo e outros dois corretores imobiliários contactados através de agências de corretoras locais. Representando o poder público foram entrevistados o secretário de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana e a secretária de Obras e Serviços Públicos.

Estas entrevistas, realizadas por pauta, suscitaram novos questionamentos e abriram caminhos para a aplicação de questionários aos moradores dos cinco condomínios.

8.3 A amostragem

Em qualquer técnica estatística utilizada haverá certas discrepâncias inerentes à aleatoriedade sempre presente, em maior ou menor grau, no processo de amostragem. O fundamental é que a amostra possua as mesmas características básicas da população no que diz respeito às variáveis que desejamos pesquisar.

A realização de entrevistas com moradores residentes em 10% do total de imóveis do universo de cinco condomínios pesquisados não apenas oferece o dobro da amostragem do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, como pode ser maior que 10% da população residente, se considerarmos a existência de imóveis vazios nos condomínios em questão. Assim, a representatividade da amostra é muito significativa.

A seleção dos moradores a serem entrevistados baseou-se na combinação de duas técnicas de amostragem probabilística: a casual simples e a estratificada. No primeiro caso, considerou-se que todos os elementos da população pesquisada tem igual probabilidade de pertencer à amostra e todas as possíveis amostras tem também igual probabilidade de ocorrer. A amostragem casual simples pode ser realizada através de sorteio e no caso desta tese foi realizada a partir de indicações dos próprios moradores à medida em que eles iam sendo entrevistados, conforme descrito no capítulo 5. No segundo caso, considerou-se que cada condomínio representaria uma subpopulação, sendo razoável supor, portanto, que as variáveis de interesse apresente comportamento diverso, tendo, entretanto, comportamento razoavelmente homogêneo dentro de cada subpopulação. Para tal, buscou-se atingir o mínimo de 10% de amostragem em cada condomínio pesquisado a fim de que nenhuma subpopulação não fosse convenientemente representada na amostra (COSTA NETO, 1977).

8.4 Sobre a definição das categorias de mobilidade

Em termos operacionais, há inúmeras limitações de variáveis referentes à migração e ao movimento pendular. A migração geralmente é considerada por movimentos que implicam mudança de residência, mas essa mudança pode ocorrer em distintas distâncias. Eventualmente uma mudança de residência que envolve um deslocamento espacial muito curto implica em mudança de município sendo assim considerada uma migração. Em outros casos, deslocamentos espaciais bastante longos mas no mesmo recorte municipal não serão contabilizados como migrações. O mesmo ocorre com os deslocamentos pendulares, investigados pelo Censo Demográfico a partir dos deslocamentos regulares para trabalhar ou estudar em algum município que não seja o de residência – não abrangendo também deslocamentos intramunicipais. Esta definição, embora operacional em termos censitários, mostra limitações quanto à apreensão conceitual da noção de deslocado pendular, já que muitas jornadas para trabalho podem ser extremamente longas (em distância e/ou em tempo) sem necessariamente transpor uma fronteira político-administrativa, não sendo classificadas como deslocamento pendular oficialmente (SANDOW e WESTIN, 2010). Por sua vez, outras jornadas, mesmo sendo extremamente curtas, podem ser consideradas como tal, em virtude de ultrapassarem um limite intermunicipal.

Assim, a operacionalização dos conceitos de migrante e de deslocado pendular é restringida diante da disponibilidade dos dados censitários e, portanto, é necessário partir do conceito operacional para a definição do conceito teórico.

Nesta tese, o termo “mobilidade” será utilizado para tratar sobre a mobilidade espacial da população de forma geral, englobando aqui tanto as migrações como os movimentos cotidianos. O termo “migração” tratará das mudanças de residência entre municípios e será utilizado o critério da migração por Data Fixa (o município de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa). E finalmente, “movimento pendular” tratará de deslocamentos cotidianos frequentes entre o município

de residência e o município de trabalho ou estudo (neste estudo, será dada mais ênfase ao movimento em função de trabalho).

8.5 Sobre categorias ocupacionais

O modelo metodológico utilizado como referência foi aquele elaborado por pesquisadores do Observatório das Metrôpoles e que tem a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade como princípio. Desse princípio decorrem outros que se baseiam em diferenciações nas ocupações entre: i) capital x trabalho; ii) grande e pequeno capital; iii) autonomia x subordinação; iv) manual x não-manual; v) controle x execução; vi) secundário x terciário; vii) moderno x tradicional. A partir destes princípios, chegou-se a uma estrutura sócio-ocupacional composta por vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais reunidas em oito grandes grupos: 1) Dirigentes: Grandes empregadores, Dirigentes do setor público, Dirigentes do setor privado; 2) Profissionais de nível superior: Profissionais autônomos de nível superior, Profissionais empregados de nível superior, Profissionais estatutários de nível superior, Professores de nível superior; 3) Pequenos empregadores; 4) Ocupações médias: Ocupações de escritório, Ocupações de supervisão, Ocupações técnicas, Ocupações de saúde e educação, Ocupações de segurança, justiça e correio, Ocupações artísticas e similares; 5) Trabalhadores do Terciário: Trabalhadores do comércio, Prestadores de serviços especializados; 6) Trabalhadores do Secundário: Trabalhadores manuais da indústria moderna, Trabalhadores manuais da indústria tradicional, Trabalhadores manuais de serviços auxiliares, Trabalhadores manuais da construção civil; 7) Trabalhadores do Terciário Não-Especializado: Prestadores de serviços não especializados, Empregados domésticos, Ambulantes e biscateiros; 8) Agricultores.

8.6 Sobre a definição de “classe média”

Definir classe média não é uma tarefa simples. Diversas concepções e abordagens possíveis apontam caminhos e direções muito variados. Segundo Neri (2008), existem pelo menos duas grandes perspectivas de conceituação. Uma baseada nas atitudes e expectativas das pessoas e a outra baseada no potencial de consumo da população.

No primeiro caso, seguindo uma linha comportamental, dá-se maior importância à posição que essa população almeja no futuro do que ao nível de vida e de renda no presente. No segundo caso, considera-se o acesso a bens duráveis, ou seja, segue uma perspectiva mercantil.

Pochmann (2012), discorda que estejamos vivendo no Brasil um movimento de ascensão de uma nova classe média. Para ele, o que se observa é a uma desvirtuação do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais que tem por objetivo conduzir as políticas públicas atuais para uma perspectiva meramente mercantil, em que as populações mais do que vistas como constituídas por cidadãos e vista como constituída por consumidores.

Neste estudo não se tem a pretensão de discutir o fenômeno de aumento do poder de compra da população brasileira, que tem sido descrito como a ascensão da classe C. Tampouco se pretende definir o que se entende por classe média, sociologicamente falando. Assim, a exemplo de Furlanetto et al (1987), em função da falta de consenso na conceituação da classe média, e a fim de atender aos objetivos deste estudo, optou-se por entender como tal a parcela da população cujos rendimentos são superiores a 5 salários mínimos e como classe média-alta aquelas cujos rendimentos mensais estejam entre 10 e 20 salários.

8.7 Questionário aplicado aos moradores dos condomínios

Condomínio: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Condição familiar: () Chefe de família () Cônjuge

Idade: _____ anos Número de moradores na residência: _____

Situação do imóvel: () Próprio () Alugado

Caso seja alugado, local de residência do proprietário:

Município: _____ Bairro: _____

Renda familiar: () menos de 1 s.m. () de 1 a 2 s.m. () de 2 a 5 s.m.

() de 5 a 10 s.m. () de 10 a 20 s.m. () acima de 20 s.m.

Escolaridade: () fundamental incompleto () fundamental completo

() médio incompleto () médio completo () superior incompleto

() superior completo () pós-graduação

Ocupação: _____.

É natural de Nova Iguaçu? () Sim () Não

Tempo de residência no município: _____ anos ou () Sempre morou.

Tempo de residência no condomínio: _____ anos

Bairro de residência anterior: _____

Motivo da mudança para o condomínio:

Se for Migrante,

Residência anterior:

Município, _____ Bairro, _____ Estado, _____

Município onde trabalhava ou estudava: _____, Bairro: _____

Motivo da mudança para Nova Iguaçu:

Município onde trabalha atualmente: _____, Bairro: _____

Município onde estuda atualmente: _____, Bairro: _____

Frequência do deslocamento: () diário () 1x na semana () outros, qual: _____

Possui empregado doméstico/babá? () Sim () Não

Onde eles moram? Município: _____ Bairro: _____

Trabalham na residência quantos dias por semana: _____

8.8 Tabulação dos dados primários

Quest.	Condomínio	Gênero	Condição Familiar	Idade	Moradores na Residência	Situação do imóvel	Renda familiar	Escolaridade	Ocupação	Ocupação GRUPO
1	Afrânio	Masculino	Chefe	28	1	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Empresário	3
2	Afrânio	Masculino	Chefe	37	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Administrador	2
3	Afrânio	Masculino	Chefe	32	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Pós-graduação Superior Completo	Médico	2
4	Afrânio	Masculino	Chefe	40	3	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Advogado	2
5	Afrânio	Masculino	Chefe	35	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Engenheiro Naval	2
6	Afrânio	Masculino	Chefe	43	4	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Empresário	3
7	Afrânio	Masculino	Chefe	38	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Contador	2
8	Afrânio	Masculino	Chefe	28	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Médico	2
9	Afrânio	Masculino	Chefe	31	4	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Empresário	3
10	Afrânio	Masculino	Chefe	33	4	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Engenheiro de Telecomunicações	2
11	Afrânio	Masculino	Chefe	41	3	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Pós-graduação Superior Completo	Jornalista	2
12	Springs	Feminino	Chefe	32	3	Próprio	s.m.	Superior Completo	Empresário	3
13	Springs	Feminino	Chefe	40	2	Próprio	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Superior Completo	Esteticista	5
14	Springs	Masculino	Chefe	29	2	Próprio	s.m.	Superior Completo	Engenheiro	2
15	Springs	Masculino	Chefe	40	4	Próprio	de 10 a 20	Superior	Advogado	2

							s.m.	Completo		
							de 10 a 20	Superior		
16	Springs	Masculino	Chefe	31	2	Próprio	s.m.	Completo	Médico	2
							de 10 a 20	Superior		
17	Springs	Masculino	Chefe	37	3	Próprio	s.m.	Completo	Arquiteto	2
								Superior		
18	Springs	Masculino	Chefe	34	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Professor	2
								Superior		
19	Springs	Masculino	Chefe	30	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Geógrafo	2
								Superior		
20	Springs	Masculino	Chefe	35	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Professor	2
							de 10 a 20	Superior		
21	Springs	Masculino	Chefe	42	3	Próprio	s.m.	Completo	Gerente Comercial	4
								Superior		
22	Springs	Feminino	Chefe	33	4	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Completo	Enfermeira	2
								Superior		
23	Springs	Feminino	Chefe	35	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Psicóloga	2
							de 10 a 20			
24	Springs	Masculino	Chefe	38	4	Próprio	s.m.	Pós-graduação	Advogado	2
								Superior		
25	Springs	Masculino	Chefe	32	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Publicitário	2
								Superior		
26	Springs	Feminino	Chefe	30	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Jornalista	2
								Superior		
27	Springs	Masculino	Chefe	26	1	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Completo	Administrador	2
								Superior		
28	Springs	Masculino	Chefe	40	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Gerente de RH	4
							de 10 a 20	Superior		
29	Springs	Masculino	Chefe	38	4	Próprio	s.m.	Completo	Empresário	3
							de 10 a 20			
30	Springs	Masculino	Chefe	34	2	Próprio	s.m.	Pós-graduação	Professor	2
31	Springs	Masculino	Chefe	50	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Pós-graduação	Físico	2
32	Springs	Masculino	Chefe	39	4	Próprio	de 10 a 20	Superior	Bancário	5

33	Springs	Masculino	Chefe	29	2	Próprio	s.m. de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Completo Superior Completo	Dentista	2
34	Springs	Masculino	Chefe	37	3	Próprio	s.m.	Pós-graduação	Professor	2
35	Springs	Feminino	Chefe	40	1	Próprio	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Pós-graduação Superior	Pedagoga	4
36	Springs	Masculino	Chefe	41	2	Próprio	s.m.	Completo Superior	Atuário	2
37	Acqua	Masculino	Chefe	30	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Chef de Cozinha	4
38	Acqua	Masculino	Chefe	33	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Professor	2
39	Acqua	Masculino	Chefe	45	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Advogado	2
40	Acqua	Masculino	Chefe	47	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Empresário	3
41	Acqua	Masculino	Chefe	26	2	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Incompleto Superior	Vendedor	5
42	Acqua	Masculino	Chefe	33	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Gerente de loja	4
43	Acqua	Feminino	Chefe	31	2	Alugado	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Médio Completo Superior	Enfermeira	2
44	Acqua	Feminino	Chefe	49	2	Próprio	s.m.	Completo Superior	Engenheiro	2
45	Acqua	Masculino	Chefe	32	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Professor	2
46	Acqua	Masculino	Chefe	40	2	Próprio	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Completo Superior	Professor	2
47	Acqua	Masculino	Chefe	34	4	Próprio	s.m.	Completo Superior	Professor	2
48	Acqua	Masculino	Chefe	38	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Bancário	5
49	Acqua	Masculino	Chefe	30	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Vendedor	5
50	Acqua	Masculino	Chefe	31	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Incompleto	Vendedor	5

51	Acqua	Masculino	Chefe	39	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo Superior	Advogado	2
52	Acqua	Masculino	Chefe	30	4	Próprio	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Completo Superior	Professor	2
53	Acqua	Masculino	Chefe	32	3	Próprio	s.m. de 10 a 20	Completo Superior	Administrador	2
54	Acqua	Masculino	Chefe	35	2	Próprio	s.m.	Completo Superior	Designer gráfico	2
55	Acqua	Masculino	Chefe	40	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Advogado	2
56	Acqua	Masculino	Chefe	35	2	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Fisioterapeuta	2
57	Acqua	Feminino	Chefe	32	2	Alugado	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Completo Superior	Enfermeira	2
58	Acqua	Masculino	Chefe	37	4	Próprio	s.m.	Completo Superior	Empresário	3
59	Acqua	Masculino	Chefe	31	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Incompleto Superior	Vendedor	5
60	Acqua	Masculino	Chefe	24	1	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Incompleto Superior	Estudante de Medicina	2
61	Acqua	Feminino	Chefe	38	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Empresário	3
62	Acqua	Masculino	Chefe	54	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Empresário	3
63	Acqua	Masculino	Chefe	31	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Engenheiro de Produção	2
64	Acqua	Masculino	Chefe	34	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Dentista	2
65	Acqua	Masculino	Chefe	30	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Incompleto Superior	Gerente de loja	4
66	Acqua	Masculino	Chefe	32	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Preparador físico	4
67	Acqua	Masculino	Chefe	29	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Nutricionista	2

68	Acqua	Masculino	Chefe	38	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo	Policia Civil	4
69	Acqua	Masculino	Chefe	30	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Bancário	5
70	Acqua	Masculino	Chefe	34	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Publicitário	2
71	Acqua	Masculino	Chefe	40	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Médico	2
72	Acqua	Feminino	Chefe	29	1	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Psicóloga	2
73	Acqua	Masculino	Chefe	28	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Pós-graduação Superior	Químico	2
74	Acqua	Masculino	Chefe	29	2	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Produtor Musical	4
75	Acqua	Masculino	Chefe	30	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Engenheiro Mecânico	2
76	Acqua	Masculino	Chefe	31	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo	Vendedor	5
77	Acqua	Masculino	Chefe	27	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Propagandista	5
78	Acqua	Masculino	Chefe	31	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Professor	2
79	Acqua	Masculino	Chefe	34	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo	Auxiliar Administrativo	5
80	Acqua	Masculino	Chefe	30	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Bancário	5
81	Acqua	Masculino	Chefe	27	2	Próprio	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20 s.m.	Completo	Atendente em loja	5
82	Florae	Masculino	Chefe	29	2	Próprio	s.m.	Pós-graduação Superior	Professor	2
83	Florae	Masculino	Chefe	25	1	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Analista em TI	4
84	Florae	Feminino	Chefe	32	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo Superior	Arquiteto	2
85	Florae	Masculino	Chefe	38	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Bancário	5
86	Florae	Masculino	Chefe	47	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Pós-graduação Superior	Coordenador	4
87	Florae	Masculino	Chefe	32	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Completo	Engenheiro Civil	2

88	Florae	Masculino	Chefe	40	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Incompleto	Empresário	3
89	Florae	Feminino	Chefe	35	2	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Pedagoga	4
90	Florae	Masculino	Chefe	31	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Professor	2
91	Florae	Masculino	Chefe	52	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Empresário	3
92	Florae	Masculino	Chefe	33	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Empresário	3
93	Florae	Feminino	Chefe	36	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Promotora de Vendas	5
94	Florae	Masculino	Chefe	48	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Médio Completo Superior	Empresário	3
95	Florae	Masculino	Chefe	37	4	Alugado	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Vendedor	5
96	Florae	Masculino	Chefe	28	1	Próprio	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Superior Incompleto	Gerente de loja	4
97	Florae	Feminino	Chefe	38	3	Próprio	s.m.	Superior Completo	Corretor de Imóveis	5
98	Florae	Masculino	Chefe	35	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Pós-graduação Superior	Professor	2
99	Florae	Masculino	Chefe	40	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Advogado	2
100	Florae	Feminino	Chefe	50	4	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Pós-graduação Superior	Professor	2
101	Florae	Masculino	Chefe	60	2	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Empresário	3
102	Florae	Masculino	Chefe	42	3	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Representante Comercial	5
103	Florae	Masculino	Chefe	28	1	Próprio	de 5 a 10 s.m.	Superior Completo	Professor	2
104	Florae	Masculino	Chefe	33	3	Próprio	de 5 a 10 s.m. de 10 a 20	Médio Completo Superior	Empresário	3
105	Prime	Masculino	Chefe	35	3	Próprio	s.m. de 10 a 20	Superior Completo	Arquiteto	2
106	Prime	Masculino	Chefe	42	4	Próprio	s.m.	Superior Completo	Advogado	2

107	Prime	Feminino	Chefe	38	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Empresário	3
108	Prime	Masculino	Chefe	34	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Professor	2
109	Prime	Feminino	Chefe	29	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Médico	2
110	Prime	Masculino	Chefe	40	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Superior Completo	Engenheiro	2
111	Prime	Masculino	Chefe	31	4	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Incompleto Superior	Empresário	3
112	Prime	Masculino	Chefe	32	3	Alugado	de 10 a 20 s.m.	Completo Superior	Técnico em TI	4
113	Prime	Masculino	Chefe	36	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Incompleto Superior	Empresário	3
114	Prime	Masculino	Chefe	34	3	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Completo Superior	Publicitário	2
115	Prime	Masculino	Chefe	39	2	Próprio	de 10 a 20 s.m.	Pós-graduação	Jornalista	2

Quest.	Natural	Tempo de residência Município	Tempo de res. no condomínio	Bairro anterior	Motivo da mudança (condomínio)	Município anterior	Bairro anterior
1	Sim	Sempre Morou	4	Centro	Lazer e Segurança		
2	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
3	Sim	Sempre Morou	5	Caonze	Lazer e proximidade ao centro		
4	Sim	Sempre Morou	5	Centro	Lazer		
5	Sim	Sempre Morou	4	Luz	Lazer		
6	Não	5	5		Lazer e Segurança	Nilópolis	Centro
7	Sim	Sempre Morou	3	Caonze	Lazer e Segurança		
8	Sim	Sempre Morou	1	Caonze	Lazer		
9	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Segurança		
10	Sim	Sempre Morou	4	Centro	Lazer		
11	Sim	Sempre Morou	4	Caonze	Segurança e proximidade ao centro		
12	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Lazer e Segurança		
13	Sim	Sempre Morou	2	Moquetá	Lazer e proximidade ao centro		
14	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
15	Não	4	4		Lazer e proximidade ao centro	Queimados	Centro
16	Sim	Sempre Morou	3	Luz	Lazer e proximidade ao centro		
17	Sim	Sempre Morou	2	Tinguá	Proximidade ao centro		
18	Sim	Sempre Morou	3	Caonze	Lazer		
19	Não	5	3	Centro	Lazer	Rio de Janeiro	Pavuna
20	Sim	Sempre Morou	2	Luz	Lazer		
21	Não	8	2	Moquetá	Segurança e proximidade ao centro	Queimados	Centro
22	Sim	Sempre Morou	3	Luz	Lazer		
23	Sim	3	3		Lazer e proximidade ao centro	Rio de Janeiro	Recreio
24	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Lazer		
25	Sim	Sempre Morou	3	Luz	Lazer e Segurança		
26	Sim	Sempre Morou	1	Centro	Lazer e proximidade ao centro		
27	Sim	Sempre Morou	2	Posse	Aumento da renda		
28	Sim	3	3		Lazer e Segurança	Rio de Janeiro	Recreio

29	Sim	Sempre Morou	2	Caonze	Lazer e Segurança		
30	Não	15	3	Luz	Lazer	Nilópolis	Cabral
31	Sim	3	3		Lazer e Segurança	Rio de Janeiro	Penha
32	Sim	Sempre Morou	2	Caonze	Lazer		
33	Não	10	2	Luz	Lazer	Queimados	Centro
34	Sim	Sempre Morou	3	Caonze	Lazer e Segurança		
35	Sim	Sempre Morou	2	Caonze	Segurança		
36	Sim	Sempre Morou	1	Caonze	Lazer e Segurança		
37	Sim	Sempre Morou	3	Moquetá	Lazer		
38	Sim	Sempre Morou	4	Caonze	Lazer e Segurança		
39	Sim	3	3		Segurança	Nilópolis	Cabral
40	Não	3	3		Lazer	Queimados	Centro
41	Sim	4	4		Aumento da renda	Belford Roxo	Centro
42	Não	3	3		Lazer e Segurança	Mesquita	Belmont
43	Sim	Sempre Morou	4	Luz	Lazer		
44	Sim	Sempre Morou	4	Luz	Segurança		
45	Sim	Sempre Morou	4	Posse	Aumento da renda		
46	Sim	Sempre Morou	2	Caonze	Lazer e Segurança		
47	Sim	Sempre Morou	4	Miguel Couto	Aumento da renda		
48	Sim	Sempre Morou	4	Califórnia	Aumento da renda		
49	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Aumento da renda		
50	Sim	Sempre Morou	1	Centro	Lazer		
51	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Segurança		
52	Não	3	3		Lazer e proximidade ao centro	Rio de Janeiro	Campo Grande
53	Sim	Sempre Morou	3	Caonze	Lazer		
54	Sim	3	3		Lazer	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca
55	Sim	2	2		Lazer	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca
56	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
57	Sim	Sempre Morou	2	Moquetá	Lazer e proximidade ao centro		

58	Sim	Sempre Morou	4	Caonze	Lazer e Segurança		
59	Sim	Sempre Morou	2	Luz	Lazer		
60	Não	3	3		Imóvel novo	Resende	Centro
61	Sim	Sempre Morou	1	Moquetá	Segurança		
62	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
63	Não	10	3	Caonze	Imóvel novo	São João de Meriti	Centro
64	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer		
65	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Lazer e Segurança		
66	Sim	Sempre Morou	2	Miguel Couto	Aumento da renda		
67	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Lazer e Segurança		
68	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
69	Sim	Sempre Morou	2	Cabuçu	Lazer		
70	Sim	Sempre Morou	4	Luz	Lazer e Imóvel novo		
71	Sim	Sempre Morou	4	Caonze	Lazer e Segurança		
72	Não	3	3		Lazer e Segurança	São João de Meriti	Centro
73	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
74	Sim	Sempre Morou	2	Moquetá	Lazer		
75	Sim	Sempre Morou	3	Luz	Lazer e proximidade ao centro		
76	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
77	Sim	Sempre Morou	4	Moquetá	Segurança e proximidade ao centro		
78	Sim	Sempre Morou	3	Miguel Couto	Lazer e Imóvel novo		
79	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer		
80	Não	20	2	Centro	Lazer e Segurança	Itaperuna	Centro
81	Sim	Sempre Morou	4	Miguel Couto	Segurança e proximidade ao centro		
82	Não	1	1		Lazer e Segurança	Nilópolis	Cabuís
83	Sim	Sempre Morou	1	Caonze	Lazer e proximidade ao centro		
84	Não	2	2		Segurança e proximidade ao centro	Nilópolis	Cabral
85	Sim	Sempre Morou	2	Luz	Lazer		
86	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Segurança		
87	Não	10	2	Caonze	Lazer e Segurança	Nilópolis	Centro

88	Sim	Sempre Morou	2	Moquetá	Morar perto do trabalho		
89	Sim	Sempre Morou	2	Luz	Lazer e Segurança		
90	Não	3	3		Lazer e Segurança	Belford Roxo	Centro
91	Sim	Sempre Morou	2		Lazer e Segurança		
92	Sim	Sempre Morou	3		Lazer e Segurança		
93	Sim	Sempre Morou	2	Moquetá	Segurança e proximidade ao centro		
94	Sim	Sempre Morou	3	Santa Eugênia	Proximidade ao centro		
95	Sim	Sempre Morou	1	Centro	Lazer		
96	Não	2	2		Lazer e Segurança	Nilópolis	Olinda
97	Sim	Sempre Morou	2	Caonze	Lazer		
98	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer e Segurança		
99	Não	3	3		Lazer e Segurança	Queimados	Centro
100	Sim	Sempre Morou	3	Luz	Lazer		
101	Sim	Sempre Morou	3	Luz	Lazer e Segurança		
102	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Lazer		
103	Sim	Sempre Morou	3	Centro	Lazer		
104	Não	3	3		Lazer	Queimados	Centro
105	Sim	Sempre Morou	2	Centro	Imóvel novo		
106	Não	2	2		Lazer e Segurança	Queimados	Centro
107	Não	2	2		Lazer e Segurança	Queimados	Centro
108	Sim	Sempre Morou	2	Luz	Lazer e Segurança		
109	Sim	Sempre Morou	1	Caonze	Lazer e Segurança		
110	Sim	Sempre Morou	1	Centro	Lazer e Segurança		
111	Sim	Sempre Morou	2	Alvarez	Segurança		
112	Sim	Sempre Morou	1	Dom Rodrigo	Lazer		
113	Sim	Sempre Morou	2	Caonze	Lazer e Segurança		
114	Sim	Sempre Morou	2	Caonze	Lazer		
115	Sim	2	2		Lazer	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca

Quest.	Estado	Município que trabalhava	Bairro	Motivo da mudança para Nova Iguaçu	Município de trabalho atual	Bairro	Deslocamento
1					Rio de Janeiro	Irajá	Diário
2					Rio de Janeiro	Centro	Diário
3					Nova Iguaçu	Centro	
4					Rio de Janeiro	Centro	Diário
5					Macaé	Imbetida	15 x 15
6	RJ	Nova Iguaçu	Luz	Morar perto do trabalho. Condomínio.	Nova Iguaçu	Luz	
7					Nova Iguaçu	Centro	
8					Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Diário
9					Nova Iguaçu	Centro	
10					Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Diário
11					Rio de Janeiro	Centro	Diário
12					Nova Iguaçu	Luz	
13					Nova Iguaçu	Moquetá	
14					Rio de Janeiro	Centro	Diário
15	RJ	Rio de Janeiro	Centro	O condomínio	Rio de Janeiro	Centro	Diário
16					Rio de Janeiro	Tijuca	Diário
17					Nova Iguaçu	Centro	
18						Recreio dos	
19	RJ	Rio de Janeiro	Laranjeiras	O condomínio	Rio de Janeiro	Bandeirantes	Diário
20					Rio de Janeiro	Laranjeiras	Diário
21					Nova Iguaçu	Centro	
22	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Serviços	Nova Iguaçu	Centro	
23					Nova Iguaçu	Posse	
24	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Morar perto do trabalho	Nova Iguaçu	Centro	
25					Rio de Janeiro	Centro	Diário
26					Rio de Janeiro	Ipanema	Diário
27					Rio de Janeiro	Cidade Nova	Diário
					Rio de Janeiro	Cidade de Deus	Diário

28	RJ	Rio de Janeiro	Bonsucesso	Dificuldade em adaptar-se ao Recreio	Rio de Janeiro	Bonsucesso	Diário
29					Nova Iguaçu	Centro	
30	RJ	Nilópolis	Cabral	Acompanhar a família	Nova Iguaçu	Centro	
31	RJ	Rio de Janeiro	Penha	Redução de custos e morar perto da família	Rio de Janeiro	Penha	Diário
32					Nova Iguaçu	Centro	
33	RJ	Rio de Janeiro	Fundão	Serviços	Nova Iguaçu	Centro	
34					Nova Iguaçu	Centro	
35					Rio de Janeiro	Tijuca	Diário
36					Rio de Janeiro	Centro	Diário
37					Rio de Janeiro	Centro	Diário
38					Nova Iguaçu	Centro	
39	RJ	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Serviços	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Diário
40	RJ	Queimados	Centro	Serviços	Queimados	Centro	Diário
41	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Serviços	Nova Iguaçu	Centro	
42	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Serviços	Nova Iguaçu	Centro	
43					Rio de Janeiro	Centro	Diário
44					Nova Iguaçu	Centro	
45					Nova Iguaçu	Centro	
46					Queimados	Centro	
47					Nova Iguaçu	Centro	
48					Nova Iguaçu	Centro	
49					Nova Iguaçu	Centro	
50					Nova Iguaçu	Centro	
51					Nova Iguaçu	Centro	
52	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Morar perto do trabalho	Nova Iguaçu	Centro	
53					Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Diário
54	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Morar perto do trabalho. Condomínio.	Nova Iguaçu	Centro	
55	RJ	Rio de Janeiro	Centro	Ficar perto da família	Rio de Janeiro	Centro	Diário
56					Duque de Caxias	Centro	3

57					Rio de Janeiro	Campo Grande	Diário
58					Nova Iguaçu	Centro	
59					Nova Iguaçu	Centro	
60	RJ	Resende	Centro	Curso de Medicina	Nova Iguaçu	Vila Nova Era	
61					Nova Iguaçu	Centro	
62					Rio de Janeiro	Marechal Hermes	Diário
63	RJ	Rio de Janeiro	Centro	Acompanhar a família	Rio de Janeiro	Tijuca	Diário
64					Nova Iguaçu	Centro	
65					Rio de Janeiro	Ipanema	Diário
66					Rio de Janeiro	Copacabana	Diário
67					Nova Iguaçu	Centro	
68					Nova Iguaçu	Miguel Couto	
69					Nova Iguaçu	Centro	
70					Rio de Janeiro	Centro	Diário
71					Nova Iguaçu	Centro	
72	RJ	Rio de Janeiro	Ilha do Governador	Oferta de imóveis em condomínios exclusivos	Rio de Janeiro	Ilha do Governador	Diário
73					Rio de Janeiro	Jacarepaguá	Diário
74					Rio de Janeiro	Centro	Diário
75					Nova Iguaçu	Centro	
76					Nova Iguaçu	Centro	
77					Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Diário
78					Nova Iguaçu	Centro	
79					Nova Iguaçu	Centro	
80	RJ	Itaperuna	Centro	Acompanhar a família	Nova Iguaçu	Centro	
81					Nova Iguaçu	Centro	
82	RJ	Duque de Caxias	Centro	Serviços	Duque de Caxias	Centro	Diário
83					Rio de Janeiro	Centro	Diário
84	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Morar perto do trabalho	Nova Iguaçu	Centro	Diário

85					Nova Iguaçu	Centro	
86					Rio de Janeiro	Benfica	Diário
87	RJ	Rio de Janeiro	Centro	Serviços	Rio de Janeiro	Centro	Diário
88					Nova Iguaçu	Centro	
89					Rio de Janeiro	Penha	Diário
90	RJ	Rio de Janeiro	Marechal Hermes	O condomínio	Rio de Janeiro	Marechal Hermes	Diário
91					Nova Iguaçu	Centro	
92					Mesquita	Centro	Diário
93					Nova Iguaçu	Centro	
94					Rio de Janeiro	Deodoro	Diário
95					Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Diário
96	RJ	Nilópolis	Centro	O condomínio	Nilópolis	Centro	Diário
97					Nova Iguaçu	Centro	
98					Nilópolis	Centro	Diário
99	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Morar perto do trabalho	Nova Iguaçu	Centro	
100					Queimados	Vila Guimarães	Diário
101							
102					Rio de Janeiro	Botafogo	Diário
103					Rio de Janeiro	Campo Grande	Diário
104	RJ	Queimados	Centro	O condomínio	Queimados	Centro	Diário
105					Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	Diário
106	RJ	Nova Iguaçu	Centro	Morar perto do trabalho	Nova Iguaçu	Centro	
107	RJ	Queimados	Centro	O condomínio	Queimados	Centro	Diário
108					Nova Iguaçu	Centenário	
109					Rio de Janeiro	Campo Grande	3
110					Rio de Janeiro	Centro	Diário
111					Nova Iguaçu	Centro	
112					Rio de Janeiro	Centro	Diário
113					Nova Iguaçu	Centro	Diário
114							

115

RJ

Rio de Janeiro

Centro

Morar perto da família

Rio de Janeiro

Centro

Diário

Quest.	Empregados	Município	Bairro	Frequencia
1	Sim	Nova Iguaçu	Posse	1
2	Não			
3	Sim	Nova Iguaçu	Posse	2
4	Sim	Nova Iguaçu	Miguel Couto	3
5	Sim	Nova Iguaçu	Posse	2
6	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	5
7	Sim	Nova Iguaçu	Posse	5
8	Não			
9	Não			
10	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	5
11	Sim	Nova Iguaçu	Posse	5
12	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	5
13	Não			
14	Não			
15	Sim	Nova Iguaçu	Posse	5
16	Não			
17	Não			
18	Sim	Nova Iguaçu	Posse	3
19	Não			
20	Não			
21	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	5
22	Não			
23	Não			
24	Sim	Mesquita	Centro	3
25	Não			
26	Não			
27	Não			
28	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	3

29	Não			
30	Não			
31	Sim	Nova Iguaçu	Posse	3
32	Sim	Nova Iguaçu	Posse	2
33	Não			
34	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	2
35	Não			
36	Sim	Nova Iguaçu	Posse	
37	Não			
38	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	
39	Não			
40	Não			
41	Sim	Nova Iguaçu	Posse	
42	Não			
43	Não			
44	Sim	Nova Iguaçu	Miguel Couto	
45	Não			
46	Não			
47	Sim	Nova Iguaçu	Miguel Couto	3
48	Não			
49	Não			
50	Não			
51	Não			
52	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	3
53	Sim	Nova Iguaçu	Califórnia	5
54	Não			
55	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	2
56	Não			
57	Não			
58	Sim	Nova Iguaçu	Miguel Couto	5

59	Não			
60	Não			
61	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	1
62	Sim	Nova Iguaçu	Miguel Couto	3
63	Não			
64	Sim	Mesquita	Belmont	3
65	Não			
66	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	3
67	Não			
68	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	3
69	Não			
70	Não			
71	Sim	Nova Iguaçu	Posse	5
72	Não			
73	Não			
74	Não			
75	Não			
76	Não			
77	Não			
78	Não			
79	Não			
80	Não			
81	Não			
82	Não			
83	Não			
84	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	2
85	Não			
86	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	2
87	Sim	Nova Iguaçu	Califórnia	3
88	Não			

89	Não			
90	Não			
91	Sim	Nova Iguaçu	Califórnia	1
92	Não			
93	Não			
			Vila	
94	Sim	Nova Iguaçu	Maranhão	5
95	Sim	Mesquita	Centro	3
96	Não			
97	Sim	Nova Iguaçu	Miguel Couto	3
98	Não			
99	Não			
100	Sim	Nova Iguaçu	Miguel Couto	1
101	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	3
102	Sim	Nova Iguaçu	Cabuçu	3
103	Não			
104	Sim	Queimados	Centro	2
105	Sim	Mesquita	Centro	2
106	Sim	Nova Iguaçu	Posse	5
107	Sim	Mesquita	Centro	1
108	Não			
109	Não			
			Parada	
110	Sim	Nova Iguaçu	Amaral	2
111	Sim	Nova Iguaçu	Vila Pedro I	5
112	Não			
113	Sim	Nova Iguaçu	Posse	3
114				
115	Sim	Nova Iguaçu	Posse	2